

Junio Batista Custodio  
Alex Leal de Oliveira  
Ediênio Vieira Farias  
Valdineia Antunes Alves Ramos  
Antonio Hélder Rodrigues Sampaio  
(org.)

# A EXTENSÃO NO IF BAIANO CAMPUS BOM JESUS DA LAPA

CAMINHOS TRILHADOS

# A EXTENSÃO NO IF BAIANO CAMPUS BOM JESUS DA LAPA

CAMINHOS TRILHADOS

Editora Appris Ltda.  
1.ª Edição - Copyright© 2022 dos autores  
Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nos 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catlogação na Fonte  
Elaborado por: Josefina A. S. Guedes  
Bibliotecária CRB 9/870

E969e A extensão no IF Baiano Campus Bom Jesus da Lapa: caminhos  
2022 trilhados / Junio Batista Custodio ...[et al.] (orgs.) - 1. ed. - Curitiba:  
Appris, 2022.  
159 p. ; 23 cm.  
Inclui bibliografia.  
ISBN 978-65-250-2775-3  
1. Faculdades e universidades – Bahia. 2. Memórias. 3. Comunidade  
e escola. I. Custodio, Junio Batista. II. Título.

CDD – 378

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

*Appris*  
editora

Editora e Livraria Appris Ltda.  
Av. Manoel Ribas, 2265 – Mercês  
Curitiba/PR – CEP: 80810-002  
Tel. (41) 3156 - 4731  
[www.editoraappris.com.br](http://www.editoraappris.com.br)  
Printed in Brazil  
Impresso no Brasil

Junio Batista Custodio  
Alex Leal de Oliveira  
Ediênio Vieira Farias  
Valdineia Antunes Alves Ramos  
Antonio Hélder Rodrigues Sampaio  
(org.)

# A EXTENSÃO NO IF BAIANO CAMPUS BOM JESUS DA LAPA

CAMINHOS TRILHADOS



## FICHA TÉCNICA

EDITORIAL Augusto V. de A. Coelho

Marli Caetano

Sara C. de Andrade Coelho

COMITÊ EDITORIAL Andréa Barbosa Gouveia (UFPR)

Jacques de Lima Ferreira (UP)

Marilda Aparecida Behrens (PUCPR)

Ana El Achkar (UNIVERSO/RJ)

Conrado Moreira Mendes (PUC-MG)

Eliete Correia dos Santos (UEPB)

Fabiano Santos (UERJ/IESP)

Francinete Fernandes de Sousa (UEPB)

Francisco Carlos Duarte (PUCPR)

Francisco de Assis (Fiam-Faam, SP, Brasil)

Juliana Reichert Assunção Tonelli (UEL)

Maria Aparecida Barbosa (USP)

Maria Helena Zamora (PUC-Rio)

Maria Margarida de Andrade (Umack)

Roque Ismael da Costa Güllich (UFFS)

Toni Reis (UFPR)

Valdomiro de Oliveira (UFPR)

Valério Brusamolín (IFPR)

ASSESSORIA EDITORIAL Cibele Bastos

REVISÃO Lucas Silva de Lira

PRODUÇÃO EDITORIAL Bruna Holmen

DIAGRAMAÇÃO Andrezza Libel

CAPA Sheila Alves

REVISÃO DE PROVA Bianca Silva Semeguini

COMUNICAÇÃO Carlos Eduardo Pereira

Karla Pipolo Olegário

LIVRARIAS E EVENTOS Estevão Misael

GERÊNCIA DE FINANÇAS Selma Maria Fernandes do Valle



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**BAIANO**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Victor Godoy Veiga

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Tomás Dias Sant'Ana

REITOR

Aécio José Araújo Passos Duarte

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Ariomar Rodrigues dos Santos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Luciana Helena Cajas Mazzutti

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Leonardo Caneiro Lapa

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Hildonice de Souza Batista

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Rafael Oliva Trocoli

*Às comunidades e aos sujeitos participantes dos projetos de extensão,  
por acreditarem no trabalho sério e comprometido realizado pelo  
IF Baiano – Campus Bom Jesus da Lapa.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente à Pró-Reitoria de Extensão do IF Baiano e à Coordenação Geral de Qualificação Profissional, pelo estímulo constante à realização de ações extensionistas e pelo fomento de publicações científicas.

Ao *Campus* Bom Jesus da Lapa e aos servidores, servidoras e estudantes que se envolvem constantemente nas ações de extensão, contribuindo com a difusão de conhecimentos e transferência de tecnologias às comunidades.

Às comunidades de Lagoa das Piranhas, Barra da Ipueira e Rio das Rãs, envolvidas no fazer pedagógico dos projetos mencionados neste trabalho.

Aos grupos culturais e aos participantes dos projetos de extensão desenvolvidos pelo IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa, por acreditarem na força transformadora da educação e no trabalho de sua equipe.

A todos (as) aqueles (as) que direta e indiretamente contribuem na construção de uma prática extensionista cada vez mais sólida no âmbito do IF Baiano.

*Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer,  
há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender.*

*(Paulo Freire)*

## APRESENTAÇÃO

A obra *A Extensão no IF Baiano Campus Bom Jesus da Lapa: caminhos trilhados* traz como objetivo geral socializar junto às comunidades acadêmica e externa uma publicação científica que sistematiza os resultados das principais experiências de extensão desenvolvidas no *Campus Bom Jesus da Lapa* nos últimos cinco anos. À luz de uma reflexão sobre as práticas desenvolvidas, esta obra socializa as experiências com grupos sociais e culturais do território de abrangência e de atuação do *Campus*, em diversas áreas, com a participação de distintos sujeitos. Trata-se de uma coletânea de oito artigos, que discutem temas como: a interface entre o ensino e a extensão materializada no cordel instrucional para a segurança do trabalho rural: intertextualidade e simplificação da informação normativa; a Tertúlia Literária Dialógica (TLD) como uma prática educacional alternativa e singular, que possibilita aos jovens e adultos do campo o acesso e a interação com obras da literatura brasileira; a proposta Velho Chico em videoarte, que teve como objetivo geral explorar as potencialidades artísticas e vivências socioculturais do município de Bom Jesus da Lapa; o empreendedorismo da Caatinga, materializado em uma abordagem para fortalecimento de gênero e geração de renda na comunidade quilombola de Lagoa das Piranhas; a produção sustentável por meio dos modelos agroecológicos de horta na comunidade campesina de Barra da Ipueira, no município de Serra do Ramalho; as ações extensionistas no *Campus Bom Jesus da Lapa* com vistas à difusão da Língua Brasileira de Sinais; e as atividades desenvolvidas pelo grupo teatral do IF Baiano, *Campus Bom Jesus da Lapa*, no período compreendido entre 2015 e 2020 e seus reflexos na formação acadêmica dos estudantes e participantes da comunidade externa.

Com esta publicação, a intenção da equipe organizadora é registrar na forma de artefato técnico-científico todas essas produções, para que sirvam de inspiração ao desenvolvimento de outras propostas, ao tempo que reforça a importância do IF Baiano como vetor do desenvolvimento local e regional, por meio das suas diferentes ações de extensão.

**Os organizadores**

## PREFÁCIO

Revisitando minhas memórias de infância marcadas pela produção com retalhos, eis que compartilho com você caro(a) leitor(a) a imensa satisfação que tenho em prefaciar esta obra. Cresci vendo minha avó paterna tecer colchas, cobertores e tapetes de retalho. Com ela construí meu primeiro tapete de retalhos. Nas sábias palavras de minha avó, os retalhos não são simples “sobras”, eles constituem uma parte de algo bem maior, são fragmentos de um tecido que, unindo-se a outros fragmentos, dão origem a algo belo, precioso e útil, construído por mãos habilidosas e criativas.

Agora na vida adulta tenho o privilégio de compartilhar o espaço de trabalho com pessoas tão habilidosas e criativas quanto minha avó. Sobre essas pessoas, ousou analogicamente denominá-las de “tecedores de retalhos”. Os retalhos por elas tecidos são fragmentos extraídos das experiências de extensão desenvolvidas no *Campus Bom Jesus da Lapa* nos últimos cinco anos e que se unem para formar uma obra marcada pela diversidade de olhares, compreensão, práticas e vivências tão encantadora e envolvente quanto uma produção feita com retalhos.

O universo da Extensão no *Campus Bom Jesus da Lapa* é de uma riqueza espetacular, conforme pode ser apreciada nos escritos que constituem esta obra e que representam uma amostragem da pluralidade de projetos, temas e abordagens vivenciadas pela comunidade interna e externa. É assim que vejo a presente publicação intitulada de “***A Extensão no IF Baiano Campus Bom Jesus da Lapa: caminhos trilhados***”. Obra organizada por Junio Batista Custodio; Valdineia Antunes Alves Ramos; Alex Leal de Oliveira; Ediênio Vieira Farias e Antonio Helder Rodrigues Sampaio, que reúne preciosos escritos tecidos com a maestria e sensibilidade de vários parceiros.

O mapeamento, seleção e organização de cada artigo/capítulo revela o zelo dos organizadores e organizadora para a composição desta coletânea de textos que se inicia com “***Primeiros passos: as memórias da extensão realizada no Campus de Bom Jesus da Lapa***”, e apresenta um panorama historiográfico a respeito das atividades de extensão realizadas no *Campus* desde a sua criação. Os autores dialogam com elementos teóricos, políticos e legais que subsidiam as ações de extensão de modo que permite ao leitor a compreensão dos aspectos técnicos e práticos que marcam o conceber, organizar e executar das

ações impulsionadas, mediadas e acompanhadas pela Coordenação de Extensão.

Em seguida, considerando os fundamentos andragógicos aplicados à educação e aliados à Literatura de Cordel, somos contemplados com uma belíssima produção que une conhecimento técnico em Saúde, Segurança do Trabalho e propagação da NR-31 em formato de cordel, permitindo a acessibilidade de materiais instrucionais para atividade rural e agroindustrial. Notadamente, o texto ***“Cordel instrucional para segurança do trabalho rural: intertextualidade e simplificação da informação normativa”*** revela, com muita propriedade, por parte das autoras e autor envolvidos a transposição do saber técnico-científico para uma linguagem popular que se materializa na propagação destes saberes para o público envolvido no projeto de extensão Segurança do Trabalho Rural explicada em Cordel.

A belezura – expressão comumente utilizada por Paulo Freire para externar admiração pelo saber popular e popularizado em contextos educativos – “belezura” dos retalhos que são acrescentados à obra em questão, vai sendo ampliada com a chegada do texto ***“Tertúlia literária dialógica (TLD) no Campo”*** uma refinada produção que externa a sensibilidade das autoras em propiciar para mulheres jovens e adultas residentes no campo em comunidade quilombola, o acesso a obras da literatura brasileira valorizando inclusive a produção literária do lugar.

As cores vibrantes do retalho, agora posto em nossa produção, são advindas da composição do texto ***“Velho Chico em vídeo-arte: símbolos culturais lapenses representados pela linguagem poética audiovisual”***, uma produção articulada com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bom Jesus da Lapa. Esse projeto extensionista de grande envolvimento da comunidade interna e externa se revelou, sob o olhar sensível dos autores e autora como *“um dispositivo pedagógico e cultural potente para trabalhar os aspectos relacionados à sustentabilidade, difusão artística e preservação da memória local”*. A potência ora revelada neste artigo também se faz presente na interlocução teórico-conceitual que fundamenta cada trecho dos escritos que se entrelaçam com as imagens apresentadas.

A relevância do trabalho que se apresenta neste retalho adicionado à presente coletânea, já está notadamente marcada em seu título ***“Empreendedoras da Caatinga: uma abordagem para fortalecimento de gênero***

*e geração de renda no quilombo Lagoa das Piranhas*". Este trabalho exalta seu potencial poder de empoderamento feminino trazendo possibilidades de superação das condições de vulnerabilidade social ao apresentar alternativas de exploração dos recursos vegetais frutíferos de espécie da caatinga para complementação de renda ao mesmo tempo em que dialoga com temas ligados às questões de gênero, autoestima, autonomia e visibilidade das mulheres do quilombo.

As ações de extensão no *Campus* de Bom Jesus da Lapa atendem comunidades para além do município sede da instituição. "*A horta comunitária como espaço de formação agroecológica: construção e implementação de um modelo sustentável de produção na comunidade rural de Barra da Ipueira no município de Serra do Ramalho-Ba*", foi uma das atividades escolhidas para compor esta coletânea considerando sua relevância ambiental, social e econômica. Os autores e autoras tecem importantes considerações sobre o desenvolvimento sustentável e expõem, tanto em palavras quanto em imagens, o passo a passo para a construção de um modelo de horta pautado no desenvolvimento agrícola sustentável.

Na composição de uma peça de retalho, os diferentes tecidos se unem para formar uma unidade, na qual se conserva a singularidade de cada retalho. Pautado na valorização da singularidade de cada grupo social, eis que surge "*Ações extensionistas no IF Baiano/Campus Bom Jesus da Lapa com vistas à difusão da Língua Brasileira de Sinais*", uma produção envolvente e marcada pela originalidade da proposta que permite a propagação de princípios basilares e conhecimento de sinais básicos da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela comunidade ouvinte, bem como ações voltadas às pessoas surdas externas ao campus.

Na finalização desta composição de retalhos temos "*Grupo teatral, educação e integração escola-comunidade: uma experiência no IF Baiano Campus Bom Jesus da Lapa*" que completa a coletânea fazendo uma retrospectiva de todas as ações do grupo *Sertão em Cores*. A arte, quer seja ela contida nos enredos, expressa nos movimentos e gestos, revelada nos sentimentos e nas emoções e finalmente interpretada nos palcos, se materializa no compromisso ético da escola com o desenvolvimento social.

São estes os fragmentos da prática extensionista do *Campus* de Bom Jesus da Lapa que, por ora, estarão expostos para sua apreciação. Convém ainda

ressaltar que, a riqueza do trabalho feito com retalhos está na sua infinitude, o tempo todo é possível adicionar novos retalhos, construir novas peças e crescer. Assim, concluímos com votos de que esta leitura oportunize olhar para os projetos aqui mencionados como sendo um belo tapete sobre os caminhos trilhados, mas que acima de tudo, que sirva de inspiração para que novos caminhos sejam traçados.

Abraços fraternais,

**Adevanucia Nere**

# Sumário

## CAPÍTULO I

### PRIMEIROS PASSOS: AS MEMÓRIAS DA EXTENSÃO REALIZADA PELO IF BAIANO - CAMPUS DE BOM JESUS DA LAPA

*Junio Batista Custódio*

*Alex Leal de Oliveira*

## CAPÍTULO II

### CORDEL INSTRUCIONAL PARA SEGURANÇA DO TRABALHO RURAL: INTERTEXTUALIDADE E SIMPLIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO NORMATIVA DA NR-31

*Alex Leal de Oliveira*

*Clélia Gomes dos Santos*

*Amanda de Almeida Oliveira*

## CAPÍTULO III

### TERTÚLIA LITERÁRIA DIALÓGICA NO CAMPO

*Maria Nazaré Vieira Rodrigues*

*Valdinéia Antunes Alves Ramos*

## CAPÍTULO IV

### VELHO CHICO EM VIDEOARTE: símbolos culturais lapenses representados pela linguagem poética audiovisual

*Ediênio Vieira Farias*

*Grace Itana Cruz de Oliveira*

*Junio Batista Custódio*

## CAPÍTULO V

### EMPREENDEDORAS DA CAATINGA: UMA ABORDAGEM PARA FORTALECIMENTO DE GÊNERO E GERAÇÃO DE RENDA NO QUILOMBO LAGOA DAS PIRANHAS

*Itana Domingues Boa-Sorte*

*Cyntia Layane Gusmão Souza Sampaio*

*Antonio Hélder Rodrigues Sampaio*

*Hania Gracielle Brito Soares*

*Aline Soares de Lima*  
*Liz Vasconcelos Cruz Silva*

## CAPÍTULO VI

A HORTA COMUNITÁRIA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO  
AGROECOLÓGICA: CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE  
UM MODELO SUSTENTÁVEL DE PRODUÇÃO NA  
COMUNIDADE RURAL DE BARRA DA IPUEIRA NO  
MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO – BA

*André Lopes da Silva*  
*Aparecida Rocha Santos*  
*Ernandes dos Santos Souza*  
*Maiara da Silva Meira*  
*Junio Batista Custodio*  
*Patrícia Leite Cruz*  
*Sóstenes dos Santos Santana*

## CAPÍTULO VII

AÇÕES EXTENSIONISTAS NO IF BAIANO/CAMPUS BOM  
JESUS DA LAPA COM VISTAS À DIFUSÃO DA LÍNGUA  
BRASILEIRA DE SINAIS

*Ivonete de Souza Santos*  
*Luciana Pereira Cardial Teixeira*

## CAPÍTULO VIII

GRUPO TEATRAL, EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO ESCOLA-  
COMUNIDADE: Uma experiência no IF Baiano - Campus Bom Jesus  
da Lapa

*Junio Batista Custodio*  
*Grace Itana Cruz de Oliveira*  
*Clélia Gomes dos Santos*  
*Adevanucia Nere Santos*

SOBRE OS ORGANIZADORES

SOBRE OS AUTORES

# CAPÍTULO I

## PRIMEIROS PASSOS: AS MEMÓRIAS DA EXTENSÃO REALIZADA PELO IF BAIANO - *CAMPUS* DE BOM JESUS DA LAPA

*Junio Batista Custódio  
Alex Leal de Oliveira*

### 1 INTRODUÇÃO

A aproximação das instituições de ensino com o público externo é uma demanda salutar para a integração do conhecimento acadêmico com as reais necessidades das comunidades que têm vínculo com as unidades educacionais. Por concepção, as instituições federais de ensino têm a missão de contribuir com o desenvolvimento local, por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão.

O esforço para a realização das atividades de ensino e pesquisa é de compreensão mais simples pela comunidade externa à escola, uma vez que as pessoas esperam que nas unidades educacionais ocorram aulas e interações entre professores e alunos. No caso específico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, as vertentes da pesquisa e extensão são intimamente integradas com as ações de ensino, o que representa um importante diferencial da rede de educação profissional, que leva o conhecimento produzido nos *campi* para além das salas de aula.

Os registros das atividades de pesquisa produzidas no campo científico que é ocupado pelos Institutos Federais são difundidos em congressos, feiras, periódicos indexados e anais de eventos. Contudo, muitos deles não são realizados nem socializados com a comunidade externa, o que aponta para a necessidade de estímulo a produções acadêmicas que tragam em seu cerne o propósito de produzir conhecimento voltado a extensão, além de resgatar as memórias das práticas extensionistas.

Neste capítulo, portanto, será relatada, em breve memória documental, a trajetória da extensão acadêmica realizada no Instituto Federal Baiano, especificamente no *Campus* de Bom Jesus da Lapa, desde a sua implantação até

a comemoração dos seus 12 anos de funcionamento ininterrupto, servindo à comunidade do Território de Identidade do Velho Chico.

No desenvolvimento do capítulo, serão apresentadas as principais ações desenvolvidas, com fragmentos de relatos dos servidores que coordenaram o setor ou atuaram, de forma direta ou indireta, em ações e propostas de extensão. Além disso, serão apresentados os títulos de alguns dos projetos executados até o ano de 2021. Como se trata de trabalho de memória das ações e do setor de extensão do *Campus*, este relato tem objetivo de servir como base para o desenvolvimento de futuros registros e para o planejamento das novas ações de extensão conduzidas pelo setor.

## **2 BASES PARA AS AÇÕES DE EXTENSÃO REALIZADAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Um dos pilares sobre os quais se assenta a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é a sua inter-relação com a comunidade que está nas proximidades da unidade de ensino. Além de ofertar educação profissional e tecnológica, visando ao desenvolvimento socioeconômico local, as diversas iniciativas de extensão e pesquisa propõem-se ao fortalecimento dos laços da instituição com as comunidades, uma vez que os institutos buscam soluções adequadas às demandas sociais e peculiaridades regionais.

Por concepção, os Institutos Federais têm finalidades e objetivos alinhados com a prática extensionista. Essa característica é evidenciada na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em análise dos art. 6º e art. 7º, que tratam das finalidades e objetivos, fica confirmado o caráter extensionista das instituições, conforme colacionado a seguir:

Seção II Das Finalidades e Características dos Institutos Federais

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

[...]

*VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;*

[...]

(BRASIL, 2008).

Seção III Dos Objetivos dos Institutos Federais

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

[...]

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

[...]

(BRASIL, 2008).

A presença dos institutos em todos os estados da federação, por meio das suas unidades, organizadas no modelo de multicampia, demonstra a capilaridade que o ensino técnico e profissional tem e as potencialidades para a implementação de iniciativas de extensão em diferentes regiões, incluindo o semiárido brasileiro.

### **3 EXTENSÃO NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) foi criado pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, estabelecendo-se como uma instituição multicampi, com reitoria na cidade de Salvador e unidades de ensino nos municípios de Catu, Senhor do Bonfim, Santa Inês, Guanambi, Valença, Teixeira de Freitas, Itapetinga, Uruçuca, Governador Mangabeira, Serrinha, Alagoinhas, Itaberaba, Xique-Xique e Bom Jesus da Lapa.

Trocoli *et al.* (2019) apontam que o IF Baiano atende o alinhamento da Política Nacional de Extensão, no sentido de contemplar as diretrizes delineadas na lei de criação dos Institutos Federais, mantendo atenção às demandas locais e regionais em que os *campi* estão inseridos.

Do ponto de vista organizacional, a extensão atualmente é desenvolvida em eixos estruturantes, regulamentados pelo Conselho Superior do IF Baiano. As ações ocorrem nas seguintes modalidades: projetos de extensão, financiados e em fluxo contínuo; eventos acadêmicos; cursos livres de extensão; e cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores.

Habitualmente, são publicados editais de fomento e de fluxo contínuo, organizados e operacionalizados por meio da Pró-Reitoria de Extensão, com a oferta de bolsas para estudantes e de taxas de bancada para a aquisição de materiais e serviços necessários à execução dos projetos selecionados.

O principal edital da instituição é referente ao Programa de Bolsas de Iniciação à Extensão (PIBIEX), publicado anualmente, desde 2010. Além desse,

são ofertadas outras possibilidades de submissão de propostas, mediante edital, conforme exemplificado no Quadro 1:

Quadro 1 – Editais de extensão ofertados pelo IF Baiano com participação de projetos submetidos pelo *Campus* de Bom Jesus da Lapa

<b>Edital</b>	<b>Descrição</b>
Pró-Extensão	Programa de Fomento às Ações de Extensão do IF Baiano que tem o objetivo de apoiar o desenvolvimento de ações de Extensão que apresentam inter-relação com o ensino e a pesquisa, envolvendo a participação de servidores e discentes do IF Baiano, em atuação direta com a comunidade local e/ou regional.
Projeto Margaridas	Teve início em 2015, com a proposta de promover ações para qualificação profissional de mulheres, visando a redução das desigualdades sociais e econômicas, o empoderamento feminino, a inclusão socioprofissional, o respeito e a igualdade de gênero, bem como o combate à violência contra a mulher.
Fluxo Contínuo	Edital que objetiva o cadastro de ações que não envolvem a necessidade direta de recursos financeiros, tem a finalidade de organizar o fluxo de registro e certificação de projetos e atividades.
Edital FAMIF	Edital que busca estimular os Festivais de Arte e Música nos <i>campi</i> .

Fonte: os autores, 2022

Para dar suporte técnico e operacional, atualmente as atividades são registradas por meio do Sistema Unificado de Administração Pública, o Suap. Do ponto de vista regimental, a extensão possui: Regulamento de Extensão no IF Baiano (Resolução 46/2019); Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada (Resolução 23/2019); e Regulamento dos Cursos Livres de Extensão (Resolução 177/2021).

As ações de extensão se desenvolvem, prioritariamente, nas seguintes áreas temáticas: Comunicação; Cultura e Arte; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; e Trabalho. A distribuição em áreas temáticas e respectivas definições segue a classificação determinada pela Política Nacional de Extensão, documento publicado em 2012 que consolida as discussões sobre a Extensão no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex).

A Pró-Reitoria de Extensão, como órgão central, articula as ações de extensão no *Campus* a partir da Coordenação Geral de Qualificação Profissional, Coordenação Geral de Programas e Projetos de Extensão e Coordenação Geral de Difusão Técnico-científica e Cultural. No âmbito dos *campi*, o trabalho é organizado pela Coordenação de Extensão.

### **3.1 IF Baiano – *Campus* de Bom Jesus da Lapa e organização inicial da extensão**

Gestado dentro de um movimento nacional de reconfiguração do modelo de educação profissional, científica e tecnológica oferecida pelas instituições federais de ensino, o IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa tem suas bases influenciadas pelo ensino oferecido nas agrotécnicas federais situadas no estado da Bahia, que historicamente privilegiaram a oferta de cursos na área das Ciências Agrárias. A criação oficial do *Campus* ocorreu mediante a Portaria MEC 04, de 07/01/2009, logo após a publicação da Lei 11.892/2008, de 29/12/2008.

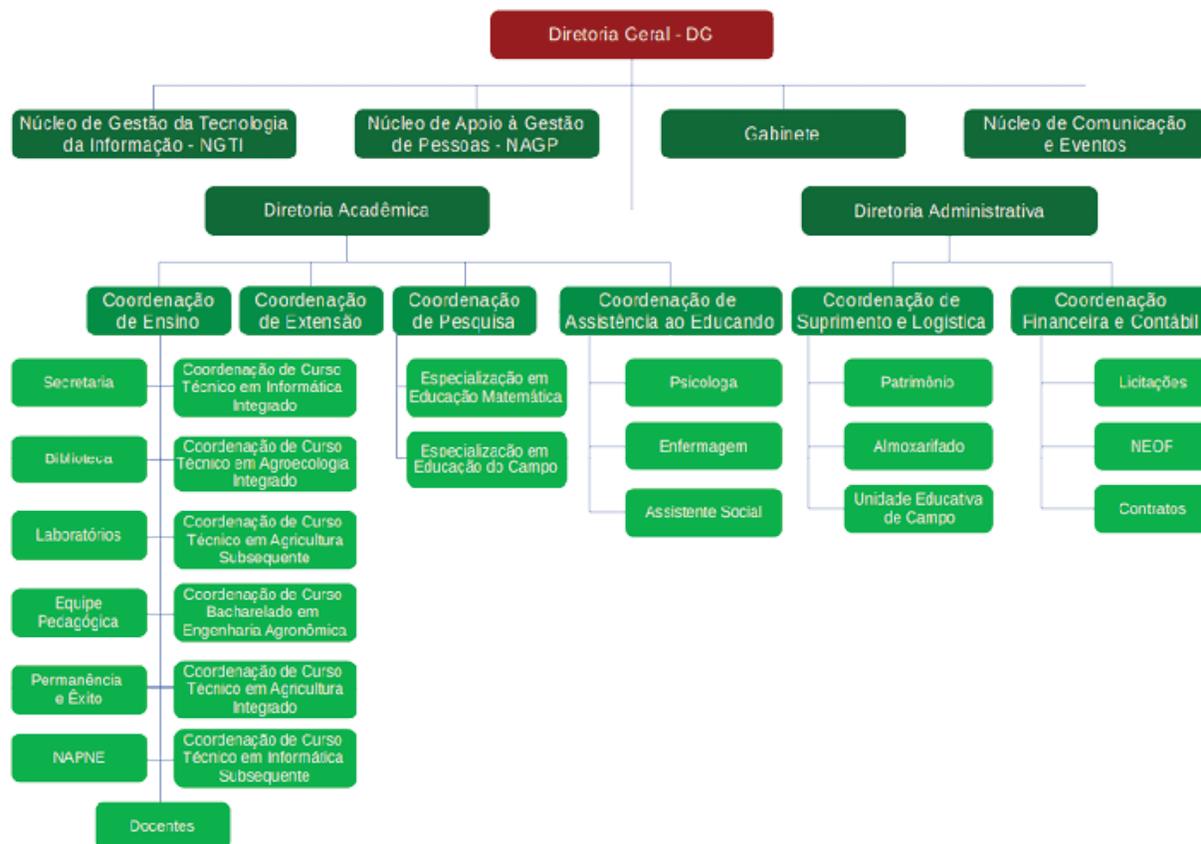
Inicialmente, a instituição funcionou em espaço provisório, na sede do município, cedido pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa (de 01/03/2010 a 14/11/2013). A ocupação da sede própria, localizada em área do Perímetro Irrigado Formoso, ocorreu em novembro de 2013. Desde então, graças à ocupação da estrutura própria, foi possível realizar a oferta de cursos técnicos (subseqüentes e integrados), cursos superiores e projetos de pesquisa e extensão junto às comunidades.

A implantação da Unidade do IF Baiano no município de Bom Jesus da Lapa representou a abertura de uma nova possibilidade de impulso à qualificação profissional técnica, científica e tecnológica para a população do município e da região, no contexto das perspectivas e dos objetivos territoriais. É de se mencionar que o *Campus* possui um papel crucial na implementação de estratégias de desenvolvimento, principalmente no âmbito de sua articulação com os processos produtivos locais, em especial no que concerne ao ambiente rural, bem como no que diz respeito à articulação com os processos de formação dos profissionais da educação básica.

O *Campus* dispõe de estrutura organizacional com finalidade de planejar as ações de extensão que são propostas pela comunidade acadêmica. Na estrutura

organizacional da unidade, a Coordenação de Extensão é vinculada à Diretoria Acadêmica, conforme apresentado no organograma disponível na Figura 1.

Figura 1 – Organograma do IF Baiano – Campus Bom Jesus da Lapa



Fonte: organograma do IF Baiano-Campus Bom Jesus da Lapa, 2022. Disponível: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/lapa/organograma/>

No contexto organizacional, a Coordenação de Extensão assume atribuições apresentadas em conformidade com a Resolução 46/2019, apresentadas adiante:

- I - Atuar como representante da PROEX junto aos campi;*
- II - Atender e executar políticas de extensão do IF Baiano e recomendações da PROEX;*
- III - Acompanhar o planejamento, cadastro e execução das atividades de extensão dos seus respectivos campi;*
- IV - Avaliar e emitir parecer sobre os relatórios de projetos e atividades de extensão cadastrados na Coordenação de Extensão, encaminhando à PROEX aqueles referentes a projetos aprovados em chamadas ou editais internos;*
- V - Sistematizar o Relatório Anual de Extensão e, posteriormente, encaminhar à PROEX;*
- VI - Orientar o cadastro e acompanhar as atividades relativas ao desenvolvimento de eventos de extensão oferecidos;*

- VII - Divulgar as atividades de extensão no âmbito interno e externo do IF BAIANO, observadas as disponibilidades de recursos e a legislação em vigor;
- VIII - Divulgar os produtos gerados (artigos, livro, software e outros) a partir das atividades de extensão;
- IX - Analisar, junto à Direção Acadêmica, as atividades de extensão previstas nos Planos Individuais de Trabalho e nos respectivos relatórios docentes;
- X - Manter atualizados os cadastros de discentes e dos extensionistas;
- XI - Realizar a divulgação de editais e outras formas de fomento interno e externo;
- XII - Participar das reuniões convocadas pela PROEX;
- XIII - Estimular a promoção de eventos de cultura, arte e desporto;
- XIV - Incentivar a integração das ações de extensão com as ações de ensino e pesquisa;
- XV - Participar de Grupos de trabalho para elaboração de Normas e Regulamentos da PROEX e socializar as informações com a comunidade;
- XVI - Conceder declarações aos extensionistas e colaboradores, cujas atividades estejam devidamente registradas e em situação regular na coordenação;
- XVII - Contribuir com as ações de elaboração, editoração, divulgação e organização das publicações relativas à Extensão no IF Baiano;
- XIII - Registrar e emitir os certificados referentes a atividades cadastradas na Coordenação de Extensão, quando não vinculadas a chamadas e editais da Pró-Reitoria de Extensão. Em se tratando de eventos promovidos por Comissão Organizadora, é de responsabilidade desta a emissão dos certificados.

Analisando as atribuições, observa-se que o papel da coordenação está relacionado não apenas às atividades de planejamento das políticas de extensão do IF Baiano, como também àquelas ligadas à gestão dos projetos, ao apoio técnico-operacional, à organização de eventos científicos e culturais e à divulgação de editais e publicações junto à comunidade acadêmica, além da certificação das atividades.

Apesar de o papel de articulação das ações ser assumido, formalmente, pela Coordenação de Extensão, é imprescindível destacar a atuação coletiva do quadro de servidores e alunos na submissão, no apoio, na avaliação e na operacionalização das propostas executadas na unidade educacional de Bom Jesus da Lapa.

As iniciativas de extensão do IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa buscam a articulação com as atividades de ensino, integrando-se a um processo educativo de formação do indivíduo, visando, além da produção e difusão de conhecimentos nos diversos campos do saber, da arte e da cultura, à inovação e à solução de problemas de cunho social, científico e tecnológico.

À vista disso, a extensão favorece o desenvolvimento social, econômico e cultural, buscando, por meio de suas ações, dialogar com as comunidades locais e regionais de onde a instituição está inserida, fomentar a realização de

projetos para o atendimento das demandas dos arranjos produtivos sociais e culturais, difundir a criação cultural e as pesquisas científicas e tecnológicas geradas dentro do IF Baiano, promover o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais para a conservação do meio ambiente, socializar e democratizar o conhecimento produzido e existente na instituição.

### **3.2 Pessoal à disposição da organização do setor de extensão do *Campus* de Bom Jesus da Lapa**

Para o resgate da memória das ações de extensão, foi organizada uma sequência cronológica exibindo a relação dos servidores que assumiram as funções de coordenação, conforme apresentado no Quadro 2:

Quadro 2 – Coordenadores de extensão 2010–2021

Nº	Nome	Período
01	Gardênia Alves Pereira	03/2010 a 12/2012
02	Geângelo de Matos Rosa	12/2012 a 03/2018
03	Junio Batista Custódio	03/2018 - atual

Fonte: os autores, 2022

Cada momento temporal em que os coordenadores e as equipes de extensão trabalharam tem um contexto próprio, uma vez que o *Campus* passou por diferentes fases desde a sua implantação até a caminhada para consolidação no Território do Velho Chico.

Alguns coordenadores registraram a trajetória da extensão no IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa desde a sua fundação, destacando a importância que atribuem à extensão desenvolvida pelo instituto no âmbito territorial. Nos quadros a seguir, serão apresentadas partes dos relatos colhidos:

Quadro 3 – Relato de servidor

*Entendo que a prática extensionista possibilita ao IF Baiano/Campus Bom Jesus da Lapa uma aproximação e um compartilhamento de saberes e experiências com as comunidades em seu entorno de uma maneira muito especial e proveitosa para ambos os envolvidos.*

*A Extensão é momento de troca, de ver e ser visto, de fortalecimento de ambos os envolvidos e, nesse contexto, a Extensão se efetiva não apenas como uma ação isolada, e sim como uma prática articulada à pesquisa e ao ensino, buscando o conhecimento e a compreensão necessários para a transformação da realidade nos espaços em que se encontra inserida. O Território Velho Chico, formado por seus 16 municípios, região em que o IF Baiano/Campus Lapa se encontra localizado, é terreno fértil para o desenvolvimento dessas ações extensionistas. Essa análise encontra respaldo na diversidade de povos e seus arranjos produtivos que ocupam esse Território, fato que possibilita o desenvolvimento de inúmeras ações extensionistas.*

*O IF Baiano/Campus Bom Jesus da Lapa, ao longo de seus 11 anos no Território Velho Chico e adjacências, tem buscado a implementação de práticas extensionistas que atendam diversos públicos e temáticas. Nesse ínterim, fica evidente, ao analisar os dados relacionados aos diversos projetos desenvolvidos por todos esses anos, que esse Campus apresenta uma considerável predileção em desenvolver ações de Extensão. Esse fato tem colocado esse Campus em situação de destaque frente às demais unidades que compõem o IF Baiano. Outro aspecto de fundamental importância para compreendermos a relevância dessas ações se refere aos impactos positivos resultantes do envolvimento discente nessas práticas. Possibilitar tais oportunidades a estudantes, tanto da educação básica quanto da educação superior, tem se mostrado, sem dúvidas, como uma experiência profundamente transformadora.*

*A Extensão tem se efetivado como espaço de fortalecimento institucional fundamental. Essa afirmação tem origem em observações que conseguem “apalpar” resultados oriundos das diversas ações que valorizam e colaboram para a consolidação das identidades regionais.*

**Geângelo de Matos Rosa**

Fonte: os autores, 2022

#### Quadro 4 – Relato de servidor

*Sou extensionista desde que ingressei no Campus Bom Jesus da Lapa, oportunidade em que conheci a própria concepção de extensão e os caminhos que poderiam ser trilhados para criar espaços de intersecção com a comunidade. Inicialmente, desenvolvi um projeto de extensão denominado “IF Baiano aberto à comunidade: a prática da produção textual como ferramental de inclusão social”, do qual participaram 40 jovens da comunidade externa. Mais adiante, desenvolvi projetos de horta escolar, viveiro de mudas, horta comunitária, grupo de teatro, eventos de ciência e tecnologia, curso de formação de professores. Ao longo desse processo, pude perceber a força que a extensão possui no fortalecimento da identidade institucional e no desenvolvimento territorial, na medida em que se articula com as demandas dos grupos sociais, educacionais, culturais e comunidades tradicionais que habitam o entorno da instituição. A meu ver, a extensão é um dos mais fortes elos da instituição com as pessoas e comunidades, capazes de dinamizar o conhecimento, transferir tecnologias e saberes e, acima de tudo, fazer com que o instituto cumpra suas funções sociais.*

**Junio Batista Custodio**

Fonte: os autores, 2022

### **3.3 Experiências de alunos extensionistas: relato da vivência em projetos**

O sentido da extensão acadêmica está em aproximar a instituição de ensino da comunidade e, obviamente, os alunos que estão em processo formativo do

mundo que os espera. A experiência de engajar estudantes no processo extensionista é apropriada, pois apresenta-se como uma oportunidade de vivenciar a realidade das comunidades, além de ser uma possibilidade de experimentar as teorias e práticas trabalhadas pelos alunos e professores na sala de aula.

No âmbito do IF Baiano – *Campus* de Bom Jesus da Lapa, as experiências de extensão já ocorreram nos cursos técnicos (integrados e subsequentes) de Agricultura, Agroecologia e Informática, além de no curso superior de Engenharia Agrônômica.

As ações têm apresentado boa receptividade dos alunos envolvidos nas propostas, uma vez que dinamizam a formação acadêmica e desenvolvem a competência comunicativa e o senso de responsabilidade social, contribuindo com a formação de sujeitos comprometidos com o desenvolvimento do território. Nota-se que os(as) alunos(as) que fazem extensão são participativos(as) nas ações promovidas pela escola, sobretudo naquelas que trazem como propósito a difusão do conhecimento acadêmico acumulado e/ou construído na sala de aula.

A título de exemplificação, destacamos os depoimentos dos estudantes Givanilson Pereira de Jesus e Nailda Rodrigues. Em relato das suas experiências pessoais como bolsistas/voluntários, os estudantes apontam sua percepção sobre a vivência, descrita nos Quadros 5 e 6.

Quadro 5 – Relato de egresso do IF Baiano

*A busca por conhecimento vai além do instituto, ao fazer extensão, o leque de professores aumenta, pois os agricultores têm muito a ensinar. Sendo assim, a extensão é uma mão de via dupla, onde podemos levar e trazer saberes.*

*Desenvolvi no IF Baiano os seguintes Projetos de Extensão: Construção participativa de Indicadores de qualidade do solo; Sangue novo na colmeia: Produção e seleção de abelhas rainhas.*

***Givanilson Pereira de Jesus***

Fonte: os autores, 2022

Quadro 6 – Relato de estudante do curso de graduação

*Adentrei no mundo da extensão no terceiro semestre do curso, no projeto “Identificação e incentivo ao consumo de plantas alimentícias não convencionais- PANCS”. Foi um projeto que, assim como outros, apresentou como principais desafios a adoção de linguagem acessível para o público-alvo. Também colaborei nos projetos “O local reflete no global: Instituto Federal como vetor de ação e responsabilidade social contra a crise de saúde pública*

da Covid19” e “Uso de metodologias participativas para obtenção de bioindicadores de qualidade do solo em agroecossistemas familiares em transição agroecológica no município de Paratinga”, que apresentaram como desafio o contato com o público utilizando plataformas virtuais. A participação nos projetos elucidou a importância da valorização dos atores sociais nas ações extensionistas. Ademais, os projetos possibilitaram a aquisição de conhecimentos não adquiridos em sala de aula.

*Nailda Rodrigues dos Santos*

Fonte: os autores, 2022

### **3.4 Projetos Aprovados e executados pelo IF Baiano – Bom Jesus da Lapa**

As propostas de projetos de extensão são submetidas à análise e avaliação de comissão específica, responsável pela emissão de pareceres, que apontam a viabilidade de execução, em conformidade com o atendimento dos requisitos editalícios de cada submissão. A exemplo, são apresentadas, no Quadro 7, amostras de alguns dos projetos executados pelo *Campus*, conforme registros sistematizados e divulgados no site institucional.

Quadro 7 – Amostra de alguns projetos de extensão executados pelo *Campus* de Bom Jesus da Lapa

<b>Ano</b>	<b>Título e Coordenador</b>
2016	Grupo Teatral do IF Baiano – <i>Campus</i> Bom Jesus da Lapa (Junio Batista Custódio)
2017	Adoção do cultivo da batata doce como estratégia de segurança alimentar e nutricional em unidades de produção familiar no município de Riacho de Santana-BA (Emerson Alves dos Santos)
2017	Taekwondo na Escola (Heverton Santos Queiroz)
2017	O viveiro de mudas como espaço de integração escola-comunidade: uma experiência no IF Baiano – <i>Campus</i> Bom Jesus da Lapa (Junio Batista Custódio)
2017	“Meu amigo é o bicho” – Uma proposta de educação humanitária e bem-estar animal (Taissa de Souza Canaes)
2017	Letramento Literário na emancipação de jovens e adultos: aproximações entre o IF Baiano e a Rede Municipal de Ensino de Bom Jesus da Lapa (Valdinéia Antunes Alves Ramos)
2017	Melhoramento da qualidade da água ofertada para o consumo humano em escolas e comunidades do Projeto Formoso em Bom Jesus da Lapa/Ba (Wellington Dantas Sousa)

Ano	Título e Coordenador
2017	Produção de feno de Leucena como alternativa alimentar no semiárido (Ariomar Rodrigues Dos Santos)
2017	Chaves da Mente: Raciocínio Lógico (Dario Soares Silva)
2018	O conhecimento jurídico básico como instrumento do exercício da cidadania: uma proposta de formação para estudantes do Ensino Médio no município de Bom Jesus da Lapa (Ariele Chagas Oliveira)
2018	Identificação e incentivo ao consumo de Plantas Alimentícias Não Convencionais – PANC's em Comunidades Rurais de Bom Jesus da Lapa (Danuza Araújo de Souza)
2018	Construção participativa de indicadores de qualidade do solo para agroecossistemas familiares em transição agroecológica situados nos municípios de Serra do Ramalho e Bom Jesus da Lapa (Emerson Alves dos Santos)
2018	Aporte técnico ao programa Novo Mais Educação, tendo em vista a melhoria da segurança alimentar e nutricional das escolas municipais de Bom Jesus da Lapa-BA (Grace Itana Cruz de Oliveira)
2018	Projeto Taekwon (Heverton Santos Queiroz)
2018	X GADGET – Grupo Acadêmico de Desenvolvimento de Jogos Eletrônicos Extensivo (Heverton Santos Queiroz)
2018	Ciclo de Visitação de Escolas Públicas (Junio Batista Custodio)
2018	A horta comunitária como espaço de formação agroecológica: construção e implementação de um modelo sustentável de produção na comunidade rural de Barra de Ipuera no Município de Serra do Ramalho-BA (Junio Batista Custodio)
2018	Dance IF – Expressando Arte e Movimento (Marcelo Moreira West)
2018	Curso de Formação Continuada em Flauta Doce (Moisés da Silva Mendes)
2018	Curso de Formação Continuada em Canto Coral (Moisés da Silva Mendes)
2018	Curso de Formação Continuada em Prática de Conjunto Instrumental (Moisés da Silva Mendes)

Ano	Título e Coordenador
2018	Curso de Formação Inicial - Operador de Computador (Ricardo Melo)
2018	Curso Livre - Curso Básico de Língua Brasileira de Sinais – Libras (Luciana Teixeira Cardial)
2018	Curso Livre - Libras Básico: Fortalecendo vínculos entre surdos e ouvintes (Luciana Teixeira Cardial)
2019	Ciência Itinerante: uma experiência de formação continuada de professores das ciências da natureza no município de Serra do Ramalho-BA (Juliana Carvalhais Brito)
2019	A Horta Escolar como espaço de formação para transição agroecológica: implantação de um modelo sustentável na escola Maria Josina da Conceição, no Quilombo Lagoa das Piranhas, Município de Bom Jesus da Lapa-BA (Jefferson Oliveira de Sá)
2019	Manejo nutricional da bovinocultura de leite no Município de Serra do Ramalho (BA): Diagnóstico e ações corretivas (Kleverton Ribeiro da Silva)
2019	O uso de defensivos naturais no controle de pragas em olerícolas na comunidade de Santana em Racho Santana-BA (Grace Itana Cruz de Oliveira)
2019	Implantação de um Sistema Agroflorestal na Comunidade de Barra do Ipueira: Assentamento Agroextrativista São Francisco, município de Serra do Ramalho – BA (Sandra Maria de Brito Pereira)
2019	Implantação de miniestações alternativas de tratamento de água de barreiros em unidades de produção familiar situadas no Território Identidade Velho Chico (Marcos Aurélio da Silva)
2019	BasketIF: Um instrumento para inclusão social no Território Velho Chico (Rodrigo Vasconcelos Stolze da Conceição)
2019	Poesia sem Fronteiras: Uma experiência literária conectando o IF Baiano à comunidade (Samir Brune Ferraz de Moraes)
2019	O viveiro de mudas como espaço de integração escola-comunidade: proposta 2019 (Junio Batista Custódio)
2019	Grupo Teatral do IF Baiano – <i>Campus</i> Bom Jesus da Lapa: proposta 2019 (Junio Batista Custódio)

Ano	Título e Coordenador
2019	O uso da Tecnologia da Informação e Comunicação como instrumento de integração e inclusão social: uma experiência no IF Baiano – <i>Campus</i> Bom Jesus da Lapa (Marcelo Moreira West)
2019	PROFÍSICA: não é difícil, a gente que complica – uma proposta para aproximar o IF Baiano de escolas municipais de Bom Jesus da Lapa-BA (Janine Couto Cruz Macêdo)
2019	Curso de Formação Continuada em Canto Coral (Moisés da Silva Mendes)
2019	Curso de Formação Continuada em Prática de Conjunto Instrumental (Moisés da Silva Mendes)
2019	Curso de Formação Continuada: Projeto de Redes de Computadores Residenciais (Marcelo Moreira West)
2019	Curso de Formação Continuada: Curso Teórico-Prático de Licitações (Thyala do Nascimento Pinheiro)
2019	Curso Livre: Juntas somos mais fortes: empreendedorismo e associativismo (Haudrey Germinani Calvelli)
2019	Curso Livre: Libras Básico (Luciana Pereira Cardial Teixeira)
2019	Curso Livre: Libras Básico para surdos (Luciana Pereira Cardial Teixeira)
2019	Curso Livre: Deficiência Visual e Inclusão: aproximando o IF Baiano da comunidade (Wilson Avelino Rogério Neto)
2019	Curso Livre: Conversação Básica em Língua Inglesa (Ketchen Pâmela dos Santos Gouveia)
2019	Curso Livre: Mulheres Conectadas (Junio Batista Custodio)
2019	Curso de Formação Inicial: Horticultor Orgânico (Emerson Alves dos Santos)
2020	Uma Proposta de Qualificação Profissional e de Assistência Técnica à Apicultura nas Comunidades de Barra da Ipueira (Serra do Ramalho) e Gameleira da Lapa (Sítio do Mato) (Antônio Hélder Rodrigues Sampaio)
2020	Uso de metodologias participativas para obtenção de bioindicadores de qualidade do solo em agroecossistemas familiares em transição agroecológica no município de Paratinga-BA (Emerson Alves dos Santos)

Ano	Título e Coordenador
2020	Assistência Técnica Rural aos horticultores em transição agroecológica de comunidades pertencentes ao Território Velho Chico (Jefferson Oliveira de Sá)
2020	Caracterização da ovinocaprinocultura da região do Território Velho Chico e implementação de medidas intervencionistas (Kleverton Ribeiro da Silva)
2020	Sangue Novo na Colmeia: Produção de Abelhas Rainhas e Manejo da Alta Produtividade Apícola no Município de Serra do Ramalho (Fabiana Santos da Silva)
2020	O local reflete no global: Instituto Federal como vetor de ação e responsabilidade social contra a crise de saúde pública da Covid19 (Eurileny Lucas de Almeida)
2020	Semear agroecológico: um estratagem de reinserção social na Comunidade Terapêutica Vida Nova (CTVN), Bom Jesus da Lapa - BA (Érico da Silva França)
2020	IF Dance: Corpo e Mente em ritmo (Hania Gracielle Brito Soares)
2020	Curso Preparatório para Olimpíadas de Matemática (Arionaldo Peixoto da Silva Hora)
2020	II Simpósio Sobre Educação Inclusiva do Território Velho Chico: Aprimorando Saberes Sobre a Inclusão (Luciana Pereira Cardial Teixeira)
2020	Agro Online: ciclo de diálogos em Agricultura (Elisa Eni Freitag)
2020	Curso de Administração Básica (Ariele Chagas Cruz)
2020	Jornada Astronômica (Samir Brune Ferraz de Morais)
2020	Ensaio Virtual de Arte e Música 2020 (Junio Batista Custodio)
2020	Tertúlia Literária Dialógica - TLD (Valdineia Antunes Alves Ramos)
2020	PodCast Dedin de Prosa (Luciana de Souza Viana)
2020	Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão 2020 (Eurileny Lucas de Almeida)
2021	E-book: A Extensão no IF Baiano <i>Campus</i> Bom Jesus da Lapa: caminhos trilhados (Junio Batista Custodio)

Ano	Título e Coordenador
2021	Cerrado produtivo: escola, ciência, tecnologia e produção de alimentos agroecológicos no município de Jaborandi-BA (Junio Batista Custodio)
2021	Memória, Patrimônio Histórico de Bom Jesus da Lapa e Implicações na construção da identidade local: Diálogos com estudantes do Ensino Médio (Geangelo de Matos Rosa)
2021	Extensão Sementeira: Troca de Saberes sobre Utilização e Armazenamento de Sementes pela Agricultura Familiar do Território do Velho Chico (Alex Leal de Oliveira)
2021	Perfil da Bovinocultura Leiteira no Município de Serra do Ramalho (BA): Subsídio para o Diagnóstico e Definição de Estratégias Formativas e Informativas Visando o Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite (Kleverton Ribeiro da Silva)
2021	Inclusão Digital no Território Velho Chico: Informática Básica e Lógica de Programação nos anos finais do ensino fundamental (Valdineia Antunes Alves Ramos)
2021	E-book Tecnologias aplicadas em sementes de espécies florestais nativas (Ivanildo Claudino da Silva)
2021	Estudos e Práticas Extensionistas com Trabalhadores Rurais para o Controle da Cochonilha do Carmim ( <i>Diatylopius opuntiae</i> ) Na Região de Tanque Novo – BA (Patricia Leite Cruz)
2021	Educação Financeira em Foco: uma experiência com alunos do Ensino Médio da rede federal e estadual de Bom Jesus da Lapa, Bahia (Suede Santos Barbosa)
2021	IF Dance, alma e corpo em sintonia (Hania Gracielle Brito Soares)
2021	Sais da Terra: orientações sobre manejo da salinidade em áreas irrigadas de Riacho de Santana – BA (Jose Eduardo Santos Barboza da Silva)
2021	II Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão do <i>Campus</i> Bom Jesus da Lapa (Emerson Alves dos Santos / Junio Batista Custodio / Eurileny Lucas de Almeida)
2021	Simpósio Interdisciplinar de Meio Ambiente do Território Velho Chico (Junio Batista Custodio)
2021	Projeto: Jornada Astronômica 2 (Samir Brune Ferraz de Moraes)
2021	Oficina de Produção de aulas em Ambiente OBS Studio (Junio Batista Custodio)

<b>Ano</b>	<b>Título e Coordenador</b>
2021	Curso: Improviso e Performance Teatral (Junio Batista Custodio)
2021	Segurança do Trabalho Rural explicada em cordel (Alex Leal de Oliveira)
2021	III Simpósio Sobre Educação Inclusiva no Território Velho Chico: O protagonismo das pessoas com deficiência (Wilson Avelino Rogerio Neto)
2021	Curso de Formação Continuada: Tópicos Avançados em Metodologia Científica (Junio Batista Custodio)
2021	Curso de Formação Continuada: Princípios de Redes de Computadores (Samuel de Souza Mendes)
2021	Curso de Formação Continuada: Grafia Braille para a Língua Portuguesa (Wilson Avelino Neto)
2021	Curso de Formação Continuada: Auxiliar de Biblioteca Escolar: Dinamização de Espaços (Simone Velame Rios)
2021	Curso de Formação Continuada: Formação de profissionais da educação para inclusão escolar: as bases para construção de uma escola inclusiva (Adevanucia Nere Santos)

Fonte: registros da Coordenação de Extensão – Bom Jesus da Lapa, 2021

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A consolidação do *Campus* Bom Jesus da Lapa tem representado um incremento à ação educacional do município e do território de identidade. Segundo a lógica de que o semiárido não teve, historicamente, possibilidade de dinâmicas educativas e econômicas expressivas, isso representa uma relevante política pública de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

As iniciativas de extensão realizadas pelo *Campus* de Bom Jesus da Lapa integram a comunidade acadêmica com a comunidade externa, fortalecem a identidade da Rede Federal de Ensino e contribuem para a melhoria das condições de vida, do incremento da produção e do acesso à arte e cultura. Desse modo, a interiorização de uma instituição federal de ensino com a expertise do IF Baiano tem significado a ampliação das oportunidades da profissionalização, especialmente no Território do Velho Chico.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. **D.O.U.**: Seção 1, Brasília, DF, 30 de dezembro de 2008.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Regulamento das Atividades de Extensão do IF Baiano**. Resolução 46/2019 – Conselho Superior, 29 de julho de 2019. Salvador: Reitoria, 2019.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Regulamento dos Cursos Livres de Extensão do IF Baiano**. Resolução 177/2021 – Conselho Superior, 20 de dezembro de 2021. Salvador: Reitoria, 2021.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Regulamento dos cursos de Formação Inicial e Continuada do IF Baiano**. Resolução 23/2019 – Conselho Superior, 19 de março de 2019. Salvador: Reitoria, 2019.

TROCOLI, Rafael Oliva; DUARTE, Aécio José Araújo Passos; SANTOS, Calila Teixeira; SILVA, Maira Oliveira Dourado. A Extensão no Instituto Federal Baiano: nas Trilhas dos Saberes. *In*: LOPES, Régia Lúcia; ALMEIDA, Renato Tannure Rotta de (Orgs). **10 anos de extensão de Rede Federal de Educação Profissional**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2021. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao/wp-content/uploads/sites/4/2021/07/16130-Texto-do-artigo-42215-1-10-20210615.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

# CORDEL INSTRUCIONAL PARA SEGURANÇA DO TRABALHO RURAL: INTERTEXTUALIDADE E SIMPLIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO NORMATIVA DA NR- 31

*Alex Leal de Oliveira  
Clélia Gomes dos Santos  
Amanda de Almeida Oliveira*

### 1 INTRODUÇÃO

A divulgação em linguagem acessível das normas regulamentadoras (NRs) de saúde e segurança do trabalhador na atividade agropecuária e agroindustrial é pouco realizada. Diante das barreiras de comunicação, a cordelização pode ser bem útil como gênero textual para a decodificação de textos legais, a exemplo da Norma Regulamentadora voltada à atividade rural (NR-31). Este capítulo foi desenvolvido considerando o estudo do texto cordelizado já produzido e as potencialidades da elaboração de cordéis técnicos, especificamente na área de saúde e segurança do trabalhador rural.

Tematiza-se aqui a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais no campo e nas agroindústrias, pois estas tornam-se de grande relevância, considerando os riscos associados ao trabalho no rural. O Brasil figura entre as nações em que mais ocorrem acidentes, sendo que uma parcela expressiva dessas vítimas vive em áreas agrícolas. Um dos obstáculos no enfrentamento a acidentes e doenças laborais é a falta de acesso a materiais instrucionais ou informativos que estejam adequados à linguagem do trabalhador rural, que muitas vezes encontra dificuldades de leitura e letramento.

Convém destacar que as informações relacionadas à Saúde e Segurança do Trabalho (SST) partilham de uma área interfacial, ocupada por três grandes espaços do conhecimento, que são complementares nesse campo (a engenharia, a saúde e o direito). Pela natureza da atividade, existe uma hiperespecialização da atuação profissional, fato que dificulta ainda mais a divulgação das informações, tanto para o meio técnico-científico, quanto para o público em geral, em especial os trabalhadores do setor primário.

Nesse sentido, foi realizada a experiência de extensão aqui relatada, pois as bases normativas da SST para o setor agropecuário estão dispostas no texto da NR-31, mas podem ser submetidas a algum processo de decodificação, passando de uma linguagem técnica para uma versão mais adequada ao público do campo. Essa simplificação da informação normativa, por meio de cordéis ou outros materiais instrucionais similares, pode servir de apoio à divulgação das informações trazidas pela legislação e pelas indicações de pesquisa na área de saúde e segurança do trabalhador rural.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Uma das premissas da segurança ocupacional é que o trabalhador deve ser conhecedor do risco. Além de ser um direito do trabalhador, a divulgação dos riscos ocupacionais existentes no ambiente laboral é uma responsabilidade do empregador.

Essa orientação é apresentada no corpo na NR-01, que trata das *Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais*, especificamente no seu item 1.4 *Direitos e deveres*, colacionado adiante:

### 1.4.1 Cabe ao empregador:

a) cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho;

### b) informar aos trabalhadores:

I. os riscos ocupacionais existentes nos locais de trabalho;

II. as medidas de prevenção adotadas pela empresa para eliminar ou reduzir tais riscos;

III. os resultados dos exames médicos e de exames complementares de diagnóstico aos quais os próprios trabalhadores forem submetidos; e

IV. os resultados das avaliações ambientais realizadas nos locais de trabalho. (BRASIL, 2020)

O esclarecimento dado aos trabalhadores rurais sobre a existência dos riscos (*físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, mecânicos e psicossociais*) deve ser feito de forma adequada, com uma linguagem que seja condizente com o contexto sociocultural do grupo, mas tal iniciativa ainda carece de metodologias e instrumentos voltados para esse público. Nesse cenário, o conhecimento torna-se uma ferramenta muito útil na prática cotidiana da prevenção, uma vez que a informação certa pode evitar acidentes e doenças ocupacionais ou reduzir os potenciais danos de acidentes que venham a ocorrer.

Ao compreender os riscos e as medidas de prevenção, o trabalhador pode tomar decisões mais acertadas em relação ao planejamento e à realização das práticas envolvidas na sua atividade. Quando são apresentados os riscos envolvendo a segurança ocupacional, leva-se em conta a sua classificação, porém é o efeito combinado dos diversos riscos que é percebido pelo trabalhador, conforme destacado na Figura 1.

Figura 1 – Efeito combinado dos riscos ocupacionais sobre a saúde e segurança do trabalhador rural



Fonte: elaborado pelos autores, 2021

Obviamente, a comunicação de riscos é uma das frentes de atuação da SST, que se integra ao conjunto de iniciativas tomadas pelo empregador para a formação de um ambiente seguro e saudável. Os treinamentos, as instruções, as medidas de proteção individuais e coletivas, além das ações administrativas, entre outras, também são necessários para uma completa estratégia de prevenção.

Em relação à comunicação de riscos, destaca-se os papéis assumidos pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa). Tavares (2010) destaca, dentre outras atribuições do SESMT, a de promoção e realização de atividades de conscientização e orientação dos trabalhadores, por meio de campanhas e programas com duração permanente, além do esclarecimento dos empregados sobre acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Paoleschi (2009) também aponta a responsabilidade dos membros da Cipa, destacando a atuação da comissão enquanto colaboradora na conscientização dos empregados no tocante à utilização de equipamentos e à realização de procedimentos de segurança.

## **2.1 Aspectos da Segurança do Trabalho Rural**

A legislação, bem como muitas das instruções de saúde e segurança do trabalho, é dispersa em textos de diferentes legislações, normas técnicas e ainda em instruções operacionais aplicadas, sendo o agrupamento de informações uma tarefa não muito simples, especialmente ao planejarmos atividades de trabalho agrícola.

### 2.1.1 Conjunto Normativo e NR-31

A normatização em matéria de saúde e segurança do trabalhador é organizada por meio das Normas Regulamentadoras. Estas são disposições complementares da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Basicamente, apresentam obrigações, direitos e deveres a serem observados e cumpridos pelos empregadores e trabalhadores, visando à promoção do trabalho seguro e salubre, evitando assim os acidentes e as doenças ocupacionais.

Atualmente, existem em vigor 37 Normas Regulamentadoras, sendo algumas delas de observância por todas as empresas — conhecidas por normas gerais — e algumas específicas chamadas de normas setoriais. As normas regulamentadoras em vigor estão apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Normas Regulamentadoras em vigência

NR	Tema
01	Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais
02	Inspeção prévia
03	Embargo ou interdição
04	Serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho
05	Comissão interna de prevenção de acidentes – CIPA
06	Equipamento de proteção individual – EPI
07	Programa de controle médico e saúde ocupacional - PCMSO
08	Edificações

<b>NR</b>	<b>Tema</b>
09	Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos
10	Segurança em instalações e serviços em eletricidade
11	Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais
12	Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos
13	Caldeiras, vasos de pressão, tubulações e tanques metálicos de armazenamento
14	Fornos
15	Atividades e operações insalubres
16	Atividades e operações perigosas
17	Ergonomia
18	Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção
19	Explosivos
20	Segurança e saúde no trabalho com inflamáveis e combustíveis
21	Trabalho a céu aberto
22	Segurança e saúde ocupacional na mineração
23	Proteção contra incêndios
24	Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho
25	Resíduos industriais
26	Sinalização de segurança
27	Registro profissional do técnico de segurança do trabalho

NR	Tema
28	Fiscalização e penalidades
29	Norma regulamentadora de segurança e saúde no trabalho portuário
30	Segurança e saúde no trabalho aquaviário
31	Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura
32	Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde
33	Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados
34	Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, reparação e desmonte naval
35	Trabalho em altura
36	Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados
37	Segurança e saúde em plataformas de petróleo

Fonte: organizado pelos autores, com base nas informações disponíveis no site Ministério do Trabalho e Previdência do Brasil, 2021

Dentre as normas regulamentadoras vigentes, destaca-se neste trabalho a NR-31, que versa sobre a ***Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura***. A existência de uma norma setorial voltada para o trabalho rural deve-se à presença de diferentes riscos na atividade, envolvendo tarefas com utilização de: máquinas e equipamentos, construções e instalações, agrotóxicos e afins, dentre outras.

A NR-31 tem o objetivo, apresentado por Brasil (2020), de estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho rural, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades do setor com a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho rural.

Do ponto de vista estrutural, a NR-31 é organizada em itens (Quadro 2) que norteiam a tomada de decisão e o planejamento seguro das diferentes

operações realizadas no trabalho agrícola, pecuário, florestal e aquícola.

Quadro 2 – Itens da NR-31: Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquíicultura

<b>Item</b>	<b>Abordagem da Norma</b>
31.1	Objetivo
31.2	Campo de Aplicação - Obrigações e Competências - Das Responsabilidades
31.3	Programa de Gerenciamento de Riscos no Trabalho Rural - PGRTR
31.4	Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho Rural - SESTR
31.5	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural - CIPATR
31.6	Medidas de Proteção Pessoal
31.7	Agrotóxicos, Aditivos, Adjuvantes e Produtos Afins
31.8	Ergonomia
31.9	Transporte de Trabalhadores
31.10	Instalações Elétricas
31.11	Ferramentas Manuais
31.12	Segurança no Trabalho em Máquinas, Equipamentos e Implementos
31.13	Secadores, Silos e Espaços Confinados
31.14	Movimentação e Armazenamento de Materiais
31.15	Trabalho em Altura
31.16	Edificações Rurais
31.17	Condições Sanitárias e de Conforto no Trabalho Rural

Fonte: Brasil (2020)

Para o desenvolvimento de materiais instrucionais referentes à saúde e segurança do trabalhador, é importante que o elaborador disponha de conhecimentos sobre a aplicação da norma. Além disso, é necessário que possua algumas habilidades de produção textual e decodificação da linguagem técnica, de modo a tornar os materiais instrucionais mais adequados à utilização dos trabalhadores rurais, fazendo uso da intertextualidade na simplificação da informação normativa.

### **2.1.2 Decodificação de Textos Normativos e Legislações**

A divulgação científica e técnica é uma temática ainda crescente no meio acadêmico, existindo grande potencial de estudo e desenvolvimento. Moreira e Massarani (2002) apontam que as atividades de divulgação científica ainda são consideradas marginais e, na maioria das instituições, não influenciam na avaliação de docentes, destacando que as iniciativas dos organismos nacionais de fomento à pesquisa têm sido tímidas.

## **2.2 MATERIAIS INSTRUCIONAIS APLICADOS A TRABALHADORES RURAIS**

### **2.2.1 Escolarização e letramento em áreas rurais**

Ao pensar nos sujeitos que vivem e trabalham nas áreas rurais e estão diariamente manuseando materiais de uso instrucional, como manuais de máquinas ou equipamentos, é necessária alguma reflexão sobre a formação escolar que esses sujeitos receberam e sobre o modo que eles podem lidar com esses instrumentos.

Segundo Kleiman (1995, p. 19 *apud* Mortatti, 2004, p. 90), “podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos [...]”. Soares (2003) complementa a reflexão anterior, ao fazer, em sua definição, menção às práticas sociais decorrentes das habilidades da leitura e escrita que o indivíduo desenvolve. Nesse sentido, pontua que letramento é mais que aprender a codificar e decodificar, é saber utilizar essas habilidades nas diversas práticas sociais em que forem exigidas.

A escolarização rural, na perspectiva do letramento, tem conexão com a função social que ocupa a leitura e a escrita para o indivíduo ou grupo social. Assim sendo, importa que as instituições formadoras proponham práticas que possibilitem ao indivíduo do campo e/ou ao trabalhador rural o contato com os diversos gêneros textuais, em especial com aqueles inerentes ao labor desses trabalhadores, como manuais técnicos, instruções de uso, materiais orientadores de tarefas e procedimentos, entre outros.

Ao discutir sobre a escolarização e o letramento no âmbito da população rural, é necessário apresentar situações em que o trabalhador rural — sujeito do processo — tenha contato com diversos textos escritos, imagéticos, audiovisuais e instrucionais, entre outros que circulam, e faça uso deles, priorizando aqueles que tratam do ambiente rurícola ou de temas afins, pois o entendimento é de que a leitura precisa de contextualização e criticidade, sendo um processo que requer a compreensão do texto, e não simplesmente a ação mecânica da codificação e decodificação.

Nesse sentido, o cordel, por se tratar de um gênero textual com bases na tradição oral, transmitida de geração para geração, com linguagem ritmada e simples, torna-se uma das alternativas interessantes para a simplificação de textos complexos para o público rural com limitações de escolarização e letramento. Ao transpor diversas informações técnicas, muitas vezes de vocabulários específicos — pouco utilizados pelas pessoas no dia a dia —, para a linguagem de cordel, permite-se o acesso a informações cruciais ao trabalhador rural, informações essas que são relacionadas à questão da segurança operacional, de utilização de máquinas, uso de produtos e ferramentas, produção, entre outros.

Para além de ser simples, o cordel reflete de certo modo o contexto rural, muitas vezes estereotipado e visto como inferior pelo meio urbano. Por meio do cordel, as pessoas manifestam costumes, falares, desejos, refletem sobre suas condições e expõem seus pensamentos e vontades. Fazer da literatura de cordel uma aliada na tratativa de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais é muito mais que auxiliar a compreensão de termos técnicos ou instrucionais, é valorizar os costumes e tradições de comunidades específicas, além de fazer com que as novas gerações conheçam e tenham acesso a esse gênero textual.

### **2.2.2 Educação para o trabalho: bases andragógicas para a produção de materiais instrucionais**

O processo de ensino-aprendizagem voltado a pessoas adultas é dotado de certas especificidades, pois trata-se de um método exigente em planejamento, uma vez que a realidade da vida adulta envolve temas centrais e concretos, como família, trabalho ou sustento, e as iniciativas direcionadas à educação desse grupo não devem se afastar de uma necessária contextualização que compreenda diferentes realidades, vivências e questionamentos.

Assim, ações educativas, com finalidade de instrução técnica, que são voltadas para o público rural, podem se valer de metodologias com bases andragógicas, que apresentam princípios bem definidos. Segundo Knowles *et al.* (2009), a andragogia pode ser entendida como a arte e a ciência de ensinar adultos, consistindo em princípios fundamentais de aprendizagem que buscam demonstrar ao seu público a necessidade de saber: *saber o que, por que e como irá aprender.*

Para a produção e o desenvolvimento de materiais instrucionais com potencial utilização entre trabalhadores, é possível a adoção das técnicas apresentadas no processo de aprendizagem embasado nas teorias andragógicas. Assim sendo, os materiais precisam ser produzidos em linguagem adequada, além de estarem em sintonia com a realidade sociocultural das pessoas e em contexto compatível com a etapa de desenvolvimento dos leitores.

A utilização de materiais instrucionais produzidos com o devido planejamento é uma forma de estreitar os caminhos da comunicação, vinculando as situações cotidianas com as teorias científicas. É aí, portanto, que entra a proposta de desenvolvimento de materiais didáticos/institucionais, como os cordéis, no processo de ensino-aprendizagem de adultos do meio rural, especialmente na região Nordeste brasileira.

### **2.2.3 A cordelização como o instrumento de inclusão para a comunicação em segurança do trabalho rural**

O cordel dispõe de algumas características que podem ser aproveitadas no processo de instrução na área de saúde e segurança do trabalhador rural. Partindo da ideia de que o acidente ou a doença ocupacional são consideradas como consequências negativas do trabalho inseguro, é possível construir uma

narrativa cordelizada<sup>1</sup> que estimule a prevenção, uma vez que as decorrências negativas dos acidentes devem ser evitadas.

Ao serem utilizados textos em linguagem mais simplificada, espera-se que ocorra uma maior inclusão dos trabalhadores rurais, especialmente daqueles que apresentam maiores problemas de escolarização e letramento. Como o cordel aborda temas relevantes, mas possui ritmo próprio, pode ser lido de forma clara e direta por um dos trabalhadores, respeitando o jogo de palavras que tratam de situações reais da vida rural.

A linguagem desse gênero textual tem potencial emprego em processos formativos de treinamento ou instrução na área de saúde e segurança ocupacional. A utilização de textos cordelizados pode ser capaz de instigar os debates sobre a prevenção de acidentes, promover a integração dos participantes em treinamentos de segurança e servir como estímulo ao autoconhecimento do trabalhador, uma vez que a temática do mundo do trabalho faz parte do cotidiano da vida adulta.

### **2.3 ELABORAÇÃO DE CORDEL COM BASE NA NR-31: A experiência da produção, revisão, diagramação e divulgação da obra: “Cordel da NR-31: Desembolando no verso a segurança do trabalho rural”**

#### **2.3.1 Intertextualidade e transposição da informação textual**

A produção de texto cordelizado com temática da área de saúde e segurança do trabalhador rural necessita de consulta às bases teóricas e referências técnicas dispostas em textos legais e normas regulamentadoras. É na visita a textos básicos que se estabelece o diálogo sobre a intertextualidade do cordel instrucional, uma vez que é difícil encontrar um texto que não converse com outro que o antecedeu. Ainda que esse texto exista, ele não estará livre de dialogar com o tempo e o espaço de sua produção.

Nessa direção, Koch *et al.* (2000, p. 46) apresenta a ideia da relação que um texto produzido carrega com outros textos e com as vivências anteriores de quem o escreveu:

Todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e, desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos, que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe. Isso significa que o conhecimento que se tem sobre o que já foi lido anteriormente contribui na elaboração de um sentido ao novo texto, assim como ajudam as noções que se tem do mundo, da cultura, dos estereótipos.

Ao direcionar a produção de materiais escritos sobre a atividade laboral realizada no meio rural, sobretudo para o trabalhador desse espaço, rapidamente se estabelece uma interrelação com os textos instrucionais, manuais de orientações, entre outros materiais que estão associados ao trabalho agrícola em si. Nesse contexto é que a cordelização desses textos técnicos passa a valorizar a cultura da tradição oral, criando uma nova decodificação, em linguagem simples, que valoriza e reconhece comunidades linguísticas por meio da intertextualidade.

Considerando o caráter lúdico e dinâmico, é esperado que, por meio do texto cordelizado com foco na prática intertextual, seja possível despertar o interesse e o envolvimento dos trabalhadores rurais em assuntos inerentes à sua atuação no mundo do trabalho, bem como estimulá-los a adquirir conhecimentos sobre a sua própria cultura.

Para Coutinho:

A Literatura, como toda arte, é uma transfiguração do real, é a realidade recriada através do espírito do artista e retransmitida através da língua para as formas, que são os gêneros, e com os quais ela toma corpo e nova realidade. Passa, então, a viver outra vida, autônoma, independente do autor e da experiência de realidade de onde proveio (COUTINHO, 1978, p. 9-10).

Coutinho (1978) explicita que o escritor de um texto literário apropria-se do real, transforma-o em ficção. O leitor, por sua vez, reflete sobre sua condição humana e o meio social em que convive e, a partir daí o modifica.

Reportando a Compagnon:

[...] a literatura deve, portanto, ser lida e estudada porque oferece um meio – alguns dirão até mesmo o único – de preservar e transmitir experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida. Ela nos torna sensíveis ao fato de que os outros são muito diversos e que seus valores se distanciam dos nossos (COMPAGNON, 2009, p. 60).

Assim sendo, o texto literário, independentemente do gênero, deve estar presente em espaços diversos de formação dos sujeitos porque preserva e transmite experiências dos outros, desperta a sensibilidade humana com valores diversos, estimula a reflexão sobre comportamentos e ainda permite que sejam revistas as diferentes maneiras de ver o mundo e as condições nesse mundo.

### **2.3.2 Desenvolvimento do *Cordel da NR-31: Desembolando no verso a segurança do trabalho rural***

O Projeto de extensão “*Segurança do Trabalho Rural explicada em Cordel*” foi uma ação voltada à divulgação da norma de saúde e segurança do trabalhador na atividade rural e teve como objetivo proporcionar aos trabalhadores rurais, aos estudantes dos cursos de ciências agrárias (técnicos e superiores) e aos demais interessados no assunto uma abordagem introdutória ao tema, considerando as especificidades da linguagem cordelizada.

A elaboração de um cordel com potencial utilização como material instrucional foi realizada com apoio na revisão de materiais técnicos relacionados à área de SST Rural, de forma intertextual. Sua escrita foi planejada considerando as características particulares do público potencial: agricultores da região semiárida brasileira.

As estrofes, dispostas em ritmo textual priorizado por sextilhas, apresentam situações do trabalho rural, dos riscos envolvidos e da forma que muitos trabalhadores reagem quando ficam diante de situações que possam resultar em acidentes. O texto foi desenvolvido respeitando as vivências e os valores do trabalho rural, bem como os potenciais limitantes de vocabulário técnico.

No trecho destacado adiante, percebe-se a existência de conexão do texto produzido com o texto normativo, especialmente para os itens: *31.10 - Instalações Elétricas* e *31.12 - Segurança no Trabalho em Máquinas, Equipamentos e Implementos*:

[...]  
*Começo logo pelo trator  
É máquina e equipamento  
Tem norma de segurança  
Não basta só ter o talento  
Ser tratorista “garganteiro”  
É preciso o treinamento  
  
O cabra mexe em toda peça  
Tudo que é tipo de motor  
Parece até mecânico  
Mas ele é agricultor  
Tem uns que leva a sério  
Acha que é inventor  
Liga tudo na tomada  
Nem conhece disjuntor  
  
Eletricidade é coisa séria  
Não cabe improvisação  
Manejo em quadro de comando*

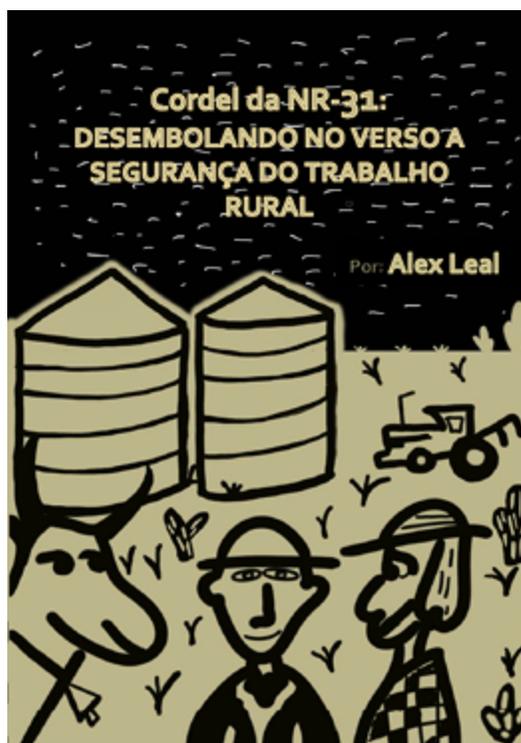
*Faz parte da produção  
Seja em máquina e implemento  
Ou em pivô de irrigação  
[...]*

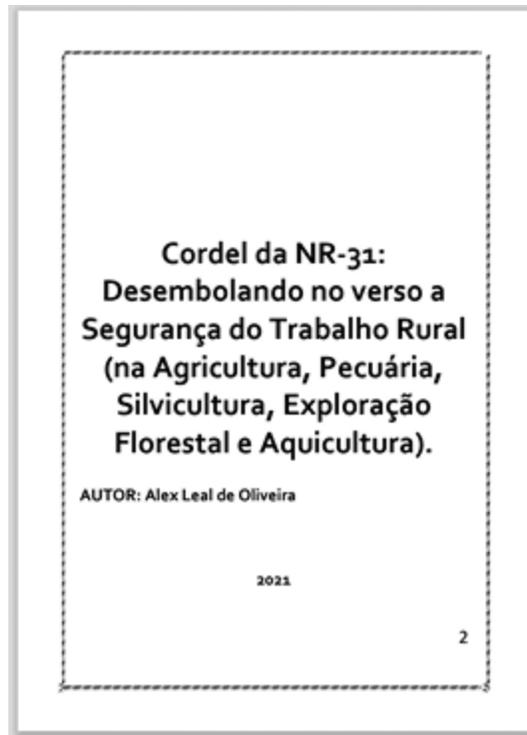
**Trecho do Cordel da NR-31: Desembolando no verso a segurança do trabalho rural (Oliveira, 2021 p. 7).**

Por se tratar de um material de apoio a práticas de instrutoria, para utilização junto aos diferentes públicos interessados, o cordel foi produzido para acesso por meio eletrônico, disponibilizado no site do Instituto Federal Baiano – *Campus* de Bom Jesus da Lapa, para download gratuito. Além da forma eletrônica, o cordel instrucional pode ser impresso, em diagramação com tamanho 12x16 cm (dimensões próximas ao cordel convencional), com fontes de texto suficientemente legíveis e dotado de capa ilustrada e colorida.

Os elementos gráficos da capa lembram as impressões de cordéis feitas com xilogravuras, embora não tenha sido realizada essa técnica na arte de capa.

Figura 2 – Capa e folha de rosto do Cordel da NR-31: Desembolando no verso a segurança do trabalho rural





Fonte: Oliveira (2021)

A experiência de decodificar as informações da NR-31 em cordel foi uma tentativa de abordar o assunto de forma simples e direta com os trabalhadores rurais, especialmente da região do semiárido, que estão mais habituados à linguagem cordelizada e percebem no cordel algo próximo e familiar. Assim, o assunto da prevenção de acidentes rurais ganha um importante aliado, uma vez que normas e textos legais nem sempre têm linguagem totalmente adequada ao público que precisa ser informado.

Embora o material instrucional cordelizado tenha como objetivo maior a comunicação com os agricultores, pode servir como importante ferramenta a ser discutida entre os profissionais da área técnica que atuam no setor agropecuário. Como a norma de *Saúde e Segurança do Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura (NR-31)* é de cumprimento obrigatório nas propriedades rurais, deve ser conhecida por todos os envolvidos no setor primário: agricultores, pecuaristas e aquicultores, e pelos profissionais com formação na área de ciências agrárias, a exemplo dos eng. agrônomos, agrícolas, florestais, de pesca, zootecnistas, médicos veterinários e técnicos agrícolas.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A cordelização é uma das possibilidades de adaptação de textos da legislação para públicos que apresentam lacunas no processo de escolarização ou letramento. Apesar de ter algumas limitações de utilização, a cordelização desse tipo de texto pode trazer grandes benefícios, pois provoca o despertar para o entendimento do assunto técnico, além de atingir camadas de leitores que não têm acesso ao texto normativo.

O cordel e o seu contexto rural, especialmente no Nordeste brasileiro, representam uma tradição da oralidade desse povo e, ao mesmo tempo, funcionam como facilitadores do diálogo sobre a vida e o trabalho no campo. O conhecimento sobre segurança do trabalho rural organizado em forma de cordel fornece algumas informações ao leitor ou ouvintes da leitura, podendo servir como um texto contributivo para a reflexão inicial sobre a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais no ambiente de trabalho do campo.

A partir da produção textual supracitada e das análises feitas, percebe-se que os cordéis instrucionais podem ser tratados como recurso de apoio a treinamentos e instruções sobre prevenção de acidentes ou doenças ocupacionais, jamais sendo substitutivo da legislação regular ou dos treinamentos oficiais. Por se tratar de um produto cultural, deve ser apresentado em contexto adequado para os trabalhadores rurais. Um momento oportuno para a discussão do cordel instrucional da NR-31 é durante a condução dos Diálogos Diários de Segurança (DDS) ou nas atividades das Semanas Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Sipat).

A produção do *Cordel da NR-31: Desembolando no verso a segurança do trabalho rural* buscou despertar no leitor as emoções e os sentimentos vivenciados no trabalho rural, considerando as especificidades da atividade laboral e a diversidade de tarefas realizadas no campo. O material instrucional não tem a pretensão de substituir o texto legal, na verdade, tem a intenção de ajudar na construção de uma “cultura de segurança” entre os colaboradores do agro.

O material instrucional *Cordel da NR-31: Desembolando no verso a segurança do trabalho rural* é recomendado para a iniciação ao estudo sobre o texto normativo, podendo ser entendido como o ponto de partida para as discussões sobre a prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais,

considerando os trabalhadores que desenvolvem sua atividade laboral em propriedades rurais ou unidades agroindustriais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Norma Regulamentadora N.º 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Portaria MTb n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 06/07/78. Texto atualizado na Portaria SEPRT n.º 6.730, de 09 de março de 2020. **D.O.U.** de 12/03/2020.

BRASIL. Norma Regulamentadora N.º 31 - Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura. Portaria MTE n.º 86, de 03 de março de 2005 04/03/05. Texto atualizado na Portaria SEPRT n.º 22.677, de 22 de outubro de 2020. **D.O.U.** de 27/10/2020.

COMPAGNON, A. **Literatura para quê?** Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

COUTINHO, A. **Notas de teoria literária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KNOWLES, M. S.; HOLTON III, E. F.; SWANSON, R. A. **Aprendizagem de resultados**: Uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

KOCH, I. V.; TRAVAGLIA L. C. **Argumentação e linguagem**. São Paulo. Cortez. 2000.

MOREIRA, I. C.; MASSARANI, C. M. L. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. *In*: MASSARANI, L. ; BRITO, I. C. M. F. **Ciência e público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ. Anais do Fórum de Ciência e Cultura, 2002. p.43–65.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

OLIVEIRA, A. L. **Cordel da NR-31**: Desembolando no verso a Segurança do Trabalho Rural (na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura). Bom Jesus da Lapa: IF Baiano, 2021. 14p.

PAOLESCHI, B. CIPA: **Comissão interna de prevenção de acidentes** – guia prático de segurança do trabalho. São Paulo: Érica, 2009. 128p.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas\*, 2003.Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita.

TAVARES, J. C. **Tópicos de administração aplicada à segurança do trabalho**. 10. ed. São Paulo: Editora Senac, 2010. 153p.

Em formato de cordel. Termo usado aqui para designar uma característica da narrativa ou do gênero poema de cordel.

## CAPÍTULO III

### TERTÚLIA LITERÁRIA DIALÓGICA NO CAMPO

*Maria Nazaré Vieira Rodrigues  
Valdinéia Antunes Alves Ramos*

#### 1 INTRODUÇÃO

*O meu nome é Severino, como não tenho outro de pia. Como há muitos Severinos, que é santo de romaria, deram então de me chamar Severino de Maria; [...] somos muitos Severinos iguais em tudo na vida.*

*(MELO NETO, 2000, p. 13)*

Severino fala de si e de tantos outros que carregam a mesma “vida severina”, tornando-se uma representação de algo que é muito maior que ele. A literatura nos movimenta nessa construção identitária, nos mobiliza ao questionamento de si e do mundo. O contato com a escrita literária possibilita à leitora(o)/escritora(o) a experiência do encontro com as próprias identificações, sejam estas coletivas ou individuais.

Desde muito cedo aprendemos sobre a importância da palavra partilhada, da roda de conversa e da escrita, que expressa e fortalece os sentimentos de um povo. As palavras tecem o fio de nossa história e fazem parte das interações humanas, expressando sentidos, valores, posicionamentos e ideologias.

Na escrita literária, as palavras traduzem crenças, percepções, e nos possibilitam refletir sobre o nosso modo de ser e estar no mundo. A literatura cria e recria realidades, amplia o conhecimento de mundo e possibilita a leitores(as) e escritores(as) o desenvolvimento do senso crítico, da criatividade e da imaginação.

Considerando as potencialidades do texto literário e a metodologia participativa que fundamenta a Tertúlia Literária Dialógica (TLD), originou-se o projeto “Tertúlia Literária Dialógica no Campo: a literatura como ferramenta na criação coletiva do conhecimento”.

O projeto surgiu como uma proposta de pesquisa durante a especialização em Educação do Campo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Bom Jesus da Lapa*. Considerando o caráter

extensionista da atividade com a TLD, o projeto foi registrado por meio de Edital de Extensão n.º 06/2020 PROEX/CPPEX/IFBAIANO FLUXO CONTÍNUO e certificado pela coordenação de extensão do IF Baiano – *Campus Bom Jesus da Lapa*.

Neste capítulo apresentaremos a Tertúlia Literária Dialógica como um campo de investigação importante para o trabalho com a literatura de forma diversificada e inclusiva, isto é, uma metodologia de aprendizagem coletiva e colaborativa, que tem como foco a leitura de textos literários e o diálogo igualitário.

O objetivo principal do projeto foi investigar como a Tertúlia Literária Dialógica pode contribuir para o fortalecimento das relações interpessoais, da construção identitária e do diálogo intersubjetivo e igualitário entre jovens e adultos da comunidade quilombola onde as atividades foram desenvolvidas.

Em diálogo com o objetivo principal do projeto, buscou-se responder à seguinte questão: como estimular a leitura e a interpretação de textos literários, utilizando a TLD, na formação de jovens e adultos do campo?

Para atender a esse propósito principal, considerou-se os seguintes objetivos específicos: a) refletir coletivamente sobre a estrutura da Tertúlia Literária Dialógica (TLD); b) criar espaços de leitura e interpretação de textos da literatura brasileira; c) analisar a narração da TLD como estratégia para desenvolver a oralidade e promover o diálogo igualitário; e d) contribuir para o fortalecimento da identidade da comunidade.

A TLD constituiu-se de três rodas de leitura com a participação de 12 mulheres da comunidade. Mulheres quilombolas, com suas histórias e experiências, que enriqueceram a Tertúlia. Mães, meninas, estudantes, professoras, mulheres negras, que se fortalecem na luta e na coletividade. Cada uma com sua subjetividade, compuseram esse mosaico chamado Tertúlia Literária Dialógica.

Um dos grandes desafios na educação é potencializar a formação de leitores cada vez mais conscientes de seu papel enquanto agentes de transformação social. Em uma perspectiva freiriana, as práticas de leitura precisam estar atreladas a uma proposta de educação libertadora, na qual os sujeitos desenvolvem o senso crítico, a consciência de si e do mundo.

Considerando que a proposta com a TLD orienta-se pela participação e construção de uma relação horizontal entre todas as participantes, a

abordagem utilizada foi a qualitativa, tendo como foco a pesquisa participante.

Neste estudo, consideramos a Tertúlia Literária Dialógica como uma metodologia participativa (LEDES, 2016; FLECHA; MELLO, 2005; FREIRE, 2002),

pois a TLD configura-se como um espaço de diálogo que favorece a construção de saberes. Quando integram a Tertúlia, as participantes, além de interagirem com o(a) autor(a) do texto, também interagem com o grupo e com a própria comunidade.

Nessa perspectiva, nas próximas sessões, o(a) leitor(a) conhecerá a estrutura da Tertúlia Literária Dialógica e seus impactos no campo aplicado. Os objetivos aqui apresentados serão discutidos ao longo das sessões, especialmente na análise dos resultados e nas considerações finais, ressaltando as diferentes manifestações e interpretações de mundo dos jovens e adultos da comunidade.

## **2 TERTÚLIA LITERÁRIA DIALÓGICA: UM ESPAÇO DE INTERAÇÃO E CONSTRUÇÃO COLETIVA DE SABERES**

A Tertúlia Literária Dialógica envolve a construção coletiva de conhecimentos, valorizando os diferentes saberes, o que permite aos participantes terem espaço e interação com os outros de forma que aprendam e compartilhem experiências e saberes.

A TLD é, em sua essência, uma reunião entre amigos, educadores, educandos, familiares, ou simplesmente frequentadores de um mesmo local que se reúnem para compartilhar saberes, a partir da análise de textos literários, músicas ou contos orais, com os quais se constrói a compreensão do que foi lido, ouvido ou contado, possibilitando, desse modo, um melhor entendimento do mundo.

A Tertúlia Literária Dialógica é uma atividade cultural e educativa desenvolvida em torno da leitura de livros da literatura Clássica Universal. Destinada a pessoas sem formação universitária, foi criada [...] na Escola de Educação de Pessoas Adultas da Verneda de Sant-Martí, em Barcelona/Espanha, por educadores e educadoras progressistas, em conjunto com participantes da escola, homens e mulheres que estavam iniciando ou retomando sua escolaridade (FLECHA; MELLO, 2005, p. 29).

A TLD surge com o propósito de oportunizar acesso igualitário à leitura dos clássicos da literatura. Ela apresenta, desde o seu “nascimento”, uma função transformadora e dialógica. Nas Tertúlias, as pessoas se encontram para

“decodificar” o mundo, superando discursos dominantes, especialmente o de que a literatura não é para todos.

Mas como se constitui a dinâmica da TLD? Os encontros acontecem com regularidade. O grupo decide o livro a ser lido e a parte a comentar. Cada participante apresenta um fragmento escolhido para ler para o grupo. O diálogo se constrói a partir dessas interações. As opiniões podem se divergir, pois os argumentos são peças importantes do debate, mas o grupo precisa em conjunto estabelecer uma interpretação. Entretanto, caso não haja consenso, não há indicação de certo ou errado em função da posição de poder que o sujeito ocupa.

Nessa perspectiva dialógica e freiriana, “dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos” (FREIRE, 2002, p. 78). Os sujeitos constituem-se na interação, em um movimento de busca e de reconhecimento de si mesmo em comunhão com os outros, ou seja, “a língua e os sujeitos se constituem nos processos interativos” (GERALDI, 2006, p. 19).

Na Tertúlia Literária, o diálogo construído busca estabelecer relações de confiança e reconhecimento. A essência da TLD encontra-se já em seu processo de criação:

Criada com pessoas originárias de grupos que sofrem exclusão e preconceitos de diferentes ordens, mantém sua vocação e compromisso: é uma atividade gratuita, aberta às pessoas de diferentes coletivos sociais e culturais, incluindo pessoas recém alfabetizadas. É espaço de diálogo igualitário e de transformação (pessoal e do entorno social mais próximo). Sua metodologia baseia-se na aprendizagem dialógica, forma de aprendizagem como a que desenvolveu Paulo Freire em sua vida e obra pelo mundo e com as pessoas (FLECHA; MELLO, 2005, p. 29).

A Tertúlia constitui-se, então, como uma prática educativa não formal, mas de fundamental importância para a formação de leitores(as) e escritores(as), especialmente para a educação em espaços não escolares.

Na comunidade quilombola, a realidade cotidiana dos(as) moradores(as)/estudantes é desafiadora, pois precisam conciliar trabalho na roça, na pesca ou afazeres domésticos, com os estudos. A Tertúlia Literária Dialógica (TLD) surge como uma prática educacional alternativa e singular, como um convite à liberdade de expressão, em que os sujeitos podem manifestar seus sentimentos, descobrir e compreender melhor suas próprias emoções.

Na Tertúlia Literária os participantes escolhem a leitura que desejam realizar e relatam sobre os motivos que os levaram à determinada escolha. Com isso, “[...] vão estabelecendo entre todos e todas critérios para eleger a leitura, mostrando suas diferentes leituras de mundo mesmo que o processo de aprendizagem de leitura e de escrita escolarizada esteja em processo inicial” (GIROTTI, 2007, p. 68).

A TLD fundamenta-se pela perspectiva da aprendizagem dialógica, na qual a intersubjetividade, as interações e o diálogo são geradores de aprendizagem:

A aprendizagem dialógica ocorre em *diálogos igualitários*, nas interações em que a *inteligência cultural é reconhecida* em todas as pessoas e orientada para a transformação dos níveis anteriores de conhecimento e do contexto sociocultural, visando o *sucesso de todos*. A aprendizagem dialógica ocorre em interações que aumentam a aprendizagem instrumental, favorecem a criação de sentido pessoal e social, são guiadas por *princípios de solidariedade* e em que a igualdade e a diferença são valores compatíveis e, mutuamente, enriquecedores (AUBERT *et al.*, 2008, p. 167).

Nessa concepção de aprendizagem não há uma hierarquia de saberes. As diferenças culturais e as contribuições de cada participante são tratadas de modo igualitário. A aprendizagem acontece a partir da interação e necessidade dos(as) participantes.

Vale ressaltar que, ao final da atividade com a TLD, são lidas as memórias da Tertúlia, ou seja, há um registro das falas do encontro, que são compartilhadas com todos. Acreditamos, especialmente com este estudo, que o diálogo revela-se como um dos elementos fundamentais para o processo de constituição do sujeito social.

### **3 METODOLOGIA DO ESTUDO**

Nesta seção apresentamos o viés metodológico do projeto desenvolvido. Aqui, tecemos uma discussão sobre o fazer pesquisa qualitativa na perspectiva da metodologia participante.

Este estudo constitui-se fortemente na relação com o outro, na valorização da alteridade e dos diferentes saberes compartilhados. Sua característica fundante é a participação e o estabelecimento de uma relação horizontal entre os sujeitos, ou seja, “a relação tradicional de sujeito-objeto [...] deve ser progressivamente convertida em uma relação do tipo sujeito-sujeito, a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber” (RODRIGUES; CORREA, 2008, p. 54).

Nessa perspectiva, importa-nos trabalhar “com um universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2009, p. 21), questões que valorizam a subjetividade como inerente ao processo de investigação (LUDKE; ANDRÉ, 2007; MINAYO, 2009; GATTI, 1999).

Consideramos a Tertúlia Literária Dialógica (TLD) como uma metodologia participativa, uma vez que ela tem como função principal a criação coletiva de significados e aprendizagens, fundamentados no diálogo igualitário e na participação dos membros envolvidos.

A compreensão desse processo metodológico é primordial, visto que o trabalho com a comunidade quilombola requer uma atitude aberta, flexível, e uma escuta sensível. Nessa perspectiva é fundamental o envolvimento da comunidade na análise de sua própria realidade. Tal envolvimento acontece pelas vias das metodologias participativas, as quais ocorrem pelo diálogo e contribuem para a construção de atitudes colaborativas, responsáveis e transformadoras.

A TLD desenvolvida na comunidade constituiu-se de três encontros realizados no período de julho a setembro de 2020<sup>2</sup> com a participação de 12 pessoas, sendo estas jovens e adultas da comunidade. Os encontros foram realizados no pátio de uma escola municipal da comunidade, que está localizada na região oeste da Bahia, no Território de Identidade Velho Chico.

Após a realização desses encontros foi aplicado um questionário eletrônico<sup>3</sup>, no intuito de avaliar as atividades desenvolvidas e coletar informações para o fortalecimento de ações futuras na comunidade.

O questionário revelou-se como uma importante técnica de investigação, pois, assim como nos orienta Gil (1999, p. 132), as perguntas em um questionário evidenciam conteúdos, fatos, atitudes, comportamentos, sentimentos, padrões de ação, comportamento presente ou passado, entre outros. Ele é um instrumento importante para a coleta de dados subjetivos em uma pesquisa qualitativa.

Vale ressaltar que, em respeito aos princípios éticos que regem o rigor científico, os nomes das participantes que compõem este estudo foram preservados.

#### **4 TERTÚLIA: ENCONTRO, SUJEITOS E APRENDIZAGENS**

Para Amorim (2001, p. 16), “não há trabalho de campo que não vise ao encontro com um outro, que não busque um interlocutor”. É nessa relação de alteridade que os indivíduos constituem-se. O(a) extensionista, ao desenvolver um projeto ou atividade em uma comunidade, “tem sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetada” (ANDRÉ, 1995, p. 28), visto que os sujeitos produzem e compartilham discursos em interação com os demais participantes.

Para que a Tertúlia chegasse ao conhecimento das moradoras(res), realizou-se um processo de divulgação do projeto junto à comunidade e, posteriormente, a inscrição dos interessados. A proposta de trabalho com a TLD foi amplamente divulgada, participando do projeto um total de 12 mulheres.

Havia entre as participantes: estudantes, donas de casa, trabalhadoras rurais, mulheres casadas, solteiras e adolescentes. Desse total, seis participantes se autodeclararam moradoras da comunidade, quatro disseram ser estudantes/moradoras da comunidade e duas disseram ser professoras/moradoras da comunidade.

Quanto à escolaridade, as participantes apresentaram-se da seguinte forma: cinco com ensino superior, duas com ensino fundamental e cinco com ensino médio. Essas especificações e essa diversidade são importantes para o estudo da Tertúlia Literária, pois entre seus objetivos está a criação de espaço de diálogo igualitário, onde todos os saberes são importantes e compõem a interpretação coletiva sobre determinado tema ou assunto.

A Tertúlia constituiu-se em três oficinas literárias realizadas no período de julho de 2020 a setembro de 2020.

Quadro 1 – Tertúlia Literária Dialógica (TLD) no campo

<b>Encontros</b>	<b>Livro Escolhido</b>	<b>Autor(a)</b>
TLD I	História do Quilombo Rio das Rãs	Ivanir Rodrigues (Moradora da Comunidade)
TLD II	Vidas Secas	Graciliano Ramos
TLD III	Morte e Vida Severina	João Cabral de Melo Neto

Fonte: elaborado pelas autoras, 2020

Na escolha das obras, levou-se em consideração a literatura brasileira e a produção escrita local. Para iniciar a Tertúlia, a pesquisadora partiu da própria localidade onde as participantes encontram-se inseridas.

O livro de Ivani Rodrigues, mulher negra, moradora da comunidade, contando em verso a história do povo quilombola, possibilitou um encontro com o passado e uma reflexão sobre o momento presente, reavivando a luta e história do povo daquela comunidade: *“Nesta época nossa luta/ Estava uma batata quente /Ainda bem que em nosso meio/Tinha muitos homens valente. Vou citar alguns nomes/ Dos que se destacaram/Simplicio e Eduardo/Tatú, Gené e Mario”* (LIMA, 2006, p. 07).

Esse momento fortaleceu o encontro entre diferentes gerações, com destaque para aqueles(as) que lutaram e lutam pelo direito à terra e à vida com dignidade.

A escolha do livro que aborda a história do Quilombo Rio das Rãs tornou-se um incentivo a mais para as participantes da pesquisa, tanto para as mais jovens, que tiveram a oportunidade de conhecer um pouco da sua ancestralidade, quanto para as mais experientes, que, por sua vez, tiveram a oportunidade de narrar as suas próprias histórias de lutas, sendo referências de resistência. As participantes mais jovens conheceram um pouco da própria história, por meio da literatura de cordel, e revisitaram a conquista do território quilombola, no qual nasceram e se criaram.

Os demais autores foram escolhidos pelo grupo devido às suas obras tratarem da história nordestina, do sertão e seus efeitos na vida de um povo, realidade que dialoga com experiências vivenciadas pelo grupo. Em decisão coletiva, o grupo estabeleceu que todas as obras escolhidas para leitura deveriam ser de autores(as) brasileiros(as).

O primeiro encontro ocorreu em julho de 2020, com acolhida e instruções contendo o protocolo de recomendações de prevenção à COVID-19. Em todos os encontros foram disponibilizados álcool em gel e respeitadas as orientações quanto ao distanciamento e ao uso de máscaras.

Depois da leitura das instruções, o grupo acompanhou uma mística com uma oração. É tradição na comunidade quilombola Rio das Rãs realizar encontros que valorizem a oração. Antes da leitura do livro, o grupo ouviu a

música *Educação do Campo*, de Gilvan Santos, com quatro participantes caracterizadas de camponesas, apresentando alguns objetos do campo: a enxada na mão, representando a luta diária no campo; a vasilha contendo milho e feijão, representando o alimento, a fartura que o campo produz; um recipiente com terra e água, demonstrando a importância desses elementos na vida do povo camponês; e livros e canetas nas mãos, para ilustrar nosso poder de transformação, como se verifica na fotografia a seguir:

Figura 1 – Encontro Tertúlia Literária no Campo



Fonte: arquivo do projeto, 2020

Em seguida, o grupo conheceu a estrutura de uma Tertúlia Literária Dialógica, os objetivos do projeto e o livro *História do Quilombo Rio das Rãs*, de Ivanir Rodrigues. O grupo nomeou uma participante para ser a moderadora e outra para ser a relatora das falas/discussões que ocorreriam no decorrer do encontro.

Essa Tertúlia significou muito para o grupo, tendo em vista que a autora/moradora da comunidade se fez presente, oportunizando aos participantes o esclarecimento de algumas dúvidas, pois Ivani Rodrigues vivenciou as etapas de lutas pela conquista do território.

A tertúlia foi dividida por turno de falas<sup>4</sup>. A moderadora abriu o turno de falas com a pergunta: “*Quem gostaria de compartilhar o primeiro trecho escolhido?*”. Em seguida, ela anotou a ordem das pessoas que se dispuseram a falar, concedendo a palavra ao primeiro da lista e assim sucessivamente.

A leitura e argumentação da primeira pessoa indica a página em que está o trecho escolhido, lê-se em voz alta e argumenta-se sobre o porquê daquela escolha. Assim, a moderadora pergunta se alguém escolheu o mesmo trecho ou quer comentar sobre ele. Quanto à ideia apresentada, ela questiona se há

consenso ou discordância. Abre-se outro turno de fala e anota-se a ordem daqueles que querem fazer comentários. Após a leitura e argumentação, a moderadora abre o novo turno de fala para comentários críticos e reflexões das demais participantes.

Em seguida, inicia-se o mesmo procedimento para o segundo trecho lido, e assim por diante. Para finalizar a Tertúlia, a relatora lê o texto produzido. Segue esse procedimento de respeitar a ordem do primeiro turno e abrir novos turnos, até que todos tenham sua palavra garantida. Por fim, o grupo escolhe o livro a ser lido na próxima Tertúlia.

Nos encontros seguintes ocorreram as mesmas etapas da Tertúlia. Para o segundo encontro, realizado em agosto de 2020, optou-se pela obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. Romance modernista com temática regionalista, retrata a vida difícil de uma família de retirantes sertanejos obrigada a se deslocar de tempos em tempos para áreas menos castigadas pela seca. *Vidas Secas* não se tratou de um romance típico sobre a seca regional, mas sobre vidas humanas.

Nesse encontro, após a mística inicial, a voluntária iniciou o momento com algumas perguntas, por exemplo: “*Quem leu o livro completo? Quem não leu, por quê? Qual a dificuldade de leitura? Gostou do livro?*”.

Um aspecto importante foi constatar que a maioria das participantes havia realizado a leitura, porém algumas não tinham o livro impresso, nem habilidade para realizar leitura via celular, por isso não haviam lido o livro. A falta de habilidade com o celular foi a maior dificuldade relatada por algumas das participantes. Além disso, a maioria não tem acesso a computador.

Em setembro de 2020, aconteceu o terceiro encontro da TLD. Nesse dia, seguindo a dinâmica da Tertúlia, foi analisado o livro *Morte e Vida Severina*. Um poema dramático, obra-prima do poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto. Trata-se de um Auto de Natal com temática regionalista.

O encontro iniciou-se com a música *Xote Ecológico*, de Luiz Gonzaga. Ao final do encontro a relatora tomou nota de todas as discussões e reflexões a respeito do livro. Para finalizar a tertúlia, houve uma avaliação coletiva sobre o momento.

A fim de coletar informações e avaliar o projeto, foi disponibilizado um questionário eletrônico para as participantes, contendo quatro questões abertas e cinco de múltipla escolha, totalizando nove questões para serem

respondidas. Na próxima seção, apresentaremos algumas evidências a partir desse instrumento aplicado.

## **5 PERCEPÇÕES A PARTIR DA PRÁTICA DIALÓGICA DA TERTÚLIA LITERÁRIA**

A metodologia das rodas de conversa da Tertúlia Literária Dialógica realizada na comunidade possibilitou às participantes vivenciar experiências diferentes das experimentadas no ambiente escolar em relação à leitura, visto que, na Tertúlia, a leitura não está vinculada diretamente à aprendizagem de um determinado conteúdo, ou a fins avaliativos.

O compromisso em participar da TLD baseou-se na lógica do prazer em estar juntos, compartilhando conhecimentos, interagindo com pessoas parceiras, que se interessam em adquirir cada vez mais conhecimentos, bem como em partilhar com o grupo o seu ponto de vista sobre determinado assunto.

Em respeito ao princípio ético a que se compromete esta pesquisa, as participantes são representadas neste estudo com nomes fictícios, os quais estarão relacionados à flora da região nordeste.

Ao serem questionadas sobre o que mais gostaram nas rodas de leitura, as participantes destacaram, de modo positivo, os diálogos, a troca de experiência e a reflexão sobre a própria história. Nesse sentido, a participante Mandacaru comenta que *“gostou da interação com os demais participantes por quê cada um pôde dar a sua opinião sem desrespeitar a opinião dos demais participantes”* (Mandacaru, 2020). Essa fala reforça um dos princípios fundantes da Tertúlia Literária Dialógica, que é a construção igualitária do debate e respeito aos diferentes saberes. Todas as participantes devem ter a mesma oportunidade de falar, não importa a função, idade, escolaridade, ou outro fator de ordem social, por exemplo.

A participante Angico destaca que foi importante *“falar do nosso contexto, dentro de realidades que foram escritas em outros períodos da história”* (Angico, 2020). Essa afirmação está atrelada à perspectiva freiriana de que pensar a partir da realidade vivida é a base para a construção de qualquer conhecimento e para a consciência de si e de seus processos de interação com o mundo (FREIRE, 2002). Essa compreensão contribui para a interpretação do contexto social no qual as participantes estão inseridas.

## 6 LEITURA LITERÁRIA: UM DIÁLOGO ENTRE MUNDOS

O diálogo literário possibilita a todos os envolvidos enxergar o mundo com o olhar de outros e com a sua própria percepção. Nesse sentido, as participantes ressaltaram que a realização de rodas de leitura com a metodologia da TLD contribui para aproximar os estudantes dos livros/textos da literatura. Para a participante Angico, a TLD *“permite o contato com a leitura e a exposição de ideias no coletivo”* (Angico, 2020).

Em relação ao contato com a leitura no dia a dia, sete participantes relataram que algumas vezes têm contato com a leitura, quatro disseram que frequentemente leem e apenas uma participante destacou que raramente lê, pois não tem o hábito da leitura.

Essa informação foi muito singular e dialogou com uma das propostas da pesquisa, que é potencializar a formação de leitores, porque, mesmo não tendo o hábito ou não gostando de ler, a participante sentiu-se motivada a estar presente nas rodas de leitura e se envolver nas interações mediadas pela TLD.

Quando questionadas sobre o tipo de texto/livro que costumam ler, algumas participantes destacaram que gostam de ler *“romance, ficção, religiosos, biografias, livros de autoajuda entre outros”* (Macambira, 2020), ou *“[...] leituras do dia a dia das redes sociais, para [...] preparar para o trabalho. O horóscopo e leituras dos [...] disciplinas”* (Mandacaru, 2020).

Nesse sentido, um aspecto se revelou fundamental para a compreensão das questões apresentadas pelas participantes, ou seja, o que realmente podemos dizer sobre o que significa ser um(a) leitor(a)? Nas palavras do escritor e desenhista Ricardo Azevedo (2004):

De um certo ponto de vista, é possível dizer que leitores são simplesmente pessoas que sabem usufruir dos diferentes tipos de livros, das diferentes “literaturas” – científicas, artísticas, didático-informativas, religiosas, técnicas, entre outras – existentes por aí. Conseguem, portanto, diferenciar uma obra literária e artística de um texto científico; ou uma obra filosófica de uma informativa. Leitores podem ser descritos como pessoas aptas a utilizar textos em benefício próprio, seja por motivação estética, seja para receber informações, seja como instrumento (AZEVEDO, p. 38, 2004).

Como se verifica, as participantes da TLD, na comunidade Rio das Rãs, têm acesso a diferentes gêneros textuais, especialmente aos da esfera religiosa. A Tertúlia Literária Dialógica surge como uma possibilidade de acesso e interação com os textos da literatura brasileira, de modo a contribuir para a

inserção das participantes em práticas de letramento, muitas vezes, consideradas restritas ao universo acadêmico ou escolar.

Os diálogos construídos na TLD revelam e ressaltam as diferentes vozes e fortalecem o diálogo entre culturas, sem que as participantes inseridas nesse processo precisem “abrir mão” de seus valores, crenças e costumes. A TLD cria possibilidades para o fortalecimento das identidades e a inserção dos sujeitos em práticas de letramento literário.

## 7 PERSPECTIVAS PARA FUTURAS AÇÕES COM A TLD

As participantes apresentaram algumas sugestões de melhorias para os próximos encontros: três disseram que a forma como a Tertúlia foi realizada estava condizente com os seus anseios e expectativas. Em contrapartida, para a participante Mandacaru, deveria haver “*mais disponibilidade de tempo dos participantes e textos da literatura de autores negros*” (Mandacaru, 2020). Nessa mesma linha, a participante Baraúna sugeriu a inclusão de “*livros mais atuais, com temas mais presentes*” (Baraúna, 2020).

As sugestões apresentadas pelas participantes Mandacaru e Baraúna reforçam a necessidade de discutir textos literários mais atuais e destacam a importância da visibilidade da escrita feminina negra, bem como de outros autores negros. Indicação importante para a continuidade do projeto na comunidade.

O movimento de escritores(as) negros(as) e demais coletivos na literatura têm contribuído para a construção de um novo e empoderado discurso sobre a mulher negra, sobre o povo negro. Essa questão, por sua vez, representa um diferencial para o discurso literário dominante e ressignifica a noção de cânone, pois evidencia as potencialidades da literatura negra, suas formas de luta e resistência.

Para Bastos (2015), o trabalho literário é espaço de resistência porque permite e evidencia o horizonte da liberdade, fortalecendo assim a luta contra o mundo da opressão.

*História do Quilombo Rio das Rãs* representou, em versos, as várias vozes de pessoas que lutaram e continuam lutando pelo direito à terra e pelo direito à vida.

*Vidas Secas* não se trata apenas de um romance típico sobre a seca regional, mas sobre vidas secas, o sertão, seus contextos e efeitos sobre as pessoas que ali

estão.

*Morte e Vida Severina*, com a musicalidade dos versos, a leitura quase cantada, um cordel tipicamente nordestino, nos apresentou o drama e a vida, as fragilidades da vida Severina.

Nesse processo de identificações, individuais ou coletivas, que a literatura desperta, as mulheres, meninas quilombolas, esperam novas escritas literárias: a visibilidade do protagonismo das mulheres negras na literatura.

Esse processo de construção identitária consolida-se nas relações sociais, no processo de interação dos indivíduos nos diversos espaços sociais dos quais participam. Nesses espaços, buscam construir sentidos de si mesmos e, simultaneamente, do outro. As identidades não são neutras, pois, carregadas de sentido, expressam nosso modo de ver o mundo e de nos posicionar nele. Para Bauman (2005, p.17):

[...] as identidades [...] não têm a solidez de uma rocha, não são garantidas para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade.

Dessa forma, as identidades aqui referenciadas são construídas na interação com o grupo. Esse processo de construção da identidade dá-se a partir do sentimento de pertencimento a determinado território, interligado pelas relações sociais e pelas lutas internas e externas.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Tertúlia Literária Dialógica mostrou-se como um campo de atuação educacional, humano e social importante para o acesso à leitura e escrita literária, mas, também, como um instrumento que possibilita a descoberta de si e do outro mediatizado pela leitura de mundo. Ela evidencia as potencialidades de construção de uma educação dialógica para além dos muros da escola.

A aprendizagem Dialógica e a Tertúlia Literária Dialógica acreditam na educação como movimento libertador, buscando desconstruir estereótipos e romper as barreiras da exclusão de grupos que historicamente tiveram seus direitos negados, não só à educação, mas também a outros aspectos sociais básicos.

A TLD valoriza a história do sujeito, a interação e a escuta como perspectivas de levante contra-hegemônico. Ela entende que a leitura e compreensão dos “clássicos” literários, dos diferentes textos da literatura universal ou brasileira, devem ser acessíveis a todos(as).

As participantes na TLD leram, interpretaram e manifestaram interesse em participar de processos de aprendizagens que tivessem como foco o estudo da literatura. Em um processo dialógico de compreensão, elas relacionaram os escritos literários com a própria vida, ressignificando a experiência com o texto escrito, em uma dialogia que transcendia a leitura e narração da obra literária. As interpretações somavam-se aos próprios contextos de vida e existência.

O objetivo principal do projeto foi alcançado à medida que as participantes se sentiam motivadas a interagir nas rodas de leitura, apresentando seus posicionamentos e suas interpretações. Os resultados revelaram os fortalecimentos das relações interpessoais. Houve proposição de continuidade dos encontros com a TLD nas casas dos moradores, para incluir mais pessoas nas rodas de leitura, em uma espécie de sarau literário.

Entretanto, devido ao momento atual de pandemia causada pelo novo coronavírus, essa proposta não pôde ser acatada, ficando como sugestão para futuras ações com a Tertúlia Literária na comunidade.

Outros objetivos alcançados com a TLD foram o fortalecimento da identidade do grupo por meio da discussão de temas e questões que emergiam no coletivo, bem como o fortalecimento do diálogo intersubjetivo e igualitário.

As participantes conheceram a estrutura da Tertúlia Literária Dialógica (TLD) e desenvolveram a oralidade por meio da narração da TLD, e os encontros possibilitaram espaços de diálogo igualitário, pois os diferentes saberes foram respeitados e apreciados durante os diálogos estabelecidos pelo grupo.

A proposta inicial foi pensada para mais encontros, porém, pela questão da pandemia, alguns encontros tiveram que ser interrompidos pela dificuldade de acesso ao material impresso. O grupo sugeriu, para futuras ações, a leitura de textos da literatura negra e de produções literárias mais atuais, com o objetivo de fortalecer a identidade da comunidade local e reconhecer o protagonismo de autores e autoras negras nesse universo das letras.

A Tertúlia revelou-se bastante produtiva, mesmo sendo realizada em apenas três encontros, pois evidenciou as possibilidades de interação com textos da literatura brasileira, aproximou jovens e adultas da comunidade do processo de leitura e escrita, evidenciou as etapas de lutas pela conquista do território quilombola e reavivou, apesar da dureza das escritas, a esperança de dias melhores.

Nossa gratidão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, à Especialização em Educação do Campo e à Coordenação de Extensão do *Campus* Bom Jesus da Lapa pela oportunidade e o incentivo à publicação deste capítulo.

Nosso agradecimento especial à Comunidade Quilombola Rio das Rãs, às mulheres que seguraram a nossa mão nesse processo de compartilhar a palavra e saberes tão importantes para o desenvolvimento deste estudo.

A TLD nos motiva a utilizar as letras para a compreensão da nossa realidade e do mundo que nos cerca. Nesse sentido, ratificamos aqui as palavras proferidas por Paulo Freire ao final da *Pedagogia do Oprimido*: “Se nada ficar destas palavras, algo ao menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e nas mulheres e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar”.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro**: Bakhtin nas ciências humanas. São Paulo: Musa, 2001.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- AUBERT, A.; FLECHA A.; GARCÍA, C.; FLECHA, R.; RACIONERO, S. **Aprendizaje dialógico en la sociedad de la información**. Barcelona: Hipatia, 2008.
- AZEVEDO, R. Formação de leitores e razões para a Literatura. In: SOUZA, Renata Junqueira de. (org.) **Caminhos para a formação do leitor**. São Paulo: DCL, 2004. ISBN 85-7338-927-3.
- BASTOS. Hermenegildo. **Posfácio, Inferno, Alpercata**: trabalho e liberdade em Vidas Secas. In: RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- FLECHA, Ramón; MELLO, Roseli Rodrigues de. Tertúlia Literária Dialógica: compartilhando histórias. **Revista de educação**, Salvador, ano 13, nº 48, p. 29-33, 2005.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 46. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GATTI, B. A. Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, SP, nº 1, v.1, p. 63-79, 1999.

GERALDI, J. W. **Linguagem e Ensino**: exercícios de militância e divulgação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIROTTTO, V. C. **Tertúlia Literária Dialógica entre crianças e adolescentes**: conversando sobre âmbitos da vida. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2007.

LEDES, Maria Isabel Nascimento. **Tertúlia**: uma metodologia inovadora na formação do professores da educação básica. In: Congresso de Iniciação Científica, Estágio e Docência do *Campus Formosa*, 2016, Formosa-GO. Anais [...]. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/ciced/article/view/8758>. Acesso em: 13 jan. 2022.

LIMA, I. R. **História do Quilombo Rio das Rãs**. 2. ed. Quilombo Rio das Rãs, Bahia, 2006.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2007.

MELO NETO, J. C. **Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MELLO, Roseli Rodrigues de. Tertúlia Literária Dialógica: espaço de aprendizagem dialógica. **Contrapontos**, Itajaí, v. 3, n. 3, p. 449–457, set./dez. 2003. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/277240796\\_Tertulia\\_Literaria\\_Dialogica\\_espaco\\_de\\_aprendizagem\\_dialogico](https://www.researchgate.net/publication/277240796_Tertulia_Literaria_Dialogica_espaco_de_aprendizagem_dialogico). Acesso em 27 ago. 2019.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 127. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RODRIGUES BRANDÃO, C.; CORREA BORGES, M. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, v. 6, n. 1, 25 set. Uberlândia, 2008.

A possibilidade de mais encontros foi interrompida pelas dificuldades específicas do contexto atual de pandemia e, conseqüentemente, pela dificuldade de acesso a materiais impressos. Os encontros foram realizados seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde quanto aos cuidados de prevenção à COVID 19. No período de realização da pesquisa não havia registro de caso positivo de coronavírus na comunidade.

O questionário, em formato eletrônico, foi entregue via [aplicativo](#) multiplataforma de [mensagens instantâneas](#) e chamadas de voz — WhatsApp — para acesso por link, gerado por meio de uma ferramenta gratuita oferecida pelo Google: o *Google Forms*.

O turno refere-se ao momento de fala de cada um dos interlocutores na interação, suas oportunidades de assumir o discurso e contribuir com a dinâmica conversacional.

## CAPÍTULO IV

# VELHO CHICO EM VIDEOARTE: SÍMBOLOS CULTURAIS LAPENSES REPRESENTADOS PELA LINGUAGEM POÉTICA AUDIOVISUAL

*Ediênio Vieira Farias  
Grace Itana Cruz de Oliveira  
Junio Batista Custódio*

### 1 INTRODUÇÃO

*Sou Barranqueiro, sou forte, filho de Nego d'água  
Um Nobre, Protetor das corredeiras [...].  
(Paulo Araújo, Nobre barranqueiro)*

A cantoria *Nobre Barranqueiro*, que entusiasma a abertura deste capítulo, desperta-nos para a reflexividade acerca dos símbolos culturais, da memória e da linguagem que permeiam as relações sociais do Território de Cidadania Velho Chico. Por sermos, também, “filhos de nego d’água” e “protetores das corredeiras”, entoamos a necessidade de defender as potencialidades desse espaço constitutivo, demarcando — indiretamente — o encontro de nossas histórias e experiências. Ao mesmo tempo, apresentamos nessas entrelinhas os modos de resistência aos discursos dominantes e práticas disruptivas que afetam a diversidade ambiental e, conseqüentemente, os modos de vida da população local.

Por complementaridade, o sentido emergente de “nobre”, nesse canto, faz enlace ao movimento de desconstrução ideológica enfatizado na composição deste capítulo. Ainda que a qualidade de “ser nobre” pareça estar reservada à direiteza e ao bem-estar de uma fidalguia histórica, no corpus dessa letra, “ser nobre” representa o reconhecimento de si do sujeito do “sertão banhado de rio” que se constitui na sua relação com a literatura, a música, a arte, a teatralidade e a dança, além de conviver com os problemas causadores de impactos ambientais e problemas psicossociais.

Nesse sentido, a escrita deste capítulo foi provocada por essas inflexões, as quais foram atravessadas, inicialmente, pela elaboração e o desenvolvimento do projeto extensionista “O Velho Chico em videoarte: a ação cultural

cotidiana de Bom Jesus da Lapa imaginada pela linguagem poética audiovisual”, financiado e mantido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano/*Campus* Bom Jesus da Lapa) e, posteriormente, cuja consolidação dos resultados possibilitou a constituição deste texto.

A fim de situar a proposta inicial e contribuir com o alcance desta obra, torna-se relevante entender que o projeto extensionista em questão foi constituído por uma equipe de professores e estudantes (bolsistas) do IF Baiano/*Campus* Bom Jesus da Lapa em parceria com o Núcleo da Diversidade Étnico-racial da Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa, nos anos de 2017 e 2018. Em termos mais elucidativos, aprovado pelo edital de Chamada Interna de Extensão n.º 2/2017/Proex/CGDTCC/IF Baiano, o projeto teve por objetivo geral produzir uma videoarte com as potencialidades artísticas e vivências socioculturais do Município de Bom Jesus da Lapa.

Os estudos e ações foram ancorados em uma pesquisa-ação colaborativa e diagnóstica de pesquisa, que contribuíram com o levantamento coletivo dos símbolos e manifestações culturais da comunidade local. As etapas do projeto contaram com o apoio de alguns artistas locais, servidores públicos do município e estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio do IF Baiano/*Campus* Bom Jesus da Lapa. Ao final, tomando por base os estudos no campo das artes audiovisuais, apreendemos que a criação e socialização de uma videoarte, no cenário territorial do Velho Chico, é um dispositivo pedagógico e cultural que contribui para a formação relacionada a aspectos da sustentabilidade, difusão artística e preservação da memória local.

A fim de demarcar nossa inquietação acerca dessa temática, constituímos as seguintes perguntas: quais símbolos culturais evidenciam a realidade social do Território Velho Chico? Pela diversidade desses símbolos, como representá-los na relação entre cultura, memória e linguagem? Nesse sentido, o objetivo basilar deste escrito é apreender alguns símbolos culturais lapenses, os quais alicerçam o entrecruzamento de cultura, memória e linguagem no campo das representações sociais<sup>5</sup>.

É relevante elucidar que o estudo acerca da cultura lapense não amortiza a diversidade e singularidade do Velho Chico. Contudo, representa um recorte de algumas atividades culturais que fomentam as representações desse território e o reconhecimento de sua pluralidade cultural, política, econômica e social. Além disso, a abordagem cultural de um lugar revela-se, ao campo

educacional, um modo de reconhecer os processos educativos enquanto práticas formativas que levam em consideração o senso comum, as especificidades culturais e o conhecimento de seus partícipes.

Assim posto, a linguagem audiovisual marca esse enlace entre os aspectos educacionais e culturais de uma realidade socioespacial<sup>6</sup>. Nas linhas que se seguem, essa linguagem revela-se pelo significante videoarte, o qual pode ser entendido também como um dispositivo pedagógico para ser utilizado em situações de ensino e aprendizagem na sala de aula. Antes mesmo de tratar dessa produção audiovisual, consideramos didático elucidar o sentido de cultura, memória e linguagem, numa maneira de situar nossas ideias e os estudos abordados neste texto.

## **2 CULTURA, MEMÓRIA E LINGUAGEM: ALGUNS SENTIDOS E SIGNIFICADOS**

Como o principal objetivo do projeto extensionista pautou-se na apreensão de símbolos culturais de um espaço referenciado, faz-se necessário apresentar os fundamentos teóricos que nos mobilizaram a compreender e discutir o tema em pauta. Apesar de o termo possuir acepções diversas, situá-lo nesse escrito torna-se um elemento necessário.

Nessa perspectiva, apegamo-nos inicialmente aos estudos de Gohn (2011) pelos quais a autora contextualiza a emergência e formação do termo cultura, desde o nascimento etimológico<sup>7</sup> da palavra até o sentido sociológico contemporâneo que esse significante consegue alcançar. Assim posto, de maneira sintética, a conceituação de cultura perpassa pela abordagem kantiana, quando foi compreendida enquanto um artefato capaz de medir o grau de desenvolvimento de uma civilização; pelo idealismo hegeliano, como aquela que expressa o conjunto articulado das formas de vida dos cidadãos, que, atravessadas por uma “quase-divinização” cristã de atos e comportamentos, promete e marca o lugar de uma via restrita de acesso do indivíduo ao saber total; por inspiração marxista, para a qual a cultura ultrapassa as questões de consciência e ideologia de classe para alcançar a representação de uma força social transformadora para a liberdade e emancipação dos sujeitos, sem perder de vista a práxis social e o campo dos conflitos (GOHN, 2011).

Por uma síntese complementar, a noção de cultura foi restritamente marcada por uma concepção europeia dominante, o que ocasionou um reducionismo das diferenças culturais, devido ao movimento de homogeneização, de maneira progressiva e inevitável, da cultura ocidental branca para todo o mundo (VELHO; CASTRO, 1978). Essa colonização cultural, por muitas vezes, buscou suplantar a diversidade cultural nas artes, músicas, danças e expressões diversas, inclusive naquelas insurgentes de territórios e populações colonizadas.

Conforme Gohn (2011), por muito tempo, o mundo europeu assumiu para si a missão de civilizar os indivíduos primitivos das terras colonizadas, considerados como aqueles que ainda não eram civilizados. Por essa interpretação dominante, a dualidade entre cultura e civilização foi se esvaindo, elevando a cultura à noção de código e sistema. O código, defendido por Lévi-Strauss (1973), demarca a formação cultural enquanto um conjunto complexo de aparelhos simbólicos que são capazes de assegurar a coletividade de um grupo e os modos de sua manifestação. No entanto, por uma lógica saussuriana, os códigos ganham sentido e constituem a cultura (de um lugar ou grupo) quando são organizados em variados (sub)sistemas e conjuntos de regras que acabam por caracterizar as condutas, as atitudes e os comportamentos humanos, a fim de atender uma lógica capitalista, inclusive.

Na visão sociológica, se por um lado a cultura se desenvolve pela esteira dos códigos e sistemas herdados de um estatuto de modernidade, por outro lado, numa perspectiva decolonial contemporânea, os estudos culturais ganham centralidade para pensar a sociedade e os grupos que a compõem pelo sentido de interação social, comunicação, identidade e pluralidade. Pensando por esse lado, e sem perder de vista os estudos de Hall (1998), a noção de cultura passa a englobar, com maior propriedade, “[...] os significados e os valores que surgem e se difundem nas diferentes classes e camadas sociais, como as práticas por meio das quais os valores e os significados se exprimem.” (GOHN, 2011, p. 42). Nesse sentido, configura-se o campo da diversidade, o lugar das representações e a luta pelo respeito à diferença.

Na abordagem moscoviciana das representações sociais, a concepção de cultura faz uma torsão aos estudos sociológicos, com intuito de retroalimentar os novos sentidos do termo e ancorar novas possibilidades à expansão cultural mediante os estudos psicossociais. Assim, no campo da Psicologia Social, os

estudos e as pesquisas referentes à cultura distanciam-se dos processos estáticos, os quais são fundamentados em práticas pré-moldadas pela tradição. Esse movimento nos desperta para apreender que a cultura, assim como a história, não fica presa ao passado e às práticas já constituídas. Desse modo, considerando os estudos nas representações sociais, a questão cultural adquire uma amplitude simbólica, o que faz os significados e valores reificarem-se com o tempo, sem perder de vista a manifestação da consciência subjetiva das pessoas sobre a realidade de um grupo, comunidade ou movimento aos quais esses sujeitos pertencem.

De acordo Moscovici (2015), essa realidade não se estrutura apenas em comportamentos e condutas dos sujeitos, mas também na consolidação de conceitos e nas produções de saberes por esses próprios sujeitos em interação com o(s) outro(s). Nesse sentido, as representações sociais elevam o sentido de cultura a um modo de organização do funcionamento social, o que integra um complexo sistema de imagens, palavras e significações.

Moscovici (2015) também contribui com esse pensamento quando diz que:

[...] o mundo em que vivemos é totalmente social. Isso significa que nós nunca conseguiremos nenhuma informação que não tenha sido distorcida por representações “superimpostas” aos objetos e às pessoas que lhes dão certa vaguidade e as fazem parcialmente inacessíveis. Quando contemplamos esses indivíduos e objetos, nossa predisposição genética herdada, as imagens e hábitos que nós já aprendemos, as suas recordações que nós preservamos e nossas categorias culturais, tudo isso se junta para fazê-las tais como as vemos (MOSCOVICI, 2015, p. 33).

A partir desses estudos, o conceito de cultura não se restringe aos códigos e (sub)sistemas instituídos simbolicamente. Não se reduz à relação sujeito-objeto nos laços invariáveis entre heranças e tradições. Nessa lógica, podemos tomar as representações como uma maneira de reconhecer o senso comum enquanto o lugar comum dos discursos, das formas de pensamentos, dos consensos, dos conflitos e das relações intersubjetivas. Por esse caminho, a cultura emerge como um modo de figuração para escapar das amarras das percepções e dos pensamentos constituídos. Marca-se, assim, o lugar da comunicação, da interação e da memória para alcançar a transformação social de um lugar ou território.

Diante do exposto, consideramos pertinente abordar o sentido da memória e da linguagem. As elucidações acerca desses termos retroalimentam a noção de cultura, além de possibilitarem alcances fundamentados à problematização

anunciada na seção introdutória deste escrito. Numa primeira abordagem, a memória funda-se na dialética lembrar/esquecer, seja das narrativas e suas significações, seja de seus objetos e representações simbólicas. Contudo, o ato de memorar evidencia, na contemporaneidade, um outro modo de reviver o passado. Contempla a representação, não no sentido de repetição, mas na inteireza de reavivar e constituir uma nova historicidade a partir de valores e significados já constituídos. A memória, no campo das representações sociais, renasce em uma perspectiva crítica e contemporânea. Emerge sobre outras possibilidades, fazendo-nos pensar e agir em torno de questões que estão além da dualidade lembrança/esquecimento. Desperta-nos para resistir contra “[...] o silenciamento, o enquadramento, o apagamento, entre outras chances de conflito. Esse processo, claro, envolve tensão e disputa, e a memória aparece com sua grande dimensão social, para afirmação de identidades” (FEIX, 2017, p. 09).

Por essa dimensão social, Jodelet (2017, p. 195) defende que uma das perspectivas da memória:

[...] está centrada nos confrontos entre passado e presente: estudam-se, nesse caso, os conflitos e compromissos entre tradição e novidade; as inércias do passado que entram o progresso do presente [...]; os riscos que faz correr, para o presente ou para o futuro, o esquecimento ou a ocultação do passado, do qual atestam alguns acontecimentos da atualidade com o valor comemorativo e simbólico.

Diante desses confrontos, podemos compreender que a história e a cultura estruturam-se por uma dinâmica multifacetada, pela qual englobam atividades de conservação de registros, conteúdos que são (re)utilizados no presente, a diversidade de valores e significados que atravessam grupos ou comunidades cotidianamente, assim como os modos de produção do imaginário popular que marcam as expressões identitárias de uma lugar (JODELET, 2017).

Essa pluralidade de entendimento sobre a cultura revelou-se no desenvolvimento da proposta extensionista em questão. Abarcar essa dinâmica complexa, sem perder de vista a relação escola-comunidade, fez-nos apreender os símbolos culturais e as memórias lapenses que servem de alicerce aos entrelaçamentos de ambas na dimensão social e subjetiva.

Para esse enlaçamento, buscamos um suporte aos estudos da linguagem. Reconhecendo que esta se estrutura de maneira polissêmica no campo da comunicação, adotamos sua especificidade pelo campo das representações sociais. Conforme Marková (2006), a linguagem revela-se como um fenômeno

dinâmico ou enquanto processo de mudanças. Para essa autora, ainda, o real sentido do termo não pode assumir uma função neutra ou não comunicativa. Distante de uma visão funcionalista e não dialógica, a linguagem compõe-se também de ambiguidades e de características polissêmicas, o que reafirma a legitimidade do senso comum e o caráter plural do pensamento humano.

Sendo assim, ao expressar o “pensar pela boca”, a linguagem une o imaginário e as palavras, marcando o lugar da dialogicidade no campo das representações, elevando o sentido de engajamento entre eu e outro(s), ou entre sujeito e o social (MARKOVÁ, 2006). Nesse movimento de interação, os (sub)grupos, as comunidades ou as sociedades concebem, (re)criam e comunicam a sua própria realidade, assim, acabam por se tornar produtoras de culturas e passam a acolher a sua própria formação identitária, sem perder de vista o real sentido da diversidade.

Nessa tentativa de enlaçar cultura, memória e linguagem, demonstramos que pensar a cultura local perpassa por uma linha crítica de pensamento que agrega concepções para além da tradição e evocação de lembranças. Um projeto extensionista dessa natureza amplia a discussão para além dos limites de um sistema capitalista que tenta ocultar a cultura de um território de cidadania com tamanha representatividade nacional como o Velho Chico. Por essa reflexividade, a linguagem poética audiovisual foi eleita enquanto dispositivo criativo para demarcar a cultura e as memórias (no plural) desse espaço representacional.

### **3 LINGUAGEM POÉTICA AUDIOVISUAL: UM MODO DE REPRESENTAR A CULTURA E A MEMÓRIA DE UM LUGAR**

Sabemos que a linguagem audiovisual constitui-se pela utilização da fotografia em movimento e dos registros gráficos, combinados à sonoridade da voz humana, do som ambiente ou da música. Essa linguagem compõe-se de um arranjo semântico, dramático e expressivo de funções marcadas por deslocamento, posição e registro da câmera fotográfica (digital). Essa forma de linguagem, como o próprio termo anuncia, compõe-se da junção de aspectos de duas naturezas: o sonoro e o visual.

Para além dessa conceituação, a linguagem audiovisual engloba os estímulos sensoriais, a sensibilidade e a nervura artística daquele que a manuseia. Diante do contemporâneo, essa linguagem:

[...] é a que mais diretamente emerge da realidade e, portanto, dela se origina. Podemos dizer que a linguagem audiovisual expressa a realidade na sua dimensão espaço-temporal, ou seja, naquilo que a realidade é tempo e espaço, juntos e separados. Muitas questões se colocam quando pensamos nesses dois aspectos da realidade (COUTINHO, 2006, p. 26).

Tomando por base esses dois aspectos (tempo e espaço), a proposta extensionista alocou a arte e a técnica audiovisuais a partir da realidade social, pela qual buscou-se a representação de símbolos culturais locais com intuito de potencializar, sobretudo, o vínculo escola-comunidade. Essa alocação fez-nos constituir uma visão mais profunda e crítica dos dispositivos audiovisuais, mostrando-nos que é possível, por essa dimensão espaço-temporal, demarcar a singularidade e expressividade culturais do Território Velho Chico.

Seguindo essa linha de pensamento, trouxemos o significante “poético” para essa discussão, a fim de marcar o lugar da construção subjetiva dos sujeitos diante de sua conexão com o espaço representacional. Assim, tratar da linguagem poética, no traço audiovisual, torna-se uma experiência possível ao estudo da comunicação, o que faz renascer uma nova maneira de reflexividade à questão psicossocial, além de ampliar as interpretações acerca dos mundos de vida e o cruzamento das experiências passadas e presentes. De forma complementar, o poético, enlaçado à linguagem audiovisual, aguça o sentido da subjetividade social, a qual “[...] pode ser entendida como a constituição das subjetividades a partir dos condicionantes sociais sem desconsiderar os sujeitos como construtores de suas circunstâncias.” (NOVAES, 2015, p. 5). Em termos gerais, essa subjetividade está orientada pelos estudos na Teoria das Representações Sociais (TRS), fundada por Moscovici (1961, 2015). A introdução desse pensamento inaugura uma abordagem psicossocial sobre a constituição do sujeito na contemporaneidade, sem perder de vista a cultura do senso comum, o que eleva o sentido das crenças e dos conceitos constituídos na relação comunicacional cotidiana.

Em outras palavras, Novaes (2015, p. 08) afirma que “[...] não resta dúvida de que a subjetividade social está intimamente ligada à linguagem, à interação, uma vez que a comunicação entre indivíduos está enraizada no ato de adotar o papel do outro.” Dessa forma, no corpus da proposta extensionista em questão, a linguagem poética audiovisual foi caracterizada pelo significante videoarte, uma forma de expressão artística que foi consolidada no Brasil a partir da

década de 1970, tendo aparições e produções de destaque entre as décadas de 1980 e 1990, principalmente com as realizações do Festival Videobrasil<sup>8</sup>.

Nessa mesma perspectiva, Machado (1995, p. 117) defende que “[...] a noção de videoarte dentro destes parâmetros é ampla e pode atender a infinitas variações [...]. O tempo, porém, encarregou-se de organizar esse conjunto tendo como referencial o seu próprio desdobramento histórico.” Assim,

[...] para se produzir uma obra que se encaixe na vertente da videoarte, não basta apenas utilizar o suporte vídeo em sua produção. Os dispositivos visuais, a exemplo da fotografia, do filme ou do vídeo, são recorrentemente apropriados por artistas a fim de gravar suas ações, performances ou intervenções urbanas, auxiliando na maior parte, como forma de registro ou documentação dessas variadas práticas (ALMEIDA, 2017, p. 4–5).

Então, ao levar essa forma de registro de documentação para o cenário de uma proposta extensionista no âmbito de uma instituição federal de ensino, potencializa-se os modos de reflexão em relação aos sujeitos, aos seus modos de vida e às suas representações. Apropriar-se de um dispositivo visual dessa natureza fomenta novas maneiras de compreender a história e a cultura de um lugar. Por ser uma produção independente que envolve processos artísticos e subjetivos, a videoarte concebe, (re)cria e compartilha as realidades sociais e culturais de um povo. Essas representações sociais da cultura local, a partir da vertente videográfica, serviram de alicerce para reafirmar o enlace entre cultura e memória, numa forma de reconhecer as potencialidades de um território e singularizar, ainda mais, as suas produções artístico-culturais, materializadas em pintura, dança, música, teatro, fotografia, literatura, entre outras.

#### **4 SÍMBOLOS DA CULTURA LAPENSE EM VIDEOARTE: SIGNIFICADOS REPRESENTACIONIAS**

A utilização da videoarte, configurada como um novo ciclo de linguagem, carrega consigo características próprias. Esses aspectos específicos criaram possibilidades na apropriação da imagem, da escrita e do som, o que nos revela algumas manifestações tácitas do vídeo como instrumento semiótico plural (SANTOS, 2011). Assim, como a videoarte, desde a década de 1970, tem criado novas possibilidades artísticas e condições audiovisuais e comunicativas, o projeto de extensão constituiu-se em três etapas: grupos de estudos sobre a videoarte; desenvolvimento da pesquisa-ação, por viés diagnóstico, a fim de

aproximar dos movimentos e agentes culturais locais; e, por fim, produção e socialização da videoarte.

Na primeira etapa, a equipe do projeto realizou reuniões quinzenais com os seus membros para constituição do plano de ação do projeto e consequente envolvimento nos estudos bibliográficos e diagnósticos sobre a cultura, arte contemporânea, memória, linguagem audiovisual e videoarte (em especial). Essa fase constituiu-se como um espaço de pesquisa e formação para os estudantes e demais colaboradores envolvidos no projeto.

Na segunda etapa, ocorreu o desenvolvimento do plano de ação, levando em consideração os preceitos de uma pesquisa-ação sob um viés mais diagnóstico e colaborativo (GARRIDO, 1998). Essa metodologia tornou-se uma estratégia crucial para identificar e dialogar diretamente com a realidade social e cultural de Bom Jesus da Lapa<sup>2</sup>. Por meio desse diálogo, o projeto abriu caminhos para fortalecer o reconhecimento da diversidade cultural do Território Velho Chico. Importante salientar que, nessa fase do projeto, ocorreram as entrevistas formais e não formais com os agentes culturais (artistas e dirigentes de cultura) e estudantes, bem como a gravação de vídeos, os registros de imagens e os atos de fala dos colaboradores. Essa etapa também contou com a articulação da Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa, que colaborou na identificação dos artistas e agentes de cultura junto ao Núcleo da Diversidade Étnico-racial da Secretaria Municipal de Educação e Cultural do município. Na etapa posterior, foi feito o protocolo das informações e a coleta de evidências no trabalho de campo.

A terceira etapa teve como foco a produção da videoarte, envolvendo toda a equipe executora do projeto e estudantes selecionados de cursos técnicos (subsequente e/ou integrado). A produção se desenvolveu pela elaboração, aplicação e avaliação do roteiro da videoarte. As atividades de construção audiovisual levaram em conta as variadas possibilidades artísticas e comunicativas referenciadas na arte contemporânea e no sentido representacional do enlace entre cultura, memória e linguagem. Após a gravação/produção do vídeo, revisão de textos e assinatura do termo de consentimento de imagem/fala dos participantes, a videoarte foi socializada com a comunidade do IF Baiano/*Campus* Bom Jesus da Lapa e de seu entorno por meio de suas redes sociais e do site institucional.

Ao final, com intuito de atender às orientações da Chamada Interna de Extensão, nº 02/2017/PROEX/CGDTCC/IFBAIANO, foi efetivado o processo de avaliação final do projeto, com o objetivo de constituir informações necessárias para a construção de pôsteres e comunicações orais em relação à realização da proposta. Importante reafirmar que a contrapartida do IF Baiano/*Campus* Bom Jesus da Lapa, por intermédio da Coordenação de Extensão, efetivou-se com a disponibilização de veículo institucional, equipamento de informática e serviço de internet para apoio nas atividades do projeto. Para ações específicas na área de tecnologia da comunicação e informação, contamos com o serviço de apoio técnico de funcionários efetivos da instituição. As instalações físicas (salas e laboratórios de informática) foram utilizadas para o aperfeiçoamento e a capacitação técnica, além de um auditório com capacidade de 150 pessoas para apresentações de cunho científico e cultural do projeto.

O material coletado no trabalho de campo possibilitou que a equipe executora do projeto selecionasse imagens, falas e vídeos de acordo os seguintes critérios: as implicações das práticas culturais dos agentes e artistas sobre as expressões artísticas e memória social local; o significado representacional dos símbolos culturais durante o desenvolvimento do projeto; e, por fim, a materialidade desses símbolos enquanto produtores de culturas e de formação identitária no território Velho Chico.

Por essa formulação criteriosa, o grupo constituiu a mídia videográfica, agregando sobre seu roteiro artístico e dinâmico os seguintes símbolos: literatura, música, dança, teatro e expressões artísticas diversas. A visualidade da sequência gráfica do vídeo foi assinalada por inspirações (in)diretas nas composições/produções textuais de escritores/compositores territoriais, Sócrates Rocha, Carlos Villela e Dé Barrense, os quais puderam representar o sentido da produção literária local, que engloba a escrita poética, prosaica e cordelística de muitos escritores ribeirinhos do Rio São Francisco. De maneira singular, a sonoplastia da videoarte foi anunciada pelos de sons de cantoria e interpretações musicais, inspiradas em: *Estação Vida* (Jeromão); *São Francisco, o Reino da Água Doce* (Evilácio Guimarães, Paulo Peba, Paulo Araújo e Jeromão); *Romaria* (Paulo Gabiru), *Margem* (Paulo Araújo e João Filho) e *Boi de Escora* (Paulo Araújo e João Filho). Esses significados representacionais da música concebem e (re)criam os cantos, as orações e os gritos dos povos “beradeiros”

de rio, os quais (con)vivem com as dificuldades, os preconceitos e a falta de reconhecimento de suas especificidades culturais e econômicas, inclusive.

Podemos encontrar, ainda, nessa produção poética audiovisual, a caracterização das vozes, o movimento do corpo e das artes do começo ao fim do vídeo, levando-nos a reconhecer a cultura e a memória não somente enquanto espaços de circulação dos aspectos tradicionais (experiências vividas), mas também enquanto fundadoras de opinião, produtoras de novos símbolos e constituintes da formação identitária.

Esta figuração — que envolveu a disposição das imagens e dos sons perante a uma organicidade artística audiovisual — nos despertou para interpretações pontuais, fazendo-nos situar e demarcar alguns símbolos culturais lapenses pelas seguintes unidades de análise: i) representação socioespacial do lugar; ii) movimento da fé e os modos de manifestação religiosa; iii) shows, cantorias e memória musical; iv) movimento do corpo e de resistência; e v) arte de representar. Essas unidades são formas de alcançar a problemática inicial deste escrito, apresentando os símbolos a partir da videoarte produzida. Além disso, buscamos uma maneira de mostrar os significados representacionais de cada um desses símbolos.

A unidade “representação socioespacial” nos mostra que — tanto na seção de abertura do vídeo *Velho Chico em Videoarte*, quanto no trilho de sua exibição —, as paisagens e os lugares de referência do município em questão não são considerados, apenas, como um ambiente físico construído. As grutas, o morro do Bom Jesus, o espaço recreativo Barrinha, a travessia da Ponte Gercino Coelho e as torres/monumentos/esculturas instaladas na Esplanada do Santuário Cristocêntrico e Mariano simbolizam um espaço social em que a memória do lugar representa e se representa na produção imaginária e simbólica da ação humana, em especial dos Romeiros.

Na figura 1, a seguir, a Esplanada do Santuário Cristocêntrico e Mariano (à direita), a Ponte Gercino Coelho/Morro do Bom Jesus (à esquerda) e o Cruzeiro do Bom Jesus da Lapa (abaixo).

Figura 1 – Representação socioespacial do lugar



Fonte: IF Baiano/*Campus Bom Jesus da Lapa*, 2017/2018

Nas imagens do espaço de vida, temos a representação de que a cultura e a memória do município se estabelecem com a descoberta do Morro do Bom Jesus da Lapa, pelo português Francisco de Mendonça Mar, à margem direita do Rio São Francisco. Na passagem representacional de “Morro” para “Santuário do Bom Jesus”, a representação socioespacial desse lugar foi caracterizada por romarias, procissões e caravanas de refúgio espiritual. Na constituição desse espaço, marcado pelo estatuto acolhedor de devoção ao Senhor Bom Jesus da Lapa e à Nossa Senhora da Soledade, a cidade foi estruturada pela instalação de abrigo dos pobres, hospital, hotéis, bancos, lojas, entre outros estabelecimentos, ao redor do Morro do Bom Jesus da Lapa, ampliando os limites urbanos do município e tornando-o culturalmente reconhecido como a “capital baiana da fé”. Capital esta que abrange tradições locais, festejos e movimentos religiosos. Além disso, integra costumes, símbolos, rituais, lendas e mitos referenciados na pluralidade étnico-racial que também formou os demais territórios nacionais.

Por esse fenômeno urbano, podemos retomar a Jodelet (2017, p. 164), quando considera que “[...] a visão da cidade, comumente compartilhada, está

estruturada como um todo, integrando elementos físicos, sociais e outros mais subjetivos, emocionais e estéticos.” A integração desses elementos projeta sobre o lugar as significações dos valores culturais, a singularidade das relações e a formação identitária dos grupos ou subgrupos. Nesse sentido, a representação socioespacial do Território Velho Chico está fortemente marcada pela produção e movimentação cultural enraizada nesse espaço socialmente significativa e constituinte.

Pelo exposto, podemos considerar que o “movimento da fé e os modos de manifestação religiosa”, copiados na figura 2, não se fecham no simbolismo da tradição. As festas religiosas também representam e se representam ano a ano. O pagamento de promessas, a rogação de graças e os agradecimentos pelas bênçãos concedidas se renovam e se fortalecem, anualmente, à medida que são atravessados pelas experiências compartilhadas de fé e forças performáticas das palavras e discursos religiosos.

Figura 2 – Movimento da fé e os modos de manifestação religiosa



Fonte: IF Baiano/Campus Bom Jesus da Lapa, 2017/2018

Diante dessa representação religiosa, podemos entender o sentido da cultura nos contextos contemporâneos, pois, se por um lado, as romarias em Bom Jesus da Lapa concebem uma das mais comoventes revelações de fé e de religiosidade nordestina, por outro lado, representam o campo de conflitos (disputas) ou outras formas de manifestação. Tais conflitos remetem à: movimentação econômica da cidade (abertura de hotéis e pousadas; revitalização de espaços festivos; realização de eventos e comercialização de produtos de diversa natureza em torno do religioso; e emergência de religiões/igrejas outras (evangélica, espírita, candomblé, umbanda ou sem religião) para marcar a legitimidade dessa disputa. Além disso, o surgimento de interesses e empenhos políticos em várias esferas de governo.

De maneira mais profunda, esse campo de disputa não simboliza uma representatividade negativa à diversidade cultural, pelo contrário, potencializa esse movimento plural e os processos comunicacionais, indo ao encontro de Jodelet (1989) quando diz que os processos de interação e expansão social, com suas influências, seus consensos, seus dissensos e suas polêmicas, contribuem com a construção de representações sociais, o que conseqüentemente ressignifica os mundos de vida dos sujeitos, instaurando versões de realidade, memórias e culturas.

Dessa forma, alcançamos a visão crítica e contemporânea em relação à noção de cultura. Ela não se prende aos processos constituídos. Desperta ao caminho da elasticidade e da transformação de contextos sociais. Por essa lógica, adentramos ao significado representacional de “shows, cantorias e memória musical”, assinalado pela figura 3, como símbolos culturais que entoam a produção de sentidos por meio da linguagem.

Figura 3 – Shows, cantorias e memória musical



Fonte: IF Baiano/*Campus Bom Jesus da Lapa*, 2017/2018

Os Renegados (à direita), Morão di Privintina (à esquerda) e a Filarmônica Euterpe Lapense (abaixo) marcam a musicalidade da cultura de Bom Jesus da Lapa.. As composições autorais anunciam o rock, as cantorias e as sinfonias enquanto movimentos de luta pela própria subsistência, levando-nos a reconhecer que os artistas musicais do território Velho Chico se inventam e reinventam para manter pulsante suas alegrias, bem como a memória musical do lugar. Assim, a re-apresentação desses símbolos culturais faz ressoar as demais performances cunhadas pelos cantores(as) lapenses que, com seus estilos e gêneros diversos, agitam os finais de semana, eventos abertos e fechados, do povo de Bom Jesus da Lapa. Além disso, os músicos lapenses dão melodia à realidade, criam movimentos formativos e beneficentes, idealizam festivais e, conseqüentemente, expandem a diversidade cultural do território.

Essa imersão na realidade faz um enlace com os estudos de Feix (2017) no momento em que considera as representações sociais enquanto batalhas representativas caracterizadas pelos sujeitos na vida social, os quais buscam, na qualidade de (sub)grupo ou comunidade, mobilizar os conhecimentos de

formas distintas, consolidando conceitos, produzindo saberes e se reconhecendo subjetivamente no espaço social. Nesse sentido, as cantorias, os festivais, os eventos beneficentes e a formação musical/instrumental elevam o sentido da memória musical e, conseqüentemente, da memória social. Esses símbolos culturais entoam os silenciamentos e os apagamentos sobre os mundos de vida das comunidades ribeirinhas e quilombolas, dos pescadores e das diversas populações beradeiras do Rio São Francisco. Os shows, as cantorias e as sinfonias ressoam a identidade e a diversidade dos estilos de vida que não são idealizados e imaginados por uma cultura dominante, de consumo e mercadológica.

Outro símbolo marcante na cultura lapense que retrata o território Velho Chico é o “movimento dos corpos e de resistência” (figura 4, a seguir). O grupo de capoeira Ginga Bahia (à direita), o evento Consciência Negra do IF Baiano/Campus Bom Jesus da Lapa (à esquerda) e o grupo de Teatro Sertão em Cores (abaixo) surgem para representar o movimento de interação e comunicação diante das expressões culturais multireferenciadas.

Figura 4 – Movimento dos corpos e de resistência



Fonte: IF Baiano/Campus Bom Jesus da Lapa, 2017/2018

Nesse ponto, podemos retomar a noção de subjetividade social no campo das representações sociais (NOVAES, 2015), pois a capoeira, a dança e a teatralidade mostram o real sentido da consciência subjetiva em uma dimensão mais coletivizada do contexto social. Isso evidencia que a interação e a comunicação de um grupo (ou no próprio grupo) está para além da avaliação e observação de condutas e comportamentos sociais. Esse modo de subjetividade social denota compartilhamentos de ideias, linguagens e experiências. Jodelet (1989, p. 34), por exemplo, considera que o ato de:

[...] partilhar uma ideia ou uma linguagem é também afirmar um vínculo social e uma identidade... A partilha serve à afirmação simbólica de uma unidade e de uma pertença. A adesão coletiva contribui para o estabelecimento e o reforço do vínculo social.

Então, essa afirmação simbólica e o reforço de vínculos sociais perpassam pelo movimento dos corpos e apreensões dos discursos coletivos. Conforme Jodelet (2017, p. 276), “[...] o mundo exterior onde se situa o sujeito é o ponto de referência a partir do qual o corpo é colocado como meio para agir, instaurar uma relação, afirmar sua posição social etc.” Nesse sentido, o gingado na capoeira, as danças nos eventos de Consciência Negra e o movimento corporal nas peças teatrais simbolizam atos de resistências que promovem educação, respeito, legitimidade mútua, reconhecimento de saberes e diálogo entre os diferentes. Diante do movimento negro, por referência, apreendemos o quanto as expressões artísticas e os conteúdos expressivos e críticos culturais elevam os modos de reflexividade dentro de um território.

Por fim, a “arte de representar” compreende o enlaçamento entre as dimensões simbólica (linguagens) e imaginária (imagens/memórias) da cultura local. Assim, a abrangência da teatralidade no território Velho Chico ancora os fenômenos sociais diversos que nos rodeiam, materializando significados outros que atravessam as múltiplas versões da cultura de um lugar. Nesses termos, o Grupo Teatral do Santuário (à direita), o Grupo de Teatro Evangelizart (à esquerda) e o Sertão em Cores (abaixo), na figura 5, a seguir, simbolizam o movimento artístico-cultural presente no território.

Figura 5 – Arte de representar



Fonte: IF Baiano/*Campus Bom Jesus da Lapa*, 2017/2018

Por essa arte, os atores e as atrizes do Velho Chico têm representado histórias, lendas e costumes que constituem a cotidianidade de suas gentes. Ao utilizar dessas representações, apoiadas nos gêneros dramáticos, trágicos e comediantes, as companhias teatrais realizam diversas ações culturais, desde a realização de oficinas de expressão/movimento a espetáculos abertos à comunidade. Por esse significado representacional, a teatralidade sanfranciscana estiliza um modo de elasticidade da linguagem e da cultura, agregando o cognitivo e o subjetivo nessa estrutura imagética.

Fazendo uma aproximação ao campo das representações sociais, Jodelet (1989, p. 39) defende que “[...] a estrutura imagética da representação se torna um guia de leitura e, por generalização funcional, teoria de referência para compreender a realidade.” Sendo assim, a teatralização dos fenômenos sociais é uma maneira de entender os valores e significados que permeiam o senso comum, fazendo-nos apreender as implicações disso para os modos de produção da cultura e o reconhecimento de sua diversidade em um contexto local, territorial ou nacional.

## 5 NOTAS (IN)CONCLUSIVAS

Em termos gerais, a videoarte em questão apresentou-nos vários elementos para pensar a perspectiva cultural de um lugar sem perder de vista a noção contemporânea de memórias e linguagens. Temos ciência de que tanto a mídia videográfica quanto este escrito não conseguiram alcançar a amplitude e a diversidade dos grupos/agentes culturais, dos(as) atores/atrizes sociais e das suas mais variadas expressões artístico-culturais. Entendemos que os símbolos culturais, ora nomeados e relacionados, surgiram como uma maneira de despertar conhecimentos e agitações outras em torno das potencialidades locais e territoriais.

Acreditamos que a produção da videoarte pode ser entendida, também, enquanto um modo subjetivo para que o humano saiba lidar com a descontinuidade, o desequilíbrio e as incertezas contemporâneas que permeiam os mundos de vida dos sujeitos. Por meio desse entendimento, os sujeitos sociais do território passarão a direcionar seu olhar para as diferenças, o oculto ou invisível dentro de suas próprias realidades e tramas culturais.

Acreditamos que propostas extensionistas dessa natureza podem se tornar dispositivos pedagógicos possíveis às práticas de ensino nos cenários escolar e universitário. A partir do momento em que os processos pedagógicos apropriam-se da linguagem poética audiovisual, estão empenhados em promover o estreitamento de relações entre a escola e a comunidade do entorno, bem como o enlaçamento de intencionalidades e ações entre a instituição de ensino e os agentes de cultura do Território Velho Chico, oportunizando a socialização de vivências e ações culturais cotidianas, de maneira mútua. Além disso, o movimento de elaboração frente à videoarte fortalece a reflexividade e a expressão artístico-cultural em torno da arte contemporânea no território, potencializando o diálogo entre educação, cultura e saber popular. Assim, as atividades de extensão, além de promoverem a articulação entre o ensino e a pesquisa, fortalecem os movimentos culturais locais, tendo em vista a sustentabilidade, a difusão artística e a preservação da memória e da cultura do território.

Diante do exposto, entoamos nestas notas (in)conclusivas que “ser um nobre protetor das corredeiras” não é uma tarefa simples. Ao rememorar os mundos de vida e algumas de suas expressões artístico-culturais, inferimos que as matrizes culturais e suas fontes imaginárias, crenças, diferenciações e

produções são fontes inesgotáveis de significados e sentidos. A noção de cultura nos contextos contemporâneos não se amarra ou se constitui, apenas, pelos laços fechados da tradição; os seus sentidos e significados representam e se representam no campo das disputas, dos conflitos e dos reconhecimentos.

## AGRADECIMENTOS

A Paulo Araújo (Banda *Morão Di Privintina*), aos estudantes egressos Warley César Oliveira dos Santos, Solange Ferreira dos Anjos e Givanilson Pereira de Jesus (IF Baiano/*Campus Bom Jesus da Lapa*), a Michele Matos (Núcleo da Diversidade Étnico-racial da Secretaria Municipal de Educação e Cultural/Semed/*Bom Jesus da Lapa*), à Coordenação de Extensão (IF Baiano/*Campus Bom Jesus da Lapa*) e à Pró-Reitoria de Extensão (IF Baiano) no período de realização do projeto.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. V. **A videoarte no Brasil**: uma perspectiva histórica o festival videobrasil e a trajetória de eder santos como estudos de caso. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Artes, Cultura e Linguagens) – Instituto de Artes e Design, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

COUTINHO, L. M. **Audiotuvisuais**: arte, técnica e linguagem. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

FARIAS, E. V. **Gestão educacional compartilhada das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos**: um estudo de caso da rede municipal de Bom Jesus da Lapa. 2015. 128 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.

FEIX, I. Representações sociais, memória e cultura: a sociedade de consumo e seus estilos de vida imaginados. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40, 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Intercom, 2017. p. 1–14.

GARRIDO, E.; *et. al.* Painel 04 Projeto Uspayres 1: a pesquisa colaborativa universidade-escola, a formação do professor reflexivo/investigativo e a construção coletiva de saberes e práticas pela equipe escolar. IX ENDIPE. Águas de Lindoia, SP: 1998. (em disquete).

GOHN, M. da G. Cultura, cultura de massa, cultura popular e cultura política. In: GOHN, M. da G. **Educação não formal e cultura política**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HALL, S. **A identidade cultural nas pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 1998.

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1989.

JODELET, D. **Representações sociais e mundos de vida**. Trad. Lilian Ulup. São Paulo: PUCPRes, 2017.

LEVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MACHADO, A. **A arte do vídeo**. 3. ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1995.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais**: as dinâmicas da mente. Petrópolis: Vozes, 2006.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: PUF, 1961.

NOVAES, A. **Subjetividade social docente**: elementos para um debate sobre “políticas de subjetividade”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 45, n. 156, p. 328-343, abr./jun. 2015.

SANTOS, A. da S. **O vídeo e suas possibilidades artísticas e comunicativas**. *Hipertextus*. Recife, v. 01, n. 06, p. 60-68, ago. 2011.

VELHO, G.; CASTRO, E. B. V. O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas. **Artefato-jornal de Cultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 11-26, 1978.

Fundamentado em Moscovici (2015), a expressão “[...] emerge a partir de pontos duradouros de conflito, dentro de estruturas representacionais da própria cultura [...]” (p. 16) simboliza o senso comum e a produção subjetiva do conhecimento dentro de um grupo, subgrupo, comunidade ou sociedade. Nessas estruturas representacionais, o não familiar ressurge, re-aparece, re-apresenta. Torna-se visível aquilo que é necessário e possível de ser visível.

Este termo compreende o sentido de espaço social em que os sujeitos estruturam suas relações sociais, permeadas pelos processos cognitivos e afetivos, “[...] que, no plano individual ou coletivo, estão ligados ao envolvimento estatutário ou identitário dos sujeitos.” (JODELET, 2017, p. 240).

A emergência do termo refere-se ao latim medieval *colere* que simboliza cultivo e cuidado com os animais, a terra e a agricultura em geral. Essa designação se estendeu à civilização romana para representar o cuidado com as crianças, os ancestrais e seu modo de educar; para além disso, marca a ideia de respeito aos deuses e à cultura do espírito (GOHN, 2011).

Um marco cultural que “[...] surgiu em 1983, concebido e financiado pela Fotoptica, de forma a abarcar e dar espaço a produção de vídeo independente do período, produzida a margem das empresas televisivas, concedendo prêmios e oferecendo contatos com produtores dessas redes.” (ALMEIDA, 2017, p. 13).

Localizado no oeste do estado e no Território Velho Chico (TVC), Bom Jesus da Lapa é um lugar “[...] de peregrinações, que passou por grandes transformações devido às romarias ao Santuário do Senhor Bom Jesus. Com o decorrer do tempo, o município saiu da condição de povoado, expandiu-se e transformou-se em vila em 1870, chegando à forma de cidade em 1923; emancipou-se em 31 de agosto de 1953. Devido a sua constituição histórica, fortalecida pela tradição de fé e de romarias, o comércio local é incitado pelo turismo religioso. Ademais, a base econômica de Bom Jesus da Lapa se apoia nas atividades da pesca, da pecuária e da agricultura irrigada, tornando o município em uns dos maiores produtores de bananas do Nordeste. O município concentra um dos maiores números de famílias assentadas do estado e comporta os movimentos sociais nascidos de suas comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas e fundos - fechos de pasto.” (FARIAS, 2015, p. 53-54).

## CAPÍTULO V

# EMPREENDEDORAS DA CAATINGA: UMA ABORDAGEM PARA FORTALECIMENTO DE GÊNERO E GERAÇÃO DE RENDA NO QUILOMBO LAGOA DAS PIRANHAS

*Itana Domingues Boa-Sorte  
Cynthia Layane Gusmão Souza Sampaio  
Antonio Hélder Rodrigues Sampaio  
Hania Gracielle Brito Soares  
Aline Soares de Lima  
Liz Vasconcelos Cruz Silva*

### 1 INTRODUÇÃO

A vegetação da Caatinga teve, ao longo da história, o seu nome associado à ideia de pobreza e de improdutividade. Na maior parte do ano, as plantas apresentam como características a ausência de folhas e uma coloração esbranquiçada, isso ocorre geralmente por influência dos longos períodos de estiagem, que ocultam as múltiplas riquezas oferecidas por esse tipo de vegetação. De acordo Queiroz (2009), a maioria dessas plantas são fontes essenciais para alimentação humana e animal, remédios, matéria-prima para construção etc., consideradas como recursos básicos para a permanência das populações que vivem nesse ambiente semiárido.

Lucena *et al.* (2007) apontaram que os recursos vegetais desse bioma, quando bem manejados, contribuem de forma significativa na qualidade de vida das pessoas, principalmente de agricultoras familiares. Estas desempenham papel fundamental como protagonistas na construção de um espaço rural diversificado e produtivo, executando atividades em sua terra em conjunto com a família, de acordo com sua cultura, suas crenças, seus saberes empíricos e com usos e cultivos de plantas como meios de sobrevivência.

Conforme destaca Wanderley (2000), entende-se por espaço rural um local de ocupação do território e respeito aos seus símbolos, caracterizado por particularidades do modo de vida (como é visto e vivido), por tradições, questão identitária, fazendo menção à cidadania do homem e da mulher rural e à sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade.

Segundo Melo (2002), as mulheres rurais são atuantes na unidade produtiva desde a infância até a idade adulta, assumem uma grande carga de trabalho por executar o trabalho rural interligado às funções domésticas e maternas. Mesmo com a sobrecarga e a simultânea realização de tarefas, a participação da mulher nas atividades do campo, na maioria das vezes, é pouca remunerada.

Perante a isso, o papel da mulher na agricultura familiar, muitas vezes, torna-se invisível, a partir do momento em que o trabalho realizado no âmbito reprodutivo não tem caráter mercantil e o trabalho realizado no meio produtivo exercido por ela é reduzido a uma ajuda ao marido ou à família, sendo julgado como trabalho “leve”. Na realidade, as mulheres rurais realizam as mesmas atividades que seus companheiros ou trabalham a mesma quantidade de horas que eles no campo, tendo acrescida à rotina diária o trabalho doméstico.

O excesso de trabalho a que estão submetidas afeta diretamente no tempo para dispor de lazer, vida social e educacional, gera empecilho em prosseguir na formação escolar, no usufruto de tempo para si e, conseqüentemente, em melhorar a qualificação profissional, ou seja, construir um projeto de vida independente das necessidades dos membros de suas famílias.

Nesse sentido, a construção da família é percebida como uma unidade de gestão intrafamiliar (MIGUEL; BIROLI, 2014), em que é promovida pela reprodução das desigualdades de gênero, ao naturalizar o papel do homem e da mulher, favorecido por arranjos que estabelecem relações hierárquicas, sendo a divisão sexual do trabalho um fator relevante na reprodução dessas desigualdades. Nesse contexto, Scheffler aponta que:

No Nordeste brasileiro, a maioria das mulheres que dependem da agricultura familiar, sobrevive em condições de vulnerabilidade econômica, sendo alvo de severas privações materiais e simbólicas acumuladas no curso de suas vidas e reproduzidas sob a forma de desigualdade e discriminações, inclusive, por parte das políticas públicas que, mesmo privilegiando às mulheres em seus discursos oficiais, não tem, efetivamente, se voltado para a perspectiva de gênero (SCHEFLER, 2013, s/p).

A dificuldade de autonomia das mulheres do campo está relacionada ao processo de desenvolvimento socioeconômico, uma vez que não há políticas de proteção à mulher, bem como a baixa remuneração ao gênero feminino ou, ainda pior, quando há falta de distribuição da renda adquirida pela família e

esse recurso fica sob poder do marido por ser o “chefe da família”. Essa condição gera uma cadeia que as mantém dependentes de seus companheiros e dificulta a perspectiva de autonomia social e econômica.

Diante desse contexto, o presente estudo objetivou realizar uma intervenção com mulheres do Quilombo Lagoa das Piranhas, para refletir sobre as possibilidades locais da vegetação da caatinga e propor como mecanismo de complementação de renda o uso dos recursos vegetais frutíferos das espécies umbuzeiro e aceroleira, nativa e exótica, respectivamente, com vistas ao empoderamento do público feminino em situação de vulnerabilidade social, bem como propor ações direcionadas para o fortalecimento das questões de gênero, autoestima, autonomia e visibilidade dessas mulheres.

## **2 METODOLOGIA**

O presente estudo foi desenvolvido na comunidade quilombola Lagoa das Piranhas, situada no município de Bom Jesus da Lapa, Bahia, localizada à margem direita do Rio São Francisco, a 20 km da sede do município. A localidade apresenta um número aproximado de 77 famílias que possuem como principais fontes de renda a pesca e a agricultura, e podemos observar uma participação massiva das mulheres no cultivo de hortaliças e legumes, bem como no manuseio e na venda do pescado. Em se tratando de programas sociais, as famílias são contempladas pelo Bolsa Família para complementação de renda.

O método de pesquisa foi de cunho qualitativo, atribuído à compreensão do indivíduo como um sujeito social e contextualizado numa sociedade com história, valores, significados e intenções que constroem a subjetividade dos atos humanos, conforme Silva (1998).

A execução das atividades ocorreu no colégio quilombola Josina Maria, entre março e junho de 2017. Nesse período, foram contabilizados sete encontros programados, que ocorreram quinzenalmente, nas manhãs de domingo, organizados em visitas à comunidade, com programação previamente definida, conforme apresentado no Quadro 1.

Os encontros tinham objetivos específicos e serviam para a realização de planejamento de atividades, identificação de potencialidades e

vulnerabilidades do grupo, aplicação de questionários, realização de ciclos de palestras e oficinas para reflexão sobre o papel da mulher na sociedade.

A atividade teve participação média de 25 mulheres, reconhecidas como mulheres negras, lavradoras e quilombolas, com faixa etária entre 15 e 55 anos, de acordo com o diagnóstico socioeconômico identificado por meio de questionário.

Para apoio à formação da identidade de grupo, foram confeccionadas camisetas para identificação do projeto e das participantes, estabelecendo qual seria o nome do grupo, a cor da peça e o tamanho que cada uma usava. Após decisão entre todas as participantes, o grupo foi intitulado como “Empreendedoras da Caatinga”. O mesmo logotipo das camisetas (Figura 01) foi utilizado para confecção dos rótulos adesivados nos potes de doce de umbu e nos litros de licor de acerola, que foram produzidos posteriormente.

Figura 01 – Logotipo das camisetas, frente e verso, A e B, respectivamente



Fonte: do autor, 2022

Quadro 1 – Programação das ações com o grupo de mulheres atendidas no projeto

Encontro Temático	Programação
19/03/2017 – Encontro 01	Apresentação da proposta para adesão das participantes

<b>Encontro Temático</b>	<b>Programação</b>
09/04/2017 – Encontro 02	Oficina sobre Direito da mulher e legislação vigente
23/04/2017 – Encontro 03	Oficina sobre autoestima e motivação das mulheres; palestra sobre produção de mudas e oficina sobre técnicas de propagação do cultivo de frutíferas
14/05/2017 – Encontro 04	Oficina sobre práticas de higienização, processamento e armazenamento de produtos beneficiados; atividade de fortalecimento de vínculos e confraternização do dia das mães
21/05/2017 – Encontro 05	Oficina sobre trabalho coletivo e autonomia feminina e oficina em campo: plantio de mudas frutíferas
11/05/2017 – Encontro 06	Oficina: produção do doce de umbu
18/06/2017 – Encontro 07	Oficina: produção do licor de acerola

Fonte: elaborado pelos autores, 2021

Os encontros com o grupo de mulheres foram divididos em duas etapas: a primeira de natureza teórica e a segunda com ênfase na prática. De forma inicial, foi realizada uma abordagem informativa relacionada aos seguintes temas: direitos da mulher; legislação vigente; questão de gênero; e ressignificação e valorização do papel da mulher do campo: motivação, autonomia, autoestima e importância do trabalho em equipe, bem como instruções voltadas para as atividades produtivas, como: práticas de higienização, processamento e armazenamento de produtos beneficiados; e palestra sobre produção de mudas e técnicas de propagação no cultivo de frutíferas.

Figura 02 – Encontro com as mulheres participantes do projeto no colégio Josina Maria, Comunidade Lagoa das Piranhas, Bom Jesus da Lapa-Ba



Fonte: do autor, 2022

Já na segunda etapa, voltada para a realização de atividades práticas, foi desenvolvido o trabalho em equipe, com escolha de uma área para produção coletiva de mudas de acerola e formação de um pomar, de modo que, no futuro, pudessem dar continuidade ao projeto e utilizar os recursos frutíferos como matéria-prima para produção de licores e, conseqüentemente, para a geração de renda. Destaca-se que não houve necessidade de uma área de produção do umbu, pelo fato de haver umbuzeiro em abundância nessa localidade.

A área de cultivo foi escolhida pelas integrantes, apresentando as dimensões: 25mx20m, de largura e comprimento, respectivamente. Foram plantadas cinco variedades de acerola (Mulata, Cabocla, Tropicana, Morena e Rubra), distribuídas em cinco fileiras, com cinco mudas de cada, totalizando 25 plantas na área. Essa ação foi possível graças à doação de mudas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — Embrapa Mandioca e Fruticultura. Para o plantio dessas mudas, foram utilizados adubo orgânico como fertilizante natural e as seguintes ferramentas manuais: cavadeira articulada, enxadas, baldes, trenas, piquetes e carrinho de mão. As agricultoras organizaram-se e definiram um cronograma com escalonamento para que todas pudessem realizar o manejo da área.

Figura 03 – Marcação da área para formação de pomar de aceroleira na Comunidade Lagoa das Piranhas, Bom Jesus da Lapa-Ba



Fonte: do autor, 2022

Após a capacitação para produção de mudas frutíferas, plantio e formação do pomar, o encontro seguinte foi dedicado à execução da oficina prática de produção do doce de umbu. Os ingredientes utilizados foram: 4 kg da polpa do umbu, 3 L de água e 4 kg de açúcar. Antes de iniciar o preparo do doce, as participantes foram orientadas a lavar as mãos, usar aventais, talheres limpos, toucas e luvas descartáveis. Os materiais utilizados foram: um caldeirão de 40 litros, uma colher de pau, embalagens plásticas de 250 ml e rótulos.

Já para realizar a oficina de produção do licor de acerola, utilizamos os seguintes ingredientes: 4 kg de polpa da acerola, 6,5 L de água, 6,5 L de aguardente de cana-de-açúcar e 6,5 kg de açúcar. Antes do preparo do licor, todas as participantes higienizaram as mãos, e se equiparam com luvas e toucas descartáveis e aventais. Os materiais utilizados foram: quatro panos de prato, duas peneiras de aço inox, 30 garrafas de 520 ml com rótulos

identificadores do projeto, uma colher de pau, duas vasilhas grandes de plástico, um caldeirão de 60 L e um funil de plástico.

Figura 04 – Doces de umbu produzidos pelas mulheres participantes do projeto na Comunidade Lagoa das Piranhas, Bom Jesus da Lapa-Ba



Fonte: do autor, 2022

Essas atividades foram ministradas por profissionais e estudante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano – *Campus Bom Jesus da Lapa – BA*), em equipe multidisciplinar composta por engenheiro agrônomo, psicóloga, nutricionista, assistente social, pedagoga e graduanda em engenharia agrônômica.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O perfil de participantes identificado no trabalho foi mulheres mais velhas, que possuíam escolaridade de nível fundamental incompleto, sendo grande parte responsáveis pela manutenção da família, com renda per capita de até meio salário-mínimo, casadas e tendo em média de dois a quatro filhos. Além

dessas, havia no grupo cinco mulheres mais jovens, das quais três tinham ensino superior incompleto, uma curso técnico incompleto e a outra nível médio incompleto.

O grupo de mulheres mostrou envolvimento nas atividades, com participação assídua e ativa. As discussões geradas pelo fortalecimento das questões de gênero buscou entender como são compreendidas as concepções do empoderamento feminino pelas próprias mulheres agricultoras envolvidas nessas ações. Dentre as falas, uma agricultora citou em diálogo:

[...] somos peças fundamentais para a desmistificação de onde é o lugar da mulher, que não seria ou é atrás do fogão, recebendo ordens do marido, esquecendo assim nossos sonhos e planos para a vida, após absorver que o nosso lugar é onde quisermos estar, seremos capazes de alcançar todos os nossos objetivos.

Essa foi a fala de uma jovem agricultora, que gerou uma afirmativa apoiada pela maioria das mulheres presentes, enquanto outras preferiram não se manifestar. Para esse grupo, a questão da identidade dentro da comunidade é representada pela força e pelos aspectos de resistência, por meio da afirmação de serem mulheres negras, lavradoras e quilombolas, o que as remete à compreensão da posição da mulher no desenvolvimento de atividades sociais, políticas e econômicas, bem como à capacidade de escolher seu caminho.

A obtenção de direitos e escolhas e a busca cada vez maior por igualdade e espaço só foi possível graças às diversas lutas enfrentadas por mulheres que romperam barreiras impostas por uma sociedade em que predominavam os privilégios machistas e autoritarismo masculino. Sobre esse ponto, Souza *et al.* (2012) apontam que o movimento feminista teve papel fundamental nas diversas pautas relacionadas à igualdade entre gêneros, impulsionadas por uma longa jornada de protestos, embates, passeatas, entre outros, alcançando diversos direitos.

O reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres foi consolidado somente na Constituição de 1988 (QUEIROZ, 2011). Dentre os direitos conquistados na legislação, podemos citar o direito à tomada de decisões e acesso a informações, como também o direito reprodutivo, que assegura à mulher liberdade para decidir se quer ou não ter filhos, a quantidade de filhos que gostaria de ter e quando desejaria ser mãe (QUEIROZ, 2011).

No que se refere à divisão do trabalho entre homens e mulheres, uma grande parcela das participantes é responsável pelo sustento da unidade familiar, reconhecendo-se como chefes da família, uma vez que realizam

atividades no meio produtivo, como em lavradoras e/ou pescadoras, sendo as principais fontes de renda para a condição básica de sobrevivência na comunidade. Há ainda algumas mulheres que se deslocam para a cidade de Bom Jesus da Lapa para trabalhar como faxineiras esporadicamente. A minoria das participantes tem como única tarefa a realização de trabalhos domésticos e depende da renda do marido para auxiliar na manutenção da família.

Os companheiros que trabalham concomitantemente com suas esposas na comunidade, em atividades de pesca, por exemplo, realizam a captura dos peixes, mas, no final do dia, são elas as responsáveis por tratar os peixes e vendê-los. Além disso, são elas que assumem toda a responsabilidade da casa, dos cultivos, da educação dos filhos e do dia a dia da família, o que as atribui maior sobrecarga física e mental, por desempenharem tantos papéis e, ainda assim, terem renda mensal menor que um salário-mínimo.

Uma pequena parcela dos homens que são chefes da família realizam trabalho fora da comunidade, deslocam-se em média cerca de 30 quilômetros para trabalhar em atividades rurais no Projeto Formoso como cortadores e embaladores de banana, ou atividades afins, atingindo remuneração de um salário-mínimo mensal.

Em termos de comparação, de acordo com o diagnóstico socioeconômico identificado por meio de questionário, o homem, quando chefe de família, é mais bem remunerado do que a mulher quando chefe de família, a qual exerce diversas funções dentro de sua unidade produtiva e reprodutiva.

Perante essa situação, temos uma divisão sexual do trabalho, caracterizada como: os trabalhos produtivos, realizados fora de casa, remunerados e socialmente visíveis, produtores de valor, voltados à esfera masculina e os trabalhos destinados às mulheres, os quais são aqueles vinculados à reprodução social, no âmbito doméstico, pouco remunerados e invisíveis como trabalho e como produtores de valor (CARLOTO; GOMES, 2011).

Atrelado a isso, ainda há a questão cultural de submissão ao homem por algumas mulheres adultas. Isso ficou evidente ao constatarmos que uma das participantes estava enfrentando dificuldade em participar do projeto devido à implicância do companheiro. Tal problemática pode estar relacionada às construções sociais e históricas e ao modo como foram criadas, principalmente em se tratando de mulheres mais velhas, que cresceram em

ambientes onde normalizava-se comportamentos e atitudes de poder e dominação exercidas pelo gênero masculino em muitos espaços.

Costa (2000) aponta que isso é consequência da ação de uma sociedade que, por meio de cultura, crenças, tradições, leis, educação e divisão sexual e social do trabalho, acabou criando dois tipos de sujeitos, distinguidos por relações de domínio (homem) e submissão (mulher).

É perceptível a consciência crescente no exercício do poder do papel da mulher na agricultura familiar, pela desmistificação e independência, por parte das mulheres jovens e adultas, principalmente as que têm menor número de filhos e maior nível de escolaridade e informação. Embora seja presente a representatividade e participação da maioria das mulheres nas atividades da comunidade, ainda há desafios a serem superados frente às questões de igualdade de gênero em comunidades rurais, como na comunidade quilombola de Lagoa das Piranhas.

Durante os encontros, outra situação observada foi o problema enfrentado por aquelas que possuíam filhos pequenos, na dificuldade em encontrar alguém para cuidar de suas crianças aos domingos pela manhã, nos momentos marcados para as reuniões do projeto. Mesmo que esses momentos não ultrapassassem duas horas e trinta minutos, era difícil conseguir deixá-los aos cuidados do pai ou de outro responsável.

A alternativa encontrada foi levá-los aos encontros e dividir a atenção entre os cuidados com o filho e o conteúdo que era discutido. Isso reflete uma barreira que dificulta a participação da mulher nessa e em outras atividades voltadas para o público feminino no meio rural. Ainda há um longo caminho a ser percorrido para que ocorra uma mudança de concepções dos homens nas relações intrafamiliares, frente a uma divisão justa das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos.

Ávila e Ferreira (2018) destacaram que as desigualdades na divisão das tarefas reprodutivas estão vinculadas, muitas vezes, ao preconceito de essa função ser considerada uma obrigação feminina. Raramente, nesses casos, os homens estão presentes nos cuidados com os filhos, doentes ou idosos.

Essa questão nos remeteu à indagação se na comunidade eram discutidas e desenvolvidas temáticas voltadas à questão de gênero e empoderamento feminino. As participantes responderam que esses assuntos são tratados na escola da comunidade, com crianças e adolescentes, mas não há atividades, na

comunidade em geral, que abranjam as mulheres adultas, demonstrando que a temática não é discutida amplamente, o que pode ser considerado como um obstáculo à autonomia do grupo de mulheres.

Tal informação é preocupante, pois, apesar de o empoderamento feminino ter ganhado maior proporção na atualidade, essa temática é motivada quando surge a prática de desconstrução da desigualdade entre gêneros em determinado espaço. Para Gohn (2004), o termo “empoderamento” abordado no Brasil está vinculado a ações e processos de mobilizações, impulsionadas a estimular e promover grupos e comunidades no sentido de seu crescimento, autonomia e melhorias nas condições de vida, que só serão possíveis por meio de uma visão crítica da realidade social em que estão inseridas.

A articulação de atividades e políticas de apoio e incentivo capazes de inserir mulheres da agricultura familiar em ações geradoras de renda as encorajaram a participar do projeto e desenvolver trabalhos em grupo, o que oportunizou o crescimento individual e coletivo, sendo um estímulo para a autoestima, uma vez que os encontros com outras mulheres proporcionaram trocas de experiências, além de momentos de descontração.

Levando em conta essas informações de ferramentas potencializadoras do empoderamento feminino, o projeto teve como mecanismo de intervenção a realização de atividades como possíveis meios geradores de renda, organização social, promoção do bem-estar e fortalecimento das mulheres no meio em que estavam inseridas.

A capacitação técnica para cultivo foi socializada junto às participantes. Temas como produção de mudas com sementes ou por propagação de ramos vegetativos de plantas, plantio e adubação para cultivo das espécies de aceroleira e umbuzeiro foram ministrados e bem compreendidos pelas participantes. Foi possível observar que o ato de implantação de uma pequena área demonstrativa serviu para as participantes compreenderem a importância do trabalho em equipe, do respeito à colega da comunidade e também para planejarem atividades em grupo para geração de renda.

Na comunidade, os usos atribuídos às frutíferas disponíveis é citado pelas participantes para o consumo *in natura*, na produção de geladinho, suco e polpa. A variedade desses produtos fica disponível em determinados períodos do ano, em que são encontrados em abundância, e alguns são comercializados *in natura* em feiras de localidades próximas.

As frutas são alimentos perecíveis e de produção sazonal, ou seja, não estão disponíveis durante todo o ano, além de possuírem um tempo de prateleira curto, por serem de difícil armazenamento. Desse modo, a realização das oficinas na elaboração de subprodutos resultando no doce de umbu e no licor de acerola foi um pontapé inicial, direcionando para o melhor aproveitamento e beneficiamento desses frutos.

Nessas práticas, observou-se que todas as participantes atentaram-se para a existência das normas de higiene e das boas práticas com alimentos, estavam devidamente equipadas e com os materiais higienizados. Na realização de cada atividade, as participantes se organizaram e fizeram revezamento entre si, de modo que todas puderam auxiliar e participar do preparo do doce de umbu e do licor de acerola.

A primeira oficina foi sobre a produção do doce de umbu. Esta rendeu trinta porções, distribuídas em potinhos de 240 gramas, com validade de até 18 meses. Como a produção dos frutos do umbuzeiro só começa em novembro e fica disponível até fevereiro, discutimos sobre a importância de fazerem a coleta e conservarem esses frutos em forma de polpa, de modo que o armazenamento permita a produção do doce durante o ano todo, mantendo esse meio de renda mensal.

O umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), também conhecido como imbuzeiro, é uma planta originária do Semiárido brasileiro. Seu fruto é suculento, de sabor agridoce e coloração verde-amarelada. Dentre as diversas frutíferas nativas da Caatinga capazes de ser utilizadas para geração de renda por agricultores familiares, o umbuzeiro é uma das que mais se destaca devido às inúmeras formas de seu aproveitamento, tais como: suco, doce, umbuzada, licor, xarope, entre outras. Vários trabalhos evidenciam a capacidade que essa planta tem de contribuir com o desenvolvimento de uma região, de forma especial, com a sua produção caseira (CAVALCANTI *et al.*, 2000).

Já a segunda oficina foi sobre a produção do licor de acerola. Este rendeu o suficiente para trinta garrafas de vidro de 520 ml. Destacamos a importância de armazenar o licor somente em garrafas de vidro transparente para evitar a contaminação por microrganismos. Para o licor, não há tempo de durabilidade, quanto mais velho, melhor ele fica, isso quando segue os padrões de higienização e armazenamento.

A aceroleira (*Malpighia emarginata*), também conhecida por cereja-das-antilhas, produz frutos avermelhados tanto em clima tropical como em clima subtropical. Originário das ilhas do Caribe, norte da América do Sul e América Central (MANICA *et al.*, 2003), o fruto é atrativo pelo seu sabor e pelo valor nutricional agregado. Seu consumo pode ser tanto *in natura* como industrializado, sob a forma de sucos, polpas, geleias, licores, doces, xaropes, compotas, licores e refrigerantes (MANICA *et al.*, 2003).

A inserção dos subprodutos derivados do umbu e da acerola, em conjunto com outras frutíferas presentes no quilombo, pode gerar novas perspectivas de produção. Segundo Wilkinson (2008), novos mercados podem ser formados pela agricultura familiar, aproveitando-se de uma vantagem estratégica, na medida em que forem ligados à tradição, à natureza e à produção artesanal. Pode-se dizer que a feira livre é a melhor alternativa de escoamento de produção, que nesse caso garante uma renda semanal às agricultoras e estabelece relação delas com clientes pela comercialização direta dos produtos.

Juntas, essas mulheres podem realizar a venda direta em feiras de localidades próximas, a exemplo da feira livre no centro da cidade de Bom Jesus da Lapa, cidade que está mais próxima da comunidade e local em que algumas das moradoras do quilombo já comercializam frutos *in natura* e hortaliças. Como benefícios do uso dos frutos, pode-se citar o fato de que eles apresentam baixo custo de produção, além de serem uma alternativa economicamente viável, capaz de gerar renda e agregar valor ao trabalho realizado pelas participantes quilombolas do município.

Por meio dessa iniciativa e organização do grupo no trabalho coletivo é possível potencializar o beneficiamento de outros frutos que se encontram abundantes no Quilombo Lagoa das Piranhas, gerando renda semanal ao longo do ano e, assim, diante dessa nova perspectiva, o projeto poderá contribuir de forma considerável na autoestima e bem-estar dessas mulheres pelo trabalho realizado.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir deste projeto, foi possível constatar que poucos trabalhos referentes ao empoderamento feminino são discutidos na comunidade, embora exista grande potencial de ações semelhantes para esse grupo de mulheres. Conforme relato das participantes, essa questão é debatida na escola

local cujo público alvo são crianças e adolescentes. Apesar de ser uma temática que tem ganhado maior destaque na atualidade, surge a necessidade de ampliar essa discussão, de modo que a informação agregue mulheres de todas as idades, principalmente em comunidades rurais.

Embora seja presente a representatividade e participação da maioria das mulheres nas atividades da comunidade, ainda há desafios a serem superados frente às questões de igualdade, especialmente na maior valorização do trabalho feminino e na melhoria da divisão dos trabalhos domésticos com os companheiros.

Cabe destacar a necessidade de maior presença do Estado nas localidades rurais do Território do Velho Chico, com ações de políticas públicas voltadas a estudos e oficinas de qualificação que possibilitem maior geração de renda e valorização das atividades desempenhadas pelas figuras femininas na comunidade local. É fundamental não só a formulação de tais políticas, mas também o fortalecimento de vínculos entre instituições de ensino e a comunidade, na articulação de novas possibilidades de trabalhos que contribuam para a autonomia do público feminino do meio rural.

A realização das oficinas direcionadas para o aproveitamento e beneficiamento de frutos derivados do umbuzeiro e aceroleira gerou como subprodutos o doce de umbu e o licor de acerola. Esses subprodutos demonstraram baixo custo para produção e são de fabricação simples, tendo viabilidade para comercialização em localidades próximas.

Como foi constatado que há diversidade de frutíferas na comunidade, é possível a elaboração e o beneficiamento ou processamento desses frutos, tendo como base o trabalho que foi desenvolvido, como um pontapé inicial no caminho da inovação e do empreendedorismo do grupo participante.

Este foi um trabalho que buscou contribuir para a compreensão da questão de gênero, empoderamento, garantia de direitos e autonomia frente a questões sociais, políticas e econômicas, das mulheres na comunidade Quilombola Lagoa das Piranhas, bem como voltar o olhar para a utilização de frutíferas nativas e exóticas disponíveis na localidade para complementação da renda familiar e, desse modo, potencializar a figura feminina não só na condição de vida individual, mas também no coletivo.

## **REFERÊNCIAS**

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. *In: ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. Recife: SOS Corpo, 2014. p. 105.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. A pesquisa em Psicologia - análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico. *In: BIASOLI-ALVES, Z. M. M.; ROMANELLI, G. (org.) Diálogos Metodológicos sobre Prática de Pesquisa*. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998. p. 133-157.

CARLOTO, C. M.; GOMES, A. G. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 105, p. 131-145, 2011.

CAVALCANTI, N. B.; RESENDE, G. M de; BRITO, L. T. L. Processamento do fruto do imbuzeiro (*Spondias tuberosa* Arr. Cam.). *Ciência e Agrotecnologia*, Lavras, v. 24, n. 1, p. 252-259, 2000.

COSTA, A. A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. *In: Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no Pré-Gavião, 2000, Vitória da Conquista. Anais do Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do Pró- Gavião, Vitória da Conquista, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher*, p. 16-18, 2000.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e sociedade*, São Paulo, v. 13, p. 20-31, 2004.

LUCENA, R. F. P. *et al.* Useful Plants of the SemiArid Northeastern Region of Brazil – A Look at their Conservation and Sustainable Use. *Environmental Monitoring and Assessment*, Orono, v. 125, n. 1-3, p. 281-290, 2007.

MANICA, I. *et al.* **Acerola**: Tecnologia de Produção, Pós-colheita, Congelamento, Exportação, Mercados. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2003. p. 397.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política**. São Paulo: Bomtempo, 2014. p. 48.

MELO, L. A. Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, Ouro Preto. Ouro Preto. Anais... Ouro Preto: Fundação Joaquim Nabuco 2002. 4 a 8 nov. 2002.*

QUEIROZ, L. P. **Leguminosas da caatinga**. Feira de Santana, Ba: UEFS, p. 467, 2009.

QUEIROZ, J. Notas sobre gênero, sexualidade e direitos humanos no Brasil em maio de 2011. *In: CARLSON, Marcelo Tadeu et al. (revisão). Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher: Textos Acadêmicos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 77-96.

SCHEFLER, M. L. N. Gênero, autonomia econômica e empoderamento. O real e o aparente: Sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. *Revista Feminismos*, v.1, n.3, set./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/29988/17730>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SILVA, R.C. A Falsa Dicotomia Qualitativo-Quantitativo: Paradigmas que informam nossas Práticas de Pesquisa. *In: BIASOLI-ALVES, Z.M.M & ROMANELLI, G. (Orgs) (1998). Diálogos Metodológicos sobre Práticas de Pesquisa*, Ribeiro Preto: Legis Summa, p. 159-174.

SOUZA, D. A.; KAZMIERCZAK, M.; COUTO, R. Mulher e sociedade: Como podemos compreender as mulheres à luz de seus direitos sociais na contemporaneidade? *Revista Eletrônica: Colégio Mãe de Deus*, Porto Alegre, v. 3, p. 1-9, set. 2012.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 69-129, 2000.

WILKINSON, J. **Mercados, Redes e Valores**. O novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 125-170.

## CAPÍTULO VI

# A HORTA COMUNITÁRIA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO AGROECOLÓGICA: CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO SUSTENTÁVEL DE PRODUÇÃO NA COMUNIDADE RURAL DE BARRA DA IPUEIRA NO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO – BA

*André Lopes da Silva  
Aparecida Rocha Santos  
Ernandes dos Santos Souza  
Maiara da Silva Meira  
Junio Batista Custodio  
Patrícia Leite Cruz  
Sóstenes dos Santos Santana*

### **1 NOTAS INTRODUTÓRIAS: OS ASSENTAMENTOS AGROEXTRAVISTAS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Este estudo busca apresentar um relato de experiência acerca do desenvolvimento do projeto de extensão “A Horta Comunitária como espaço de formação agroecológica na comunidade agroextrativista de Barra da Ipueira, no Município de Serra do Ramalho – BA”, que ocorreu entre os anos de 2018 e 2019, no âmbito do *Campus* Bom Jesus da Lapa. Para que possamos fazer esse resgate, inicialmente serão retomados aspectos ligados à contextualização dos assentamentos agroextrativistas no Brasil e na Bahia, no sentido de se caracterizar o extrativismo desenvolvido pelas comunidades tradicionais. Na sequência, será feita uma breve apresentação da comunidade envolvida e o relato da experiência vivenciada durante a execução do projeto.

De acordo com Silva *et al.* (2017), o estudo dos projetos de assentamento no Brasil tem crescido em virtude da importância que esses territórios rurais têm ocupado no cerne da regularização fundiária e seus impactos sobre o uso dos recursos naturais, especialmente os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE), que foram concebidos para promover o desenvolvimento sustentável dos territórios da Reforma Agrária.

Nesse contexto, o agroextrativismo foi promovido como uma alternativa de desenvolvimento sustentável dos territórios de comunidades tradicionais, sendo esse processo resultado da luta dos movimentos sociais, ambientalistas e sindicais, com o propósito de alinhar desenvolvimento social à preservação ambiental, sem perder de vista o contexto histórico e os costumes dos povos tradicionais.

Na Bahia, as populações tradicionais e os projetos de assentamentos agroextrativistas fazem parte desse processo histórico de construção. Nos últimos anos, a preocupação

com a sustentabilidade dos territórios e dos sistemas produtivos conduziu à regularização fundiária, a um olhar mais atento da realidade rural e agrícola e ao desenvolvimento sustentável.

Nessa perspectiva, os institutos federais emergem como importantes espaços para a implementação de políticas de formação de agricultores e agricultoras no que tange à implementação de princípios produtivos alternativos, que coadunem com práticas conservacionistas e se oponham a todas as formas de degradação do Meio Ambiente.

Segundo Vasconcelos e Camargo (2012, p. 421), em sentido amplo, o extrativismo reúne todas as atividades de extração, ampliando-se quer a produtos vegetais, quer a produtos animais, ou ainda minerais [...]. Por esse viés, a atividade extrativista pode ser analisada como o principal fator para a criação dos territórios rurais de identidade agroextrativista, pois esse processo tem sido uma resposta às inúmeras reivindicações de populações tradicionais ao direito de realizar suas atividades extrativistas e à permanência em áreas tradicionalmente ocupadas.

A ideia principal que sustenta o agroextrativismo é a produção baseada na extração de recursos naturais e a produção agrícola sustentável, a exemplo da horticultura, através de mecanismos que conservem as características dos povos e comunidades tradicionais, bem como assegurem o pilar da sustentabilidade, com a preservação da biodiversidade e seus ecossistemas.

Do ponto de vista da relevância desse tema, observa-se que a produção de frutas, hortaliças, plantas medicinais, entre outras, pode propiciar uma alimentação nutritiva e saudável para a família rural, além de gerar excedentes para comercialização, complementando a renda. A Agroecologia, por sua vez, fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas, tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 2009).

Os modelos agroecológicos, nesse viés, mostram-se mais resistentes diante dos fenômenos ambientais, são mais produtivos e favorecem a relação do agricultor com sua produção desde o plantio, passando pela colheita até a comercialização, fazendo com que o camponês não dependa de meios de produção externos e nem venda sua força de trabalho para terceiros, o que pode incentivar os jovens a não abandonarem o campo (ANAP, 2012).

A horta comunitária baseada nos princípios agroecológicos tem como propósito produzir hortaliças saudáveis, garantindo assim melhoria na qualidade de vida dos agricultores, que, além da segurança alimentar e nutricional, também encontram nessa atividade uma oportunidade para aumento da renda familiar, por meio da comercialização dos produtos. A potencialização e o fortalecimento das atividades produtivas locais, além de evidenciarem a participação de todos os atores sociais articulados e da organização das mulheres, visam à sustentabilidade do ambiente com a

utilização de técnicas que buscam minimizar a degradação ambiental, fazendo o reaproveitamento de materiais encontrados no próprio sistema de produção.

Dentro dessa abordagem do sistema de produção agroextrativista em que se insere a comunidade envolvida no projeto de extensão, objetivou-se com este trabalho a implantação de um modelo de horta baseada em princípios agroecológicos, que perpassaram desde a escolha das sementes, dos insumos e defensivos a serem utilizados, bem como a perspectiva de gestão do experimento.

## **2 CONHECENDO A COMUNIDADE AGROEXTRATIVISTA BARRA DA IPUEIRA**

O projeto de extensão relatado neste capítulo foi desenvolvido na comunidade Barra da Ipueira, integrante do assentamento agroextrativista São Francisco, no município de Serra do Ramalho – BA. A comunidade, apelidada de Fechadinha, é composta por mais de cem famílias cadastradas no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), integrando as 11 comunidades que compõem o supracitado projeto de assentamento.

Atualmente, a comunidade de implantação desse projeto conta com uma infraestrutura de prédios e serviços públicos como: posto de saúde, quadra poliesportiva, Centro de Formação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, igrejas católicas e evangélicas, terreiros de candomblé, casas de farinha, dois sistemas de água que funcionam precariamente e duas escolas.

As principais atividades econômicas desenvolvidas são: produção de olerícolas (pimentão, cebola, alface, tomate, abóbora, entre outras); beneficiamento de derivados da mandioca (farinha, polvilho, tapioca e bolos); criação de pequenos ruminantes (ovinos e caprinos); produção dos derivados do leite (queijos, doces e requeijão); e pesca no rio São Francisco.

Em conformidade com o que dispõe a Portaria/INCRA/P/Nº 268, de 23/10/1996, um sistema agroextrativista é uma modalidade de assentamento destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações oriundas de comunidades extrativistas.

Assim, a realização deste projeto contribuiu significativamente para potencializar as práticas produtivas, em sintonia com as questões ambientais, sem perder de vista a perspectiva de geração de renda para as famílias residentes no assentamento. Ao longo da execução das atividades propostas, houve uma forte adesão das mulheres participantes da associação comunitária, lideradas pela associada Francisca Guedes.

## **3 A IMPLANTAÇÃO DA HORTA AGROECOLÓGICA: EXPERIÊNCIAS CONSTRUÍDAS**

O projeto foi desenvolvido na sede da associação de pequenos produtores da comunidade Barra da Ipueira. Sua duração foi de sete meses, e mesmo após a conclusão

das etapas previstas, a equipe executora colocou-se à disposição da comunidade para o oferecimento de formação técnica visando ao auxílio na manutenção do projeto da horta comunitária de base agroecológica.

Os procedimentos utilizados para o desenvolvimento das ações de extensão contemplaram diversas atividades, desde visitas de planejamento e mapeamento da área até a elaboração de oficinas teóricas e a aplicabilidade na prática. O percurso metodológico foi desenvolvido durante a construção de uma horta comunitária a partir de princípios agroecológicos.

Buscou-se a construção de um sistema mais sustentável, fazendo uso do composto orgânico a partir de resíduos encontrados na localidade (palhada, restos de cascas de frutas, legumes, folha de bananeira, excrementos animais), bem como na produção e utilização de biofertilizantes, para a melhoria da fertilidade do solo, e o manejo das pragas com a utilização de extratos naturais (bioinseticidas).

Para o início da execução da proposta, foi formado um grupo de estudos com a equipe executora do projeto. Foram realizados encontros semanais para discussão de assuntos relacionados ao eixo temático do projeto, definição de metas a serem cumpridas no mês, distribuição de atividades semanais e preparo dos materiais para a realização de oficinas na comunidade.

As rodas de conversa e oficinas foram desenvolvidas na sede da associação da comunidade, situada próxima ao local de implantação do sistema de horticultura comunitária (Figura 1). Ao longo do projeto foram realizadas discussões temáticas relacionadas ao uso consciente dos recursos naturais, aos princípios da agroecologia, aos modelos autossustentáveis de hortas comunitárias em associações e à melhoria da fertilidade do solo com uso de compostagem e biofertilizantes. Também foram propostas ações de intervenção nos sistemas de produção local, visando à diminuição dos impactos ambientais e à melhoria qualidade de vida da população, além da possibilidade de geração de renda a partir da implantação do sistema.

Figura 1 – Rodas de conversa com os integrantes da comunidade envolvidos no projeto

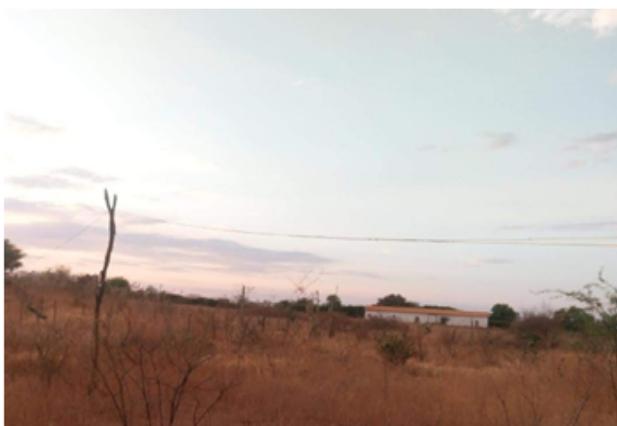


Fonte: os autores, 2018

Em reunião com os participantes do projeto, realizou-se o planejamento detalhado para a implantação da horta na associação, desde a construção e adubação dos canteiros até a montagem do sistema de irrigação, o estudo dos principais tratos culturais, as estratégias para o manejo de pragas e doenças e a definição das espécies olerícolas a serem cultivadas, incluindo um estudo da relação alelopática entre elas.

A horta foi implementada em uma área de aproximadamente 400 m<sup>2</sup> (Figura 2), sendo necessária uma operação de aração do solo para que fosse possível realizar o levantamento dos canteiros.

Figura 2 – Local de implantação da horta na comunidade



Fonte: os autores, 2018

Inicialmente, foi incorporado ao solo esterco curtido de bovino e caprino (Figura 3) e, no decorrer do desenvolvimento do projeto, fez-se uso de biofertilizantes e compostos

orgânicos, visando à melhoria dos atributos químicos e físicos do solo.

Figura 3 – Levantamento e adubação dos canteiros com esterco curtido de bovino e caprino



Fonte: os autores, 2018

Na horta foram cultivadas as seguintes hortaliças: alface, cenoura, beterraba, couve, pepino, temperos (cebolinha verde, salsa, coentro, orégano e manjerona), rabanete, chicória, abobrinha, rúcula, tomate cereja, pimentão, pimenta e alho (Figura 4). Nos canteiros laterais, foram cultivadas algumas plantas medicinais que puderam ser utilizadas como alimento e fitoterápicos, além disso, serviram também para auxiliar no manejo de doenças e pragas, seja no preparo de bioinseticidas ou como barreira de proteção na bordadura da horta, já que as plantas medicinais podem produzir compostos fenólicos que repelem alguns insetos.

As mudas de plantas medicinais foram provenientes do viveiro de mudas e horto medicinal do *Campus*, sendo utilizadas as seguintes espécies: hortelã, arruda, alfavaca, manjericão, losna, camomila, capim-limão, erva doce, alecrim, boldo e poejo.

Figura 4 – Semeadura das espécies olerícolas. A – Abertura das linhas para plantio. B – Semeadura manual

A

B



Fonte: os autores, 2018

A irrigação das plantas foi realizada diariamente com a utilização de regadores, sendo a água utilizada proveniente de um poço subterrâneo do tipo cisterna pertencente à associação. Visando à melhoria das condições para o bom desenvolvimento das plantas, foram instaladas telas de sombreamento (sombrite) em todos os canteiros (Figura 5).

Figura 5 – Instalação das telas de sombreamento



Fonte: os autores, 2018

A produção de compostagem foi uma das medidas agroecológicas sustentáveis adotadas no manejo da horta comunitária. A esse respeito, foram realizadas oficinas durante a execução do projeto, a fim de explicar e exemplificar cada etapa do processo de produção de compostos. Os resíduos sólidos escolhidos para montagem das pilhas de compostagem foram: restos de cascas de frutas e legumes oriundos das casas das famílias residentes na comunidade, esterco bovino e caprino, folhas de árvores e restos de palhas (folhas de bananeiras, restos de capim, folhas de quintais e leguminosas como a leucena e

jitirana), que foram adquiridos nos sítios mais próximos do local de implantação do sistema (Figura 6).

Figura 6 – Preparo de pilha de compostagem



Fonte: os autores, 2018

Durante a execução do projeto, foram realizadas visitas semanais à comunidade, visando a acompanhar o desenvolvimento das plantas e auxiliar os produtores na resolução de possíveis problemas e/ou dificuldades encontradas (Figura 7).

Figura 7 – Acompanhamento do desenvolvimento da horta



Fonte: os autores, 2018

#### **4 IMPACTOS DO PROJETO NA COMUNIDADE**

A implementação do sistema de horta comunitária agroecológica em Barra da Ipueira teve resultados satisfatórios, uma vez que os objetivos do projeto foram alcançados no decorrer do desenvolvimento da metodologia ora apresentada. Com a execução da proposta, foi possível fortalecer a identidade institucional e as parcerias com as organizações e os movimentos sociais, sensibilizando assim os agentes envolvidos quanto aos benefícios das práticas em educação ambiental e aos malefícios que o uso indiscriminado dos agrotóxicos causa tanto na saúde humana quanto no desequilíbrio dos agrossistemas.

Do ponto de vista social, outro elemento que figura como resultado concretizado é o cumprimento de uma das funções precípua do instituto, que é a realização de projetos de extensão focando comunidades tradicionais e arranjos socioprodutivos, na perspectiva de produzir renda, proporcionar a melhoria da qualidade de vida e colaborar com a preservação dos recursos naturais.

A realização de oficinas formativas durante a execução do projeto possibilitou aos agricultores adotarem medidas sustentáveis de produção em suas propriedades e aperfeiçoarem técnicas relacionadas ao levantamento e à adubação de canteiros, com utilização de compostos orgânicos que são de fácil produção com recursos encontrados nos próprios quintais. Despertou também o conhecimento deles quanto ao uso dos biofertilizantes e bioinseticidas caseiros, com o uso de receitas fáceis de serem preparadas e que trazem inúmeros benefícios aos sistemas produtivos, principalmente quando se trata das olerícolas cultivadas no nosso território.

Além disso, o projeto trouxe abordagens relevantes e motivadoras, para que a comunidade pudesse fortalecer a ação coletiva e colaborativa, estabelecendo objetivos comuns e buscando ampliar ainda mais ações da economia solidária para o fortalecimento da agricultura familiar. Ao final do último encontro, o grupo de participantes fez sugestões para o aprimoramento de trabalhos nessa modalidade, com destaque para o acompanhamento pós-implantação da horta, uma vez que essa comunidade não conta com assistência técnica de órgãos públicos.

## **5 NOTAS CONCLUSIVAS**

A inserção da horta comunitária na associação da comunidade promoveu uma troca de conhecimentos teóricos e práticos entre os agricultores e extensionistas, realizada por meio de diálogos com relatos de experiências já vivenciadas e obtidas a partir dos conhecimentos tradicionais que são passados de geração a geração, concretizando a construção do conhecimento agroecológico e a sua aplicabilidade na prática durante a execução da proposta.

Os resultados alcançados foram: fortalecimento do discurso e das práticas de base agroecológica; colaboração com a compreensão da importância da relação escola-comunidade para o fortalecimento das ações de educação ambiental no contexto do Território Velho Chico; implementação da horta na comunidade como espaço de

experimentação e produção de novos conhecimentos; elevação do nível de conscientização quanto à importância da educação ambiental, focada na preservação de recursos naturais, para a conquista do desenvolvimento sustentável das comunidades; e relação teoria-prática na formação dos estudantes envolvidos na proposta.

## REFERÊNCIAS

ANAP. **Revolução agroecológica**: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões. 2012.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

SILVA, Valdecy dos Anjos da; CARDOSO, Marcelia Castro; BENTES, Antonio José Mota; VIEIRA, Thiago Almeida. Assentamento Agroextrativista e a Dinâmica de Desenvolvimento na Amazônia: Um Estudo de Caso da Comunidade São Braz no PAE Eixo Forte Em Santarém/PA. *In*: Anais do VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul-RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017.

VASCONCELOS, Mayda Richelle Cavalcante; CAMARGO, Alexandro Francisco. **Agroextrativismo Sustentável na Reserva Extrativista do Rio Cajari Amapá - Brasil**. Universidade Federal do Amapá, 2012.

## CAPÍTULO VII

### AÇÕES EXTENSIONISTAS NO IF BAIANO/*CAMPUS* BOM JESUS DA LAPA COM VISTAS À DIFUSÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

*Ivonete de Souza Santos  
Luciana Pereira Cardial Teixeira*

#### 1 INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como meio de comunicação natural da comunidade surda a partir da Lei nº 10.436/2002. Essa conquista se deve à luta constante dos sujeitos surdos, profissionais da educação e familiares, que sabem da importância da Libras na vida de pessoas com surdez. Em seguida, alguns anos depois, foi promulgado o Decreto nº 5.626/2005, que trata da obrigatoriedade da Libras como disciplina em licenciaturas e cursos de fonoaudiologia e também da presença do tradutor intérprete de Libras para realizar a mediação da comunicação entre surdos e ouvintes, entre outras determinações.

A difusão da Libras no Brasil tem se dado de maneira gradativa e constante. Ao longo dos anos foram ofertados desde cursos básicos de Libras a cursos de nível superior, isso possibilitou um avanço de alcance considerável em boa parte do território nacional. Contudo, ainda há ouvintes e surdos que não tiveram acesso à Libras e que não compreendem a importância da aquisição desse idioma para o desenvolvimento cognitivo, intelectual, social e cultural da pessoa com surdez. Em muitas regiões ainda há um número considerável de surdos que não utilizam a Libras. Os motivos disso podem ser os mais variados possíveis, em muitos casos, são filhos de pais ouvintes que desconhecem a Libras, ou, ainda, pode-se afirmar que não há informação e formação na região onde vivem, privando-lhes da oportunidade de ter o contato com o idioma, conhecer a cultura surda e decidir se desejam fazer parte dela.

Em Bom Jesus da Lapa/BA, o contexto é similar em muitas regiões, são poucas pessoas surdas que conhecem e utilizam a Libras, e essa falta de

conhecimento acerca do idioma estende-se ao público ouvinte.

Assim, diante de tal realidade, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) do IF Baiano (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano)/*Campus* Bom Jesus da Lapa também realiza ações extensionistas valendo-se dos programas de extensão disponibilizados na instituição. Desse modo, o presente trabalho descreve as ações extensionistas desenvolvidas do IF Baiano/*Campus* Bom Jesus Bom Jesus da Lapa – Bahia, com vistas a evidenciar a relevância da difusão da Libras e os impactos significativos dessa prática na vida dos participantes.

## **2 PRÁTICAS INCLUSIVAS PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA: VALENDO-SE DA EXTENSÃO PARA DIFUSÃO DA LIBRAS**

Atividades extensionistas referem-se a ações compartilhadas e realizadas com a comunidade externa à instituição, o que pode incluir pessoas ou outras instituições, conforme o Regulamento da Curricularização da Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, “Entende-se por extensão o processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promova a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade” (RESOLUÇÃO nº 145/2021, p. 1). Dessa maneira, compreende-se que os profissionais e acadêmicos que praticam ações extensionistas devem compartilhar saberes, informações, de uma maneira horizontal, ou seja, não se deve considerar os sujeitos das comunidades externas como inferiores, mas sim entender que estes também detêm saberes que precisam ser considerados de maneira crítica-reflexiva.

Dessa forma, o IF Baiano busca, por meio dos programas de extensão ofertados por servidores técnicos-administrativos e docentes, inteirar a comunidade externa de assuntos pertinentes a todos e ainda tomar conhecimento dos saberes produzidos por esses sujeitos.

Neste íterim, dentre as distintas e diversas ações extensionistas desenvolvidas no IF Baiano/*Campus* Bom Jesus da Lapa, o Napne, núcleo que “Visa a estabelecer a organização, o funcionamento, as competências e as atribuições [...], conforme previsto na Política de Diversidade e Inclusão, implantada em todos os *campi* do IF Baiano” (REGIMENTO DO NAPNE, 2019, p. 6), tem executado cursos, oficinas e palestras abordando temáticas

diferentes, dentre essas, está o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para pessoas ouvintes e surdas. Sendo “um Núcleo de natureza propositiva, consultiva e executiva” (REGIMENTO DO NAPNE, 2019, p. 6), seus membros sempre estão disponíveis para propor e realizar atividades diversas, assim como para contribuir e compartilhar conhecimentos.

Considerando que a Libras é a segunda língua oficializada no Brasil e que os sujeitos que a utilizam obtiveram esse direito por meio de movimentos sociais, pesquisas científicas e aparatos legais, o Napne consolida essa luta por resistir a ideias e conceitos excludentes e por difundir a Libras e valorização da cultura surda por meio dos programas de extensão que a instituição dispõe.

Desse modo, desde agosto de 2016 o *Campus* tem em seu quadro de servidores uma tradutora e intérprete de Libras/português (tilsp) efetiva e, recentemente, em setembro de 2020, contratou outra profissional de mesma função, para atuar na tradução/interpretação/mediação entre surdos e ouvintes. Nesse contexto, os profissionais tilsp também realizam ações de extensão, a fim de difundir a Língua Brasileira de Sinais, contribuir com a valorização da cultura surda, cooperar com a permanência e o êxito do educando surdo e despertar o interesse de seus pares visando ao ingresso destes em alguns dos cursos ofertados no *Campus*. Igualmente, é importante mencionar que entre o corpo de estudantes há quatro discentes com surdez bilateral profunda (informação do tipo de deficiência consta nos laudos médicos apresentados pelos candidatos no ato da inscrição e matrícula), sendo uma graduanda no curso superior em engenharia agrônômica e três cursando o técnico em informática modalidade subsequente.

Tendo em vista o impacto positivo que a valorização e difusão da Libras no contexto escolar e além dos muros da escola pode proporcionar aos sujeitos surdos e ouvintes, nas linhas a seguir serão relatadas determinadas experiências a partir dos trabalhos desempenhados.

## **2.1 O Ensino da Libras Para o Público Ouvinte**

No município de Bom Jesus da Lapa, o IF Baiano tem desempenhado um papel relevante na difusão da Libras para as comunidades ouvinte e surda. Desde 2017, são realizados cursos e oficinas, inicialmente para estudantes, servidores e demais funcionários do *Campus*, com vistas a familiarizá-los com

a Libras e também para estimular uma reflexão sobre a importância de se efetivar a inclusão de pessoas surdas.

Sabendo ser essencial que a comunidade externa também tenha acesso à informação e ao conhecimento acerca da Libras e da pessoa surda, as atividades extensionistas elaboradas e executadas pelos membros do Napne foram iniciadas. Nesse contexto, o primeiro curso ocorreu em uma escola particular de nível médio, em janeiro de 2018, sendo “O curso básico de Libras: Promovendo a Inclusão por Meio da Língua de Sinais”, oferecido a 18 profissionais da educação. Na ocasião, a vice-diretora da escola entrou em contato com a tilsp do IF Baiano e solicitou o curso, pois, após diálogo com sua equipe, concluiu que todos precisariam começar a aprender a língua, tendo em vista a iminente possibilidade de ingressar um estudante surdo em uma das turmas.

Dessa forma, a fim de contribuir com a necessidade apresentada, os encontros foram combinados e realizados no prédio da escola durante uma semana, em dias alternados (segunda, quarta e sexta), no turno vespertino, com duração de 3h.

Visto que os participantes desconheciam a Libras, foi feito um curso introdutório, cujo conteúdo programático foi: breves aspectos legais e históricos, mitos e verdades sobre a Libras e a pessoa surda, alfabeto manual, números, cumprimentos mais comuns e conversações iniciais. A fim de tornar o ensino-aprendizagem dinâmico e interativo, optou-se por utilizar os seguintes recursos didáticos: projetor, notebook, slides, vídeos, caixa de som e atividades impressas. A ludicidade também se fez presente nos encontros, por meio de jogos, brincadeiras e músicas em Libras, os quais motivaram os participantes a interagir constantemente durante as aulas, possibilitando uma aprendizagem divertida.

No que se refere à metodologia aplicada, deu-se da seguinte maneira: No primeiro dia de aula, de maneira dialógica, foi exposto um breve histórico da educação dos surdos no Brasil e no mundo, posteriormente, por meio de um quiz, foram apresentados e discutidos os mitos e as verdades sobre a Libras e a pessoa surda. No segundo dia, por meio de uma aula expositiva e dialogada, foi praticado o uso do alfabeto manual e dos números, sendo explicado em que situações utiliza-se a datilologia<sup>10</sup>. Para tornar o momento mais dinâmico, optou-se por realizar a seguinte atividade: cada participante, após aprender e

compreender como sinalizar cada letra e numeral, deveria fazer o sinal de “MEU NOME”, a datilologia do nome próprio, o sinal de “MINHA IDADE” e a datilologia do número (o participante poderia usar um número fictício, caso não se sentisse à vontade para revelar a real idade).

Outra atividade foi o ditado manual soletrado, que consistiu na soletração de palavras utilizando as configurações de mão das letras e números. Quando apresentados, os participantes identificavam a palavra ou o número informado e os transcreviam para a escrita da língua portuguesa. As tarefas mencionadas tinham a finalidade de instigar o envolvimento dos presentes e promover a desenvoltura na realização dos sinais.

No terceiro e último dia de curso, os integrantes da turma sentiam-se um pouco mais à vontade para sinalizar, dessa forma, foi explanada a sinalização dos cumprimentos básicos em Libras, bem como alguns outros sinais, que foram usados a posteriori para construir conversações iniciais. Assim como nos dois primeiros encontros, os sinais eram apresentados e os cursistas repetiam, sendo preciso dar atenção aos cinco parâmetros da Libras (configuração de mão, ponto de articulação, movimento, orientação de mão e expressões não manuais).

Após enfatizar como os sinais eram elaborados, foi dado início a uma nova atividade prática, na qual foi solicitada a formação de duplas (poderia ser realizada em trios). Essas duplas ou trios receberam diálogos curtos em tirinhas de papel e, assim, treinaram a sinalização das frases. Por conseguinte, cada dupla ou trio se dirigiu à frente da sala e começou a apresentar-se, quando concluído, os que estavam assistindo realizavam a tradução do diálogo.

Dessa forma, no último encontro, mais uma vez, todos perceberam que a Libras, apesar de ser uma língua de modalidade diferente de um idioma oral, é possível de ser aprendida pelo ouvinte de maneira prática.

Apesar de o projeto acontecer em um curto período, os dezoito profissionais da educação presentes perceberam que a Libras é uma língua que precisa ser aprendida de maneira organizada e contextualizada, do mesmo modo, notaram que a pessoa surda é sujeito com potencialidades, sendo relevante observar suas especificidades e respeitá-las. Conforme Mantoan (2003, p. 38),

O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são

reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, como comumente se deixa que aconteça.

Entretanto, aprenderam alguns sinais e conversações em Libras, sendo incentivados a continuarem seus estudos acerca do idioma. O IF Baiano, por sua vez, indicou disponibilidade em sempre convidar a equipe da escola para participar de oficinas e cursos com essa temática.

Figura 1 – Curso básico de Libras: Promovendo a Inclusão por Meio da Língua de Sinais



Fonte: das autoras, 2018

Ainda no mesmo ano, no mês de fevereiro, outra escola entrou em contato, sendo esta uma unidade da rede pública, ofertante do ensino médio. Nesse caso, a solicitação se deu pelo fato de estarem recebendo pela primeira vez um estudante surdo, no 1º ano do ensino médio, e uma intérprete de Libras. Diante de tal cenário, a gestão da escola e o corpo docente não sabiam ao certo qual era o papel da profissional contratada e como incluir o discente supramencionado, assim, precisavam que fossem elucidados alguns pontos, a fim de evitar transtornos e desentendimentos. Diante da justificativa, o IF Baiano/Napne disponibilizou a tilsp para mediar o assunto.

Sendo um encontro com duração de 2h, optou-se por discutir os seguintes assuntos: conceitos básicos sobre Libras e surdez, uma explanação sobre as atribuições do intérprete de Libras e caminhos metodológicos possíveis de proporcionar maior acessibilidade para o aluno surdo, além de informações sobre como o professor regular e o intérprete de Libras podem trabalhar em consonância, cada um cumprindo com sua função.

Os docentes tinham muitas dúvidas, o que os motivou a participar e interagir significativamente durante aquela tarde. No fim da palestra, os professores mencionaram que haviam compreendido muitos pontos e que, a partir de então, iriam se organizar para melhorar a acessibilidade e o trabalho em parceria com a profissional intérprete.

Em dezembro de 2018, a equipe do Napne, a equipe Técnico-Pedagógica e a Direção Acadêmica organizaram o encontro com familiares de pessoas surdas no *Campus* do IF Baiano, no qual estiveram presentes 16 pessoas (entre os familiares havia mães, primos/primas e irmãos). O momento teve a finalidade de dialogar sobre as especificidades das pessoas surdas e a necessidade de haver inclusão e acessibilidade no âmbito familiar. Desse modo, o diretor acadêmico, a professora de atendimento educacional especializado (AEE), a assistente social, a psicóloga e a intérprete de Libras revezaram-se para dialogar com os presentes. Para possibilitar melhor interação, foram utilizados vídeos e pequenos textos para reflexão, desse modo todos se sentiram à vontade para expressar suas considerações sobre o assunto. Com essa atividade, os familiares perceberam que pessoas surdas têm potencial para desenvolver-se e que os membros da família são sujeitos fundamentais e primordiais na inclusão e emancipação de seus parentes surdos. De acordo com Kelman *et al.* (2011, p. 6):

A família constitui a esfera em que ocorrem os primeiros contatos e trocas sociais de uma criança. Assim sendo, o núcleo familiar é o local no qual emergem os vínculos comunicacionais primários, constituídos de significados e sentidos absorvidos por meio da internalização das trocas dialógicas, possibilitando o desenvolvimento do pensamento.

Em conformidade com a ideia apresentada na citação, a ocasião proporcionou aos presentes compreender que é no âmbito familiar que ocorrem os primeiros vínculos comunicacionais e as primeiras trocas sociais, desse modo, é necessário que todos aprendam como interagir e acolher um familiar surdo.

Em março de 2019, foi desenvolvida uma oficina de Libras para a turma do 5º semestre do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), *Campus* VXII. Na ocasião, os acadêmicos estavam cursando o componente curricular Libras e solicitaram uma oficina para aprender melhor o idioma. Portanto, a docente da turma contatou a tilsp do IF Baiano e pediu a oficina supracitada. À vista disso, a profissional deslocou-se até o *Campus* da Uneb e

iniciou os trabalhos com a turma, sendo-lhes exposto: um breve histórico acerca da educação dos surdos no Brasil e no mundo, uma explicação sobre datilologia e uma apresentação a respeito de cumprimentos/diálogos iniciais.

Durante alguns eventos de extensão promovidos por outros núcleos/setores do IF Baiano *Campus* Bom Jesus da Lapa, sucederam mais oficinas/cursos com o intuito de propagar a Libras para o público ouvinte, tais quais:

a oficina “Inclusão por Meio da Língua Brasileira de Sinais”, com carga horária de 4h, havendo a participação de discentes do IF Baiano e estudantes da comunidade externa, que ocorreu durante a Semana de Ciência e Tecnologia e V Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 2017; No decurso do Simpósio de Educadores de Serra do Ramalho: Entre o Pensar e o Fazer a Educação do Campo, em 2019, aconteceu a oficina “Introdução a Libras”, com carga horária de 4h, tendo como público-alvo educadores do município de Serra do Ramalho; a oficina introdutória ao ensino da Libras, com carga horária de 2h e participação das comunidades externa e interna do IF, ocorrida no íterim do I Simpósio sobre Educação Inclusiva no Território Velho Chico, em 2019; e a oficina básica sobre a Libras, ministrada pela graduanda (surda) do curso superior em engenharia agrônômica durante o III Simpósio sobre Educação Inclusiva no Território Velho Chico, em 2021, o qual aconteceu na modalidade virtual devido à pandemia ocasionada pela Covid-19. Essa oficina contou com o apoio de duas intérpretes de Libras para realizar a interpretação direta (Libras-Português) e a mediação, tornando o conteúdo compreensível para o público ouvinte.

Figura 2 – Oficina ofertada durante o I Simpósio sobre Educação Inclusiva no Território Velho Chico



Fonte: das autoras, 2019

Em 2019, Entre os meses de março e junho, desenvolveu-se o curso livre de Libras (básico), “Fortalecendo Vínculos entre Surdos e Ouvintes”, ofertado a duas turmas, sendo que uma assistia à aula nas terças-feiras e outra nas quintas-feiras, ambas no turno noturno. Cada grupo era composto por cerca de 35 pessoas, somando o total de mais ou menos 70 participantes no curso.

O público era diverso, formado por: profissionais da educação, estudantes de nível médio e superior, dentista, recepcionistas, atendentes, cozinheiras, autônomos, vigias, entre outros.

Em todos os cursos/oficinas mencionados nos parágrafos anteriores, o intuito era o mesmo, propagar a Libras, contribuir com a desconstrução do estereótipo formado acerca da Libras e da pessoa surda e promover a inclusão e o respeito.

## **2.2 A Extensão possibilita a Inclusão: Experiências com o Público Surdo**

Entre as adversidades que a pessoa surda enfrenta, há a ausência de acessibilidade nos meios de comunicação. Diante de tal situação, muitas vezes esse público desconhece acontecimentos e informações que circulam em sua própria cidade. No que se refere às pessoas surdas em Bom Jesus da Lapa/BA, é comum passarem por essa situação, visto que desconhecem o português, pois nunca lhes foi proporcionado o ensino da língua portuguesa durante o período

escolar. Também não há a cultura de incentivo para dar continuidade aos estudos, quando concluem o ensino médio. Outro agravante é que é atípico as empresas contratarem pessoas com deficiência para atuar no mercado de trabalho no município, e os empregadores desconhecem a importância de admitir o profissional tilsp para facilitar a acessibilidade à pessoa surda. Diante desses e outros complicadores, os sujeitos citados permanecem alheios a diversos acontecimentos.

Tendo ciência dessa realidade, a tilsp do IF Baiano *Campus* Bom Jesus da Lapa dirigiu-se à residência de alguns desses indivíduos a fim de dialogar com eles e com seus familiares sobre a instituição e os cursos disponibilizados. Nas visitas foi agendado um dia para que comparecessem no *Campus*, a fim de conhecê-lo.

Assim, sete surdos compareceram no dia combinado. Estavam presentes para recepcioná-los, o diretor geral, a intérprete de Libras, uma técnica em assuntos educacionais e a assistente social. No primeiro momento, os convidados foram direcionados ao auditório, ocasião em que ocorreu a palestra inicial com o diretor geral, o qual apresentou informações gerais sobre a instituição e o *Campus*, destacando os cursos disponíveis.

Posteriormente, a assistente social expôs a política de diversidade e inclusão, informando os programas disponíveis no *Campus*. Em seguida, a intérprete de Libras realizou uma visita guiada pelo prédio.

Durante as palestras e o passeio pelo local, percebeu-se como os visitantes ficaram animados por conhecê-lo, saber dos cursos e entender que poderiam se inscrever no processo seletivo que estava prestes a acontecer, tendo a possibilidade real de dar continuidade aos estudos e ainda socializar com as demais pessoas, o que os deixou interessados.

Por fim, meses mais tarde, em outubro de 2016, ocorreu o ingresso da primeira candidata surda no curso superior em Engenharia Agrônômica e, mais adiante, em fevereiro de 2020, a entrada de três candidatos surdos no curso técnico em informática modalidade subsequente ao ensino médio.

Compreende-se que é necessário tornar as informações acessíveis a todos os sujeitos, para que lhes seja garantido o direito de exercer suas escolhas, entretanto o que ocorre em muitos casos é a privação de tais direitos, o que facilita o isolamento e a exclusão. Desse modo, enquanto instituição, o IF Baiano pôde contribuir com a socialização e inclusão desses quatro estudantes.

O ingresso desses primeiros discentes oportunizou a realização de outras ações voltadas para esse público. Durante o evento Mostra Cultural 2018, ocorrido no mês de junho, a tilsp do IF Baiano desenvolveu a oficina “Narrativas em Libras”, com a finalidade de incentivar a leitura e produção de textos narrativos em Libras. Estiveram presentes surdos da comunidade externa, três professoras que atuavam nas salas de recursos multifuncionais, três intérpretes de Libras que atuavam nas escolas do estado e uma professora da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), *Campus XVII*. É importante destacar que, sendo a pessoa surda o público-alvo dessa oficina, então a Libras foi utilizada como língua primária. Além disso, o projeto teve como monitora a estudante surda do curso superior em engenharia agrônômica.

Assim, os surdos sentiram-se valorizados e demonstraram grande satisfação em ver sua língua, sua cultura, ser respeitada e colocada em ênfase. Como resultado dessa ação, dos oito surdos presentes, três ingressaram no curso Técnico em Informática modalidade subsequente ao ensino médio no ano de 2020.

Figura 3 – Oficina Narrativas em Libras



Fonte: das autoras, 2019

Em agosto de 2019, foi produzido e executado o projeto “Curso Básico de Libras para Surdos”. Essa ação foi pensada a partir de informações de três professores do município de Serra do Ramalho – Bahia, os quais comunicaram à tilsp do IF Baiano que estavam com três alunos surdos, com idades de 10, 12 e 18 anos, não fluentes em Libras. Nesse contexto, precisavam de auxílio para

saber como iniciar o ensino dessa língua. Os docentes disseram, também, que eles mesmos não dominavam o idioma, na mesma situação estavam os familiares dos discentes.

Assim, foram planejados quatro encontros com os docentes, familiares e alunos surdos, distribuídos em duas semanas. No primeiro encontro, a finalidade foi conhecer a realidade vivenciada pelo grupo e ainda realizar uma visita guiada pelos espaços do *Campus*; no segundo dia, iniciou-se o ensino do alfabeto manual. Visto desconhecerem a Libras, os estudantes surdos tiveram muita dificuldade para reproduzir os sinais, depois de algumas repetições, perceberem que seus professores e parentes também estavam sinalizando as letras e começaram a configurar as mãos para tentar copiar. Foi uma tarde longa, focada na datilologia do alfabeto; no terceiro dia, realizaram-se atividades ainda voltadas para a prática do alfabeto manual. Percebeu-se que os estudantes sabiam escrever com a grafia da língua portuguesa seus nomes próprios, então a próxima atividade foi o exercício da datilologia dos nomes pessoais. Após reprisar o alfabeto, a tilsp pegou seu documento de identidade e mostrou aos estudantes, que naquele momento viram a foto e o nome logo abaixo, a intérprete fez o sinal em Libras equivalente à palavra “nome” em português, e, em seguida, a datilologia de seu nome próprio, por conseguinte, pediu que os docentes e parentes presentes fizessem o mesmo. Desse modo, os surdos perceberam que cada um estava se apresentando em Libras. Por sua vez, eles conseguiram realizar a datilologia de seus nomes; no quarto e último encontro, foram convidados surdos fluentes em Libras, para que participassem das atividades daquela tarde e, ainda, fossem vistos como referência para os surdos não fluentes.

A presença de surdos fluentes em Libras é essencial para o processo de aprendizagem dos surdos não fluentes em Libras, afinal para que aprendam Libras [...] é necessário que elas sejam expostas a usuários competentes dessa língua, ou seja, adultos surdos fluentes, que vão responder tanto pela exposição como pelo ensino da gramática [...] (GUARINELLO, 2007, p. 48).

Dessa maneira, foram apresentados alguns cumprimentos básicos. Os surdos fluentes ensinaram os sinais, e, como recurso didático, utilizou-se slides e vídeos que mostravam os períodos do dia (manhã, tarde e noite). Além disso, para elucidar a compreensão, os surdos fluentes fizeram breves encenações.

Sabe-se que os encontros não foram suficientes para a aprendizagem da Libras, mas foram úteis para despertar nos alunos surdos o desejo de aprender

uma língua coerente com seu jeito de ser. Os docentes relataram que os estudantes demonstraram entusiasmo, principalmente quando viram outros surdos conversando com as mãos; esse contato foi fundamental, pois não tinham nenhum modelo em mente. Diante disso, tem-se o plano de, após a pandemia da Covid-19, continuar o projeto, enquanto isso, diálogos têm sido feitos com os docentes, a fim de ajudá-los no ensino-aprendizagem desses alunos.

### 3 METODOLOGIA

As ações de extensão apresentadas e discutidas objetivaram promover o ensino da Libras como L2 (segunda língua) para ouvintes e L1 (primeira língua) para surdos. Quadros (1997, p. 119) afirma que é preciso compreender que:

A voz dos surdos são as mãos e o corpo que pensam, sonham e expressam. As línguas de sinais envolvem movimentos que podem parecer sem sentido para muitos, mas que significam a possibilidade de organizar as ideias, estruturar o pensamento e manifestar o significado da vida para os surdos. Pensar sobre a surdez requer penetrar no 'mundo dos surdos' e 'ouvir' as mãos que, com alguns movimentos, nos dizem o que fazer para tornar possível o contato entre os mundos envolvidos, requer conhecer a 'língua de sinais'. Permita-se 'ouvir' essas mãos, pois, somente assim será possível mostrar aos surdos como eles podem 'ouvir' o silêncio da palavra escrita.

Considerando a relevância de propagar a Libras para toda a comunidade, os programas de extensão desenvolvidos corroboram com a ideia de tornar tal idioma significativo não só para surdos, mas para ouvintes também. Nesse sentido, a elaboração do presente capítulo pautou-se em referências bibliográficas que incluíram artigos científicos, documentos institucionais do IF Baiano e relatórios de experiências extensionistas do Napne.

A pesquisa bibliográfica é fundamental para respaldar as informações escritas em um trabalho acadêmico, por isso tal exploração deve ser realizada de maneira atenta e cuidadosa. Conforme Deslandes (1994, p. 33),

- 1) A pesquisa bibliográfica, disciplinada, crítica e ampla:
  - a) Disciplinada porque devemos ter uma prática sistemática - os fichamentos são um bom procedimento;
  - b) Crítica porque devemos estabelecer um diálogo reflexivo entre a teoria e o objeto de investigação por nós escolhidos;
  - c) Ampla porque deve dar conta do "estado" do conhecimento atual sobre o problema [...].

Seguindo esses parâmetros, foi feito um estudo do estado da arte acerca de artigos científicos e dispositivos legais que tratassem de inclusão, acessibilidade e cultura da pessoa surda. Logo depois, foram consultados alguns documentos institucionais do IF Baiano, sendo eles: o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Regulamento das Atividades de Extensão, o Regulamento da Curricularização da Extensão e o Regimento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. Seguidamente, os relatórios de atividades extensionistas do Napne foram revistos, a fim de buscar informações acerca de oficinas, cursos e palestras.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nota-se que pessoas surdas concluintes do ensino médio no município de Bom Jesus da Lapa não tinham perspectivas em dar continuidade aos estudos e desconheciam o IF Baiano e seus cursos. Diante desse fato, os programas de extensão aplicados tornaram possível que esse público tomasse conhecimento da instituição e ainda tivessem a oportunidade de ingressar em alguns dos cursos, dando-lhes a possibilidade de continuar seus estudos acadêmicos.

A inclusão dos discentes surdos veio acompanhada de benefícios pessoais para eles e para a instituição, os quais são: garantia de continuidade nos estudos acadêmicos, e ainda serem referência para outros surdos, indicando que é possível estudar na instituição e melhorar suas perspectivas futuras; possibilidade de socialização do sujeito surdo; despertamento da comunidade do IF Baiano/*Campus* Bom Jesus da Lapa para a importância de mais práticas inclusivas; e manifestação de interesse por parte dos ouvintes em aprender Libras.

Valendo-se das atividades de extensão, também é possível propagar a Língua Brasileira de Sinais para diversos públicos ouvintes, sendo que esse meio de comunicação não deve ser utilizado apenas pelos surdos, do mesmo modo, os ouvintes precisam apropriar-se dele para conseguir realizar uma comunicação efetiva com a pessoa surda. À vista disso, as ações de extensão alcançaram um coletivo diverso, dentre os quais estão: profissionais da educação, estudantes de nível médio e superior, dentista, recepcionistas, atendentes, cozinheiras, autônomos, vigias entre outros.

A extensão também contribuiu para que o ensino da Libras alcançasse os surdos não fluentes. Nesse sentido, professores e familiares que participaram

do curso de “Libras como L1 para pessoas surdas” relataram que os estudantes ficaram felizes com esse primeiro contato e que aguardam com expectativa a continuidade do curso.

Dessa forma, ainda há muito trabalho a ser realizado. Tendo consciência disto, pretende-se realizar mais ações, a fim de propagar a Libras para surdos e ouvintes na região, fazendo isso por meio dos programas de extensão que o IF Baiano dispõe.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências relatadas neste capítulo evidenciam a relevância das atividades extensionistas no IF Baiano, estas possibilitam: conhecer as comunidades externas, ofertar serviços de assistência que beneficiam esse público, compartilhar saberes e fortalecer vínculos entre instituições e pessoas e, ainda, oportunizam aos acadêmicos extensionistas uma experiência real com a sociedade que o circunda.

Os cursos, as oficinas e as palestras ofertadas tiveram como benefício para os envolvidos: melhora na sua compreensão sobre o processo de inclusão da pessoa surda, sensibilidade no que se refere às necessidades específicas de outros grupos de pessoas com deficiência, capacitação dos participantes e conhecimento acerca da Libras para ouvintes e surdos, além de terem fomentado a valorização e disseminação da Libras e das especificidades e cultura da pessoa surda.

Nesse contexto, o Napne do IF Baiano/*Campus* Bom Jesus da Lapa objetiva continuar oferecendo e compartilhando estudos e práticas sobre a inclusão da pessoa surda e propagando a Língua Brasileira de Sinais para grupos de sujeitos surdos e ouvintes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626** de 22 de dezembro de 2005, publicado no Diário Oficial da União. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436** de 24 de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.436%2C%20DE%2024%20DE%20ABRIL%20DE%202002.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20L%C3%ADngua%20Brasileira,Art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.436%2C%20DE%2024%20DE%20ABRIL%20DE%202002.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20L%C3%ADngua%20Brasileira,Art). Acesso em: 11 jan. 2022.

DESLANDES, S. F. A construção do Projeto de Pesquisa. In: DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

IF BAIANO. **Regimento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas**. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/xique-xique/files/2021/01/Resolucao-03-2019-Regimento-do-Napne-Ano-2019.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

IF BAIANO. **Regulamento da Curricularização da Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano**. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/08/Resolucao-145.2021-com-anexo.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

KELMAN, C. A. *et al.* Surdez e Família: Faceta das Relações Parentais no Cotidiano Comunicativo Bilíngue. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 17, n. 33, p. 349-365, maio/ago. 2011. Disponível em: [https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:FFAHZw\\_GsukJ:https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/download/3737/3413/6653+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:FFAHZw_GsukJ:https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/download/3737/3413/6653+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br). Acesso em: 20 de jan. 2022.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Como Fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

Datilologia refere-se à soletração manual das letras do alfabeto da língua portuguesa. Quando falta um sinal ou sinal-termo para determinado vocábulo da língua portuguesa, ou esse é desconhecido pelos indivíduos que se comunicam em Libras em um determinado momento, então se usa a datilologia, soletração da palavra da língua oral pelo alfabeto manual que, no entanto, não pode ser confundida com tradução, parâmetros da Libras e conversações iniciais.

## CAPÍTULO VIII

### GRUPO TEATRAL, EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE: UMA EXPERIÊNCIA NO IF BAIANO - *CAMPUS* BOM JESUS DA LAPA

*Junio Batista Custodio  
Grace Itana Cruz de Oliveira  
Clélia Gomes dos Santos  
Adevanucia Nere Santos*

#### **1 PRIMEIRAS PALAVRAS: O TEATRO-EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EXTENSÃO**

A arte nos completa enquanto seres humanos e por meio dela expressamos crenças, desejos, afetos, sejam estes individuais ou coletivos. Articulada aos distintos processos que constituem a nossa existência, a capacidade criadora e motivadora do fazer artístico é capaz de ressignificar as relações e conferir novos sentidos ao ser e estar no mundo. No âmbito escolar, as manifestações artísticas são essenciais para o desenvolvimento psicossocial, humano e pedagógico, potencializando a autoestima e a aprendizagem saudável e significativa.

A partir de uma compreensão positiva e abrangente da arte, com enfoque no fazer teatral de natureza amadora, o *Campus* Bom Jesus da Lapa desenvolve, desde o mês de dezembro de 2015, de forma continuada, o projeto de extensão denominado “Grupo Teatral, Educação e Integração Escola-Comunidade: uma experiência no IF Baiano - *Campus* Bom Jesus da Lapa”. O Grupo é composto por um público diversificado de 30 participantes, envolvendo as comunidades interna e externa, denominado de “Sertão em Cores”.

O teatro, linguagem do projeto de extensão, justifica-se por proporcionar uma formação humanística e integral, na qual o enfoque dos conhecimentos se dão na troca mútua de saberes. Partem da prática social e a ela retornam, ressignificando as experiências pessoais, contribuindo na formação de cidadãos comprometidos com a realidade social, promovendo a formação ética, política e estética do ser humano, em sua relação com os demais e com a natureza. Logo, os pressupostos que têm sustentado a execução

do projeto sintonizam com os fundamentos básicos e princípios do Instituto Federal Baiano, expressos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

A escola é um espaço que nos possibilita vivenciarmos experiências nas diversas áreas do conhecimento. É, portanto, um ambiente onde se pode desenvolver o pensamento artístico, a reflexão e a criatividade. A relação arte e educação, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998, p. 15), “propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação”. Nesse contexto, oferecer aos estudantes e integrantes da comunidade a educação pela arte, desenvolvendo o lado artístico por meio do teatro, tem sido um dos objetivos desse projeto.

O nome do grupo, desde o surgimento, não se deu ao acaso. Traduz a simbologia do colorir o sertão, dando enfoques positivos a temas regionais, evidenciando o aspecto cultural presente nos costumes, na literatura, nos biomas e nas relações diárias construídas pelos sertanejos e sertanejas. Ao representar as tantas cores dessa região historicamente marginalizada nas artes, coloca-se no centro do palco um sertão diverso, plural na riqueza cultural, um povo solidário, construtivo, sonhador e forte. Essa tem sido, ao longo desses anos, a filosofia da proposta.

O trabalho desenvolvido no grupo de teatro tem privilegiado a leitura, a interpretação e a criação a partir dessas práticas. Os participantes são estimulados a criar novas formas de expressão com base nas questões mobilizadas pela leitura, realizando aproximações com o contexto que os envolve.

Do ponto de vista da integração com a comunidade e promoção do desenvolvimento social, o projeto coaduna com o que propõe Delors (1999, p. 51) ao afirmar que:

[...] em todo o mundo, a educação, sob as mais diversas formas, tem por missão criar, entre as pessoas, vínculos sociais que tenham a sua origem em referências comuns. Os meios utilizados abrangem as culturas e as circunstâncias mais diversas; em todos os casos, a educação tem como objetivo essencial o desenvolvimento do ser humano na sua dimensão social.

Além desse pressuposto, que exalta a educação como fortalecedora dos vínculos sociais, os demais fundamentos e princípios presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano foram norteadores para a preparação e execução deste projeto, o qual buscou a produção de conhecimento, a transformação sociocultural dos participantes, a

aprendizagem e educação pela arte e a criação de um espaço de integração e convivência harmônica e solidária entre os participantes.

## **2 AS POSSIBILIDADES PSICO-PEDAGÓGICAS DO TEATRO-EDUCAÇÃO**

A encenação não é o princípio e nem o fim da prática teatral. Ela é apenas uma das etapas de um trabalho articulado, que envolve formação, convivência e produção.

A formação está ligada às etapas de leituras e oficinas de estudo que têm como pressuposto básico conhecer a origem do teatro, seus fundamentos básicos, princípios e elementos constitutivos dos gêneros teatrais: tragédia, drama e comédia. Ainda nessa etapa, com base nos objetivos pretendidos, o grupo promove estudos sobre clássicos literários e debates sobre temáticas atuais relacionadas à política, economia, educação, cultura e a problemas sociais. Tal embasamento é salutar para que o grupo organize-se, fortaleça-se teoricamente e defina as linhas de atuação em cada período letivo. É com base nesses estudos que são selecionados os textos-base que serão objeto dos espetáculos desenvolvidos em cada período.

A convivência baseia-se no estabelecimento do contrato coletivo, na definição dos valores e regras que sustentam o grupo, no trato entre estudantes, coordenadores e servidores da escola. Assim, desde o momento que os participantes se inscrevem e são selecionados, a equipe de coordenação desenvolve oficinas com temas ligados a: respeito à diversidade, alteridade, cooperação e cuidados com o patrimônio da escola. Desse modo, ao longo dos seis anos de existência, sempre lidamos com um grupo unido, respeitoso, preocupado com o patrimônio e, sobretudo, com o acolhimento das diferenças.

O trabalho de produção, enquanto terceira linha de atuação do grupo, materializa-se na escrita de textos poéticos, roteiros, oficinas de tempestades de ideia, oficinas de sentimentos (que trabalham técnicas voltadas à expressão de sentimentos, como amor, raiva, tristeza, ódio, alegria etc.), oficinas de gêneros teatrais (explorando as características de cada gênero), oficinas de dicção e presença de palco, ensaios, oficinas de construção de cenários, culminâncias de apresentações de espetáculos, palestras com profissionais da psicologia e momentos de recreação.

Logo, observa-se um trabalho intrinsecamente articulado com o componente formativo, perpassando não apenas o teatro-espetáculo, mas o cuidado com o corpo, com a mente, com as relações, com o meio ambiente e com as pessoas. Não se pode negar, nesse contexto, os significados que ao longo desses seis anos foram atribuídos ao grupo de teatro pelas centenas de estudantes que participaram do grupo e que constituíram sua identidade. Segundo Cavassin, os princípios pedagógicos do teatro estabelecem relações claras com a educação, uma vez que:

[...] o teatro, como conhecimento que é, busca respostas para os questionamentos sobre o que é o mundo, o homem, a relação do homem com o mundo e com outros homens nas teorias contemporâneas do conhecimento que propõem novos paradigmas para a ciência como a complexidade do pensador Edgard Morin [...] (CAVASSIN, 2008, p. 42).

Retomando o aspecto da convivência, é importante mencionar que a experimentação dos papéis, no contexto da produção teatral, possibilita que os participantes possam potencializar descobertas pessoais e até mesmo coloquem-se no lugar “do outro”, desenvolvendo a empatia, constituindo um mecanismo para que se possa desconstruir a intolerância e o preconceito, bem como os conflitos de relacionamento. De acordo com Koudela (2005, p. 147 *apud* Coelho 2014):

Por meio da liberação da criatividade promovida pelos jogos e dramatizações, o teatro colabora para a humanização do indivíduo, fazendo com que sua sensibilidade se aflore, promovendo a reflexão sobre os sentimentos e ações vividas pelos alunos-atores na “pele” de um personagem, e, por fim, propiciando, de alguma forma, o “resgate do ser humano diante do processo social conturbado que se atravessa na contemporaneidade”.

Do ponto de vista pedagógico, o teatro possibilita a melhora da capacidade argumentativa, da expressão oral, da leitura e interpretação textual e do senso crítico em relação a temas de interesse dos distintos componentes que compõem o currículo escolar. Por meio do teatro foi possível identificar que o estudante que explora suas habilidades de compreensão e expressão melhora o desempenho escolar, sobretudo em disciplinas que exigem essas competências.

### **3 ESTRATÉGIAS DE TRABALHO DESENVOLVIDAS PELO GRUPO DE TEATRO SERTÃO EM CORES**

O Grupo teatral Sertão em Cores é um projeto de extensão desenvolvido no âmbito do *Campus* Bom Jesus da Lapa desde novembro de 2015, do qual

participam, em caráter rotativo, 30 integrantes. Por se tratar de uma proposta institucionalizada que se materializa na forma de extensão, o projeto é aberto à participação de estudantes do *Campus* e de público externo (alunos de escolas públicas e particulares e público em geral, independente do vínculo escolar). Os principais municípios atendidos são Bom Jesus da Lapa e Serra do Ramalho.

No que se refere ao funcionamento, o grupo realiza encontros semanais, às sextas-feiras, no período vespertino, desenvolvendo suas atividades no auditório do *Campus*. Os encontros são organizados na forma de oficinas teóricas e práticas (Figura 1), sendo constituídas de momentos que integram: exercícios de aquecimento/alongamento; técnicas de voz e movimento corporal; rodas de conversa com temas ligados à convivência e respeito às diferenças (promovidos pelos coordenadores e facilitadores convidados); oficinas de gêneros teatrais; produção de esquetes, textos poéticos e roteiros de apresentações; oficinas de produção de cenários; ensaios; e realização de espetáculos (internos e externos).

Figura 1 – Oficina de leitura e discussão de texto



Fonte: dos autores, 2017

Desde sua criação, foram realizadas diversas oficinas relacionadas à expressão teatral, que contaram, inclusive, com a participação de profissionais

com formação e experiência na área. Além dos aspectos gerais que constituem o campo do teatro, o grupo participa de oficinas de produção textual, com enfoque na produção de roteiros, estudos literários, debates sobre temas ligados ao cotidiano social e político da sociedade (preconceito, discriminação, capitalismo, política etc.), os quais constituem grande parte das temáticas que são encenadas. Não se trabalha apenas a interpretação de personagens por si; o estudante vivencia os aspectos subjacentes à temática que é foco de cada espetáculo ou apresentação.

Ao longo dos seis anos de atuação, o grupo já desenvolveu e apresentou os seguintes espetáculos: 1) Roque Bravo; 2) O Auto da Compadecida; 3) O Mulato; 4) A Escola Adormecida; 5) Vamos Inventar um país? 6) Liberdade, Liberdade; e 7) O Cortiço. Além destes, foram desenvolvidos, também, recitais poéticos sobre o amor, sobre o papel da escola na contemporaneidade, sobre a história do *Campus Bom Jesus da Lapa*, sobre temas vinculados às questões raciais e alguns outros.

Figura 2 – Espetáculo “A Escola Adormecida”



Fonte: dos autores, 2017

Os encontros semanais trazem sempre a leitura e a discussão de textos relacionados às temáticas trabalhadas em cada período, debates e construção de novos significados para os textos. São iniciados sempre com uma dinâmica

mais prática voltada à expressão corporal e/ou expressão de emoções, para depois adentrar na parte textual a ser explorada.

Os participantes caracterizam o teatro como uma possibilidade de fuga ao cotidiano, ainda que irreal, marcada por dinamicidade, amizade, interação, autoconhecimento e descontração. Assim, mesmo diante de uma semana com muitas atividades pedagógicas e profissionais, em plena sexta-feira, não se vislumbra falta de ânimo ou apatia por parte dos participantes, corroborando com as teses sustentadas neste trabalho acerca da importância do teatro no contexto escolar.

As atividades desenvolvidas coletivamente envolvem os partícipes na preparação dos roteiros, cenários e figurinos, na escolha da trilha sonora e sonoplastia e em outras atividades inerentes ao fazer teatral. Tal aspecto é salutar quando se busca uma abordagem do teatro na perspectiva educacional, corroborando com Coelho (2014, p. 1213) ao assinalar que:

O teatro enquanto prática pedagógica insere-se como uma atividade fundamentalmente coletiva, que prima pelo respeito de seus integrantes, aperfeiçoamento das inteligências do indivíduo e também do grupo. E, de maneira similar ao que defende Howard Gardner tendo como foco seus estudos sobre psicologia, podemos afirmar que o processo do teatro-educação parte do princípio de que todos os indivíduos normais têm a possibilidade de desenvolver todas as inteligências, ainda que de forma vertical, ou seja, ainda que em graus diferenciados de desenvolvimento.

Destaca-se que o respeito aos ritmos e aos limites de cada integrante, quer seja na capacidade de movimento corporal ou na fala, respalda as ações do grupo, por entender que o desenvolvimento é cíclico e que cada ser humano possui seu tempo de aprendizagem. Logo, não há receios de exposição, porque não há julgamentos dos colegas; todos trabalham de forma articulada, ajudando-se, pois não se trabalha com a ideia de melhor ou pior interpretação. Foca-se o desenvolvimento da competência linguística do estudante, associada à capacidade de externar as emoções, que é o cerne da formação de personagens.

A seguir, em apertada síntese, registramos algumas das atividades desenvolvidas.

Quadro 1 – Espetáculos desenvolvidos pelo grupo

<b>CRONOLOGIA DE ESPETÁCULOS DESENVOLVIDOS</b>
--

## CRONOLOGIA DE ESPETÁCULOS DESENVOLVIDOS

**Espetáculo:** Roque Bravo

**Ano:** 2015

**Duração:** 25 minutos

**Sinopse:** A peça *Roque Bravo* retrata as marcas do coronelismo no Nordeste Brasileiro. Roque Bravo é um tipo social que causa temor e medo por onde passa. Fazendo uso da força e do poder de intimidação, desperta pânico em um povoado perdido no interior do Nordeste Brasileiro. Uma mistura de comédia e tragédia, a peça foi a primeira apresentação pública do grupo, no especial de fim de ano realizado no *Campus Bom Jesus da Lapa* em 20 de dezembro de 2015.

**Espetáculo:** Vamos Inventar um País?

**Ano:** 2016

**Duração:** 5 minutos

**Sinopse:** Trata-se de um diálogo interpretado com o objetivo de produzir uma sátira sobre os aspectos políticos acerca dos quais se firma a sociedade brasileira e a posição de inércia muitas vezes adotada pela população. É um convite ao protagonismo juvenil, que por muito tempo tem permanecido apático e passivo diante de tantas adversidades que atingem o país.

**Espetáculo:** O Auto da Compadecida

**Ano:** 2016

**Duração:** 60 minutos

**Sinopse:** O Espetáculo *O Auto da Compadecida* é a adaptação de um clássico consagrado de Ariano Suassuna, que já foi amplamente divulgado nos cinemas brasileiros. O Grupo Teatral Sertão em Cores foi um dos grupos selecionados para apresentar o espetáculo na II Mostra de Teatro do Velho Chico, ocorrida nos dias 20, 21 e 22 de maio de 2016. Na noite do dia 21 de maio de 2016, no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, na cidade de Bom Jesus da Lapa, a peça provocou muitos risos ao público presente.

**Espetáculo:** O Mulato – breve adaptação

**Ano:** 2016

**Duração:** 25 minutos

**Sinopse:** O espetáculo *O Mulato* é uma adaptação de obra literária de mesmo nome, de autoria do consagrado Aluísio de Azevedo. Considerada uma das obras mais significativas do realismo-naturalismo no Brasil, *O Mulato* descortina uma trama marcada pelo preconceito arraigado na sociedade brasileira no período pós-abolição e o envolvimento de membros da igreja em crimes raciais. A vítima é Raimundo, sobrinho de Manuel Pescada, que se apaixonou pela própria prima. O espetáculo foi apresentado na Mostra de Arte e Cultura do *Campus*, realizada em 14 de outubro de 2016.

## CRONOLOGIA DE ESPETÁCULOS DESENVOLVIDOS

**Espetáculo:** A Escola Adormecida

**Ano:** 2017

**Duração:** 35 minutos

**Sinopse:** A apresentação é um convite à reflexão sobre o papel dos sujeitos educacionais na contemporaneidade. O roteiro fala de uma escola que dorme em virtude do esquecimento e da desvalorização social. Mas, ao mesmo tempo, fala de uma instituição que é exclusiva no processo de resgate dos sujeitos sociais de um processo de marginalização provocado pela falta de oportunidades em diferentes espaços e situações da vida.

**Espetáculo:** O cortiço

**Ano:** 2018

**Duração:** 70 minutos

**O cortiço:** Trata-se de um espetáculo que promove um debate sobre as características da Escola Literária Realismo-Naturalismo no Brasil, analisando cada personagem, bem como os aspectos implícitos e explícitos na obra. Os participantes foram estimulados a realizar a leitura do livro de Aluísio de Azevedo e a construir seu quadro de observações sobre a obra. Com base nisso, foi elaborado o roteiro e produzido o espetáculo, apresentado no *Campus* em 2018.

**Espetáculo:** O Mulato (Apresentação longa)

**Ano:** 2019

**Duração:** 65 minutos

**Sinopse:** O roteiro apresentou a mesma obra de Aluísio de Azevedo, encenada em 2016, contudo, trouxe uma abordagem mais pormenorizada das características das personagens e do ambiente do Maranhão, região onde a trama se desenvolve.

**Espetáculo:** Liberdade, Liberdade!

**Ano:** 2017

**Duração:** 30 minutos

**Sinopse:** O roteiro foi elaborado pelos próprios participantes, em uma oficina de produção textual desenvolvida no grupo. Foram textos apresentados numa esquete, versando sobre assuntos relacionados a situações que oprimem o ser humano e os submetem a processos empobrecedores de vida. Na apresentação, que ocorreu no auditório do *Campus*, o grupo mexeu com a emoção do público que assistia.

Pelo exposto, observa-se que o projeto é uma ação de natureza extensionista e pedagógica que se consolidou no *Campus*, articulado com a proposta que alinha teatro, educação e desenvolvimento do senso crítico e de participação, na linha do que defende Cavassin (2008, p. 48):

O Teatro, assim, pode ser a brecha que se abre na nova perspectiva da ciência e ensino-aprendizagem, pois envolve essencialmente o que o soberanismo da lógica clássica e do modelo racional excluía; o ilógico, as possibilidades (o “vir a ser”), a intuição, a intersubjetivação, a criatividade... enfim, elementos existentes nas relações dessa manifestação artística e que são princípios para a concepção de Inteligência na Complexidade e vice-versa.

Esperamos que o projeto possa continuar fazendo parte das políticas extensionistas do *Campus Bom Jesus da Lapa*, possibilitando a tantos outros estudantes experienciarem as possibilidades pedagógicas e de formação humanística que se desvelam dessa expressão artística tão complexa e necessária que é o teatro.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O grupo de teatro é um instrumento sobretudo de motivação, que contribui para dinamizar o currículo escolar na perspectiva da transversalidade. Criado por pessoas interessadas pela arte e mantido no âmbito da extensão, constitui-se como catalisador dos tantos processos que contribuem para reduzir os índices de evasão e abandono, na medida em que oferece aos estudantes novas alternativas de interação e aprendizagem no espaço escolar.

A participação de membros externos, para além do aspecto pedagógico, representa uma oportunidade de estabelecer vínculos mais efetivos com a comunidade, aproximando o *Campus* das dinâmicas e dos segmentos/sujeitos territoriais.

De todo exposto, conclui-se que o teatro-educação colabora com o desenvolvimento da competência comunicativa do sujeito, favorecendo a produção coletiva de conhecimentos, fortalecendo o aspecto cultural, sobretudo quando se dá de forma articulada com os conteúdos escolares. E, sobretudo, é uma forma de descoberta de talentos artísticos presentes no universo escolar, que por vezes é tão centrado na aptidão acadêmica.

#### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte.** Disponível em: <https://www.cpt.com.br/pcn/parametros-curriculares-nacionais-arte>. Acesso em 09 fev. 2022.

CAVASSIN, Juliana. Perspectivas para o Teatro na Educação como Conhecimento e Prática Pedagógica. **R. cient. /FAP**, Curitiba, v.3, p.39-52, jan./dez. 2008. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2013/arte\\_artigos/08\\_juliana\\_cavassin.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2013/arte_artigos/08_juliana_cavassin.pdf). Acesso em: 19 fev. 2022.

COELHO, Márcia Azevedo. Teatro na Escola: Uma Possibilidade de Educação Efetiva. **Revista Polêmica**, Rio de Janeiro, v. 13. n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/10617/8513>. Acesso em: 19 jan. 2022.

DELORS, Jacques. (org.) **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 3. ed., São Paulo: Editora Cortez, Brasília: MEC e UNESCO, 1999.

## SOBRE OS ORGANIZADORES

### **Alex Leal de Oliveira**



Doutor e mestre em Ciência & Tecnologia de Sementes (Universidade Federal de Pelotas – Rio Grande do Sul). Engenheiro Agrônomo (Universidade Federal da Bahia). Engenheiro de Segurança do Trabalho (Instituto Superior de Educação Eugênio Gomes). Docente do IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa. E-mail: alex.oliveira@ifbaiano.edu.br.

Orcid: 0000-0002-5911-6230

### **Antonio Hélder Rodrigues Sampaio**



Doutor em Ciências Agrárias (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia). Mestre em Ciências Agrárias (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia). Graduado em Engenharia Agrônoma (Universidade Federal da Bahia). Professor EBTT do IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa. E-mail: helder.sampaio@ifbaiano.edu.br.

Orcid: 0000-0002-6812-8815

### **Ediênio Vieira Farias**



Doutorando em Educação e Contemporaneidade (Universidade do Estado da Bahia). Mestre em Educação de Jovens e Adultos (Universidade do Estado da Bahia). Licenciado em Matemática (Universidade do Estado da Bahia). Professor do IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa. E-mail: edienio.farias@ifbaiano.edu.br.

Orcid: 0000-0001-6565-0678

### **Junio Batista Custódio**



Mestre em Educação de Jovens e Adultos (Universidade do Estado da Bahia). Licenciado em Pedagogia (Universidade do Estado da Bahia). Licenciado em Letras – Língua Portuguesa e suas Literaturas (Instituto Superior de Educação Elvira Dayrell). Bacharelado em Direito (Faculdade de Ciências Jurídicas Pitágoras). Técnico em Assuntos Educacionais (IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa). E-mail: [junio.batista@lapa.ifbaiano.edu.br](mailto:junio.batista@lapa.ifbaiano.edu.br).

Orcid: 0000-0003-3234-656X

### **Valdinéia Antunes Alves Ramos**



Mestra em Letras (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia). Licenciada em Letras Português-Inglês e suas respectivas literaturas (Universidade do Estado da Bahia). Técnica em Assuntos Educacionais do IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação, Linguagens, Anticolonialismo e Subjetividades do IF Baiano. E-mail: [valdineia.ramos@ifbaiano.edu.br](mailto:valdineia.ramos@ifbaiano.edu.br).

Orcid: 0000-0003-3052-8327

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Adevanucia Nere Santos**

Mestra em Educação e Diversidade (Universidade do Estado da Bahia). Licenciada em Pedagogia (Faculdade Entre Rios do Piauí – FAERPI). Licenciada em Filosofia (Faculdade João Calvino – FJC). Professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa. Membro dos grupos de Pesquisa: GEDIN – Grupo de Pesquisa em Educação, Interculturalidade e Linguagens (IF Baiano) e GPEEPED – Grupo de Pesquisa em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar (IF Baiano). E-mail: adevanucia.santos@ifbaiano.edu.br

Orcid: 0000-0001-7953-5443

### **Alex Leal de Oliveira**

Doutor e mestre em Ciência & Tecnologia de Sementes (Universidade Federal de Pelotas – Rio Grande do Sul). Engenheiro Agrônomo (Universidade Federal da Bahia). Engenheiro de Segurança do Trabalho (Instituto Superior de Educação Eugênio Gomes). Docente do IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa. E-mail: alex.oliveira@ifbaiano.edu.br.

Orcid: 0000-0002-5911-6230

### **Aline Soares de Lima**

Pós-Graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica (Unigrad Pós-Graduação). Graduada em Psicologia (Universidade Federal da Bahia). Psicóloga do IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa. E-mail: aline.lima@lapa.ifbaiano.edu.br.

Orcid: 0000-0002-3925-5014

### **Amanda de Almeida Oliveira**

Acadêmica do curso de Engenharia Agrônômica (IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa). E-mail: amanda.oliveiralmeida@gmail.com.

Orcid: 0000-0002-6869-338X

### **André Lopes da Silva**

Bacharel em Engenharia Agrônômica (IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa). E-mail: lopes215a@gmail.com.

Orcid: 0000-0002-5193-2401

**Antonio Hélder Rodrigues Sampaio**

Doutor em Ciências Agrárias (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia). Mestre em Ciências Agrárias (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia). Graduado em Engenharia Agrônômica (Universidade Federal da Bahia). Professor EBTT do IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa. E-mail: helder.sampaio@ifbaiano.edu.br.

Orcid: 0000-0002-6812-8815

**Aparecida Rocha Santos**

Bacharel em Engenharia Agrônômica (IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa). E-mail: cida.rs95@gmail.com.

Orcid: 0000-0002-0091-0317

**Clélia Gomes dos Santos**

Doutoranda em Estudos Literários (Universidade de Brasília). Mestra em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia). Licenciada em Letras-Ingês (Universidade do Estado da Bahia). Docente do IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa. E-mail: clelia.santos@ifbaiano.edu.br.

Orcid: 0000-0001-6689-5474

**Cyntia Layane Gusmão Souza Sampaio**

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília). Especialista em Projetos Sociais (Universidade Veiga de Almeida – RJ). Graduada em Serviço Social (Universidade Católica do Salvador). Assistente Social do IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa. E-mail: cyntia.souza@ifbaiano.edu.br.

Orcid: 0000-0001-7919-2399

**Ediênio Vieira Farias**

Doutorando em Educação e Contemporaneidade (Universidade do Estado da Bahia). Mestre em Educação de Jovens e Adultos (Universidade do Estado da Bahia). Licenciado em Matemática (Universidade do Estado da Bahia). Professor do IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa. E-mail: edienio.farias@ifbaiano.edu.br.

Orcid: 0000-0001-6565-0678

**Ernandes dos Santos Souza**

Bacharel em Engenharia Agrônômica (IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa). E-mail: ernande.santos07@gmail.com.

Orcid: 0000-0002-3547-9117

**Grace Itana Cruz de Oliveira**

Mestra em Educação de Jovens e Adultos (Universidade do Estado da Bahia). Licenciada em Pedagogia e Letras Inglês (Universidade do Estado da Bahia). Técnica em Assuntos Educacionais do IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa. E-mail: grace.oliveira@ifbaiano.edu.br.

Orcid: 0000-0002-0189-4558

**Hania Gracielle Brito Soares**

Especialista em Educação Infantil (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia). Graduada em Pedagogia (Universidade do Estado da Bahia). Assistente de aluno do IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa. E-mail: hania.silva@ifbaiano.edu.br.

Orcid: 0000-0002-6024-8046

**Itana Domingues Boa-Sorte**

Pós-graduada em Inovação Social com ênfase em Agroecologia e Economia Solidária (IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa). Graduada em Engenharia Agrônômica (IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa). Residente Agrícola em ATER (Instituto Federal Baiano, Instituto Federal do Piauí). E-mail: itanadbs33@gmail.com.

Orcid: 0000-0003-4310-0039

**Ivonete de Souza Santos**

Pós-graduada em Especialização para Formação de Professores em Letras Libras (Universidade do Estado da Bahia). Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional (Faculdade Única de Ipatinga). Pós-Graduada em Psicanálise Clínica (Faculdade Dom Alberto). Graduada em Pedagogia (Universidade do Estado da Bahia). Membro do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. Tradutora/Intérprete de

Libras no IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa. E-mail: ivonete.santos@ifbaiano.edu.br.

Orcid: 0000-0002-9994-1956

### **Junio Batista Custódio**

Mestre em Educação de Jovens e Adultos (Universidade do Estado da Bahia). Licenciado em Pedagogia (Universidade do Estado da Bahia). Licenciado em Letras – Língua Portuguesa e suas Literaturas (Instituto Superior de Educação Elvira Dayrell). Bacharelado em Direito (Faculdade de Ciências Jurídicas Pitágoras). Técnico em Assuntos Educacionais (IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa). E-mail: junio.batista@lapa.ifbaiano.edu.br.

Orcid: 0000-0003-3234-656X

### **Liz Vasconcelos Cruz Silva**

Especialista em Gestão de Segurança de alimentos (Senac SP). Graduação em Nutrição (Unijorge – Salvador). Nutricionista (IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa, em exercício provisório na Universidade Federal de Sergipe). E-mail: liz.silva@ifbaiano.edu.br.

Orcid: 0000-0001-5546-7765

### **Luciana Pereira Cardial Teixeira**

Pós-graduada em Libras (Faculdade de Tecnologia Paulista). Graduada em Pedagogia (Universidade Norte do Paraná). Graduada em Letras/Libras (Centro Universitário Leonardo da Vinci). Membro do Grupo de Pesquisa em Educação, Interculturalidade e Linguagens. Membro do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. Tradutora/Intérprete de Libras no IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa. E-mail: Luciana.teixeira@ifbaiano.edu.br.

Orcid: 0000-0003-1817-4677

### **Maiara da Silva Meira**

Bacharel em Engenharia Agrônômica (IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa). E-mail: maiarameira123@gmail.com.

Orcid: 0000-0002-4477-381X

### **Maria Nazaré Vieira Rodrigues**

Especialista em Educação do Campo (IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa). Licenciada em Educação do Campo (Universidade do Estado da Bahia). E-mail: marianazare.vrodrigues@gmail.com.

Orcid: 0000-0002-7715-3430

### **Patrícia Leite Cruz**

Doutora e mestra em Agronomia – Proteção de Plantas (Faculdade de Ciências Agrônomicas da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho). Graduada em Agronomia (Universidade Estadual de Montes Claros). Professora do IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa. E-mail: patricia.cruz@ifbaiano.edu.br.

Orcid: 0000-0002-0291-8013

### **Sóstenes dos Santos Santana**

Bacharel em Engenharia Agrônômica (IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa). E-mail: sosteness.santana@gmail.com.

Orcid: 0000-0003-3009-0644

### **Valdinéia Antunes Alves Ramos**

Mestra em Letras (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia). Licenciada em Letras Português-Inglês e suas respectivas literaturas (Universidade do Estado da Bahia). Técnica em Assuntos Educacionais do IF Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação, Linguagens, Anticolonialismo e Subjetividades do IF Baiano. E-mail: valdineia.ramos@ifbaiano.edu.br.

Orcid: 0000-0003-3052-8327